



Território Itaparica

Desenvolvimento Com Participação Social

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT
SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO BA / PE**



FEVEREIRO 2009



Território Itaparica
Desenvolvimento Com Participação Social

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT
SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO BA / PE**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
TERRITÓRIO ITAPARICA – Bahia e Pernambuco**

Organização:

Elisabete de Oliveira Costa Santos
João Régis da Silva Neto
Silver Jonas Alves Farfán

Fevereiro 2009

Estrutura Organizacional do Território Itaparica

Plenária do Fórum:

CHESF, CODEVASF, EBDA, IPA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste
Pólo Sindical do Submédio São Francisco, AGENDHA, Comissão Estadual Quilombolas/PE, APOINME,
Dioceses BA/PE, IRPAA
Representantes dos 13 Municípios:
03 por município (39): 02 da Sociedade Civil e 01 da Prefeitura Municipal

Comitê gestor:

Pólo Sindical do Submédio São Francisco BA/PE
STR Abaré / BA
AGENDHA / BA
STR Carnaubeira da Penha / PE
COOPERCAPRI / PE

Titular: Prefeitura Municipal Paulo Afonso - BA

Suplente: Prefeitura Municipal Chorrochó - BA

Titular: Prefeitura Municipal Itacuruba - PE

Suplente: Prefeitura Municipal Jatobá - PE

Câmara de Vereadores de Petrolândia - PE

Câmara de Vereadores de Glória - BA

Instituição Animadora: Pólo Sindical do Submédio São Francisco BA/PE

Articulador Territorial: Assueres da Silva Santos

Consultor: Ivan Leite Fontes – SDT/MDA

Equipe de Sistematização: Adelmo de Souza, Alex Rodrigues, Assueres da Silva Santos, Carlos Aguiar de Araujo Brito, Creuza Lopes, Cynara Barros de Oliveira Ledo Sandes, Dário Nunes dos Santos, Deyse Luiza R. da Silva, Edmir de Souza, Elaine Gomes Ramos, Elisabete de Oliveira Costa Santos, Elza Maria de Souza Ferraz, Francisco Maciel Lira, Germana Zaicaner, Gilca Dias de Santana, Hilda Benta dos Santos, João Régis da Silva Neto, Joelma Sena, Josefa, Jorge Atílio Silva Iulianelli, Karla Pereira, Manoel Messias, Miguel Justino de Oliveira, Roberto Cavalcante Paz, Silver Jonas Alves Farfán, Veridiana Araújo de Oliveira, Zélia Gomes da Silva Guimarães.

Organização: Elisabete de Oliveira Costa Santos

João Régis da Silva Neto

Silver Jonas Alves Farfán

Fotos: Silver Jonas Alves Farfán, Priscila Chagas, Elisabete de Oliveira Costa Santos

Revisão: Elza Maria de Souza Ferraz

Diagramação: Iala Thaiza

Impressão: Gráfica Franciscana

Capa: Figura 1. Municípios do Território Itaparica. Fonte: IBGE, 1997, FUNAI, IBAMA, CHESF, 2008

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, Território Itaparica – Bahia e Pernambuco. Paulo Afonso: Fórum do Território Itaparica, 2009. 158 p.: il.

I. Desenvolvimento rural sustentável - Submédio São Francisco – Brasil.
1. Título.

CDD: 338.98142

Homenagens

Ao Professor **Manoel Alcides Modesto Coelho**, grande liderança do sertão baiano, contribuiu na mobilização popular na região de Itaparica, que resultou na fundação do Pólo Sindical e no reassentamento das famílias atingidas pela Barragem. Deputado pelo Partido dos Trabalhadores, teve brilhante atuação na Assembleia Legislativa da Bahia e na Câmara Federal, além de ter assumido a Superintendência da CODEVASF 6ª - SR, no período de 2003 a 2007. Atualmente dedica-se à agricultura experimental no município de Glória – BA.

À memória de **Fulgêncio Manuel da Silva**, agricultor, poeta, autor de folhetos de cordel e ativista. Fulgêncio foi um dos líderes do Movimento Sindical, contribuindo significativamente para organizar a população atingida pela Barragem de Itaparica. Foi um dos fundadores e diretor do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens - MAB. Teve um papel de destaque na preparação do pedido de inspeção sobre o projeto de reassentamento e, depois de receber diversas ameaças, foi assassinado em 16 de outubro de 1997 no Projeto Caraíbas (posteriormente recebe o nome de Projeto Fulgêncio, em sua homenagem).

SIGLAS

ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AGENDHA - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento humano e Agroecologia
ANA – Agência Nacional de Águas
ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASA – Articulação no Semi-árido Brasileiro
ASD – Área Susceptível à Desertificação
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BAP – Bomba D'água Popular
BTN – Bairro Tancredo Neves
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNM – Confederação Nacional dos Municípios
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONDEPE / FIDEN – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
COOPAR – Cooperativa Autogestionária dos Agropecuaristas de Rodelas
COOPERCAPRI – Cooperativa dos Criadores de Caprinos e Ovinos (Floresta/PE)
COOTEC - Cooperativa de Trabalho e Ciências Agrárias e Meio Ambiente LTDA
CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores
CTI – Centro de Terapia Intensiva
DIPA - Distrito de Irrigação de Paulo Afonso
EBAPE – Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EMATER-PE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA – Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério das Minas e Energia
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PSF – Programa Saúde da Família
P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (BA)
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais de Bahia
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UHE – Unidade Hidroelétrica
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
USP – Universidade do Estado de São Paulo
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo
ZANE – Zoneamento Agroecológico do Nordeste

SUMÁRIO

Introdução	09
Metodologia	10
Parte 1 – Diagnóstico do Território Itaparica	12
1. Configuração Espacial	12
2. Evolução Histórica	14
3. Aspectos Geoambientais	18
3.1 Clima	18
3.2 Solos	20
3.3 Vegetação	22
3.4. Recursos Hídricos	23
3.5 Recursos Minerais	25
3.6 Passivos Ambientais	25
4. População e Demografia	26
5. Organização Social	29
6. Estrutura Agrária	31
7. Aspectos Econômicos	37
7.1 Finanças públicas municipais	37
7.2 Produção agrícola	38
7.3 Produção pecuária	41
7.4 Produção pesqueira	44
7.5 Sistemas produtivos	47
7.6 Beneficiamento da produção	48
7.7 Atividades não agrícolas	49
7.8 Extrativismo	53
7.9 Assistência técnica e capacitação	53
7.10 Crédito rural	57
8. Serviços Sociais e de Apoio à Produção	59
8.1 Educação	59
8.2 Saúde e saneamento	62
8.3 Segurança pública	67
9. Infra-estrutura de Comunicação, Transporte e Eletrificação	69
10. Envolvimento Institucional	71
Parte 2 – Planejamento e Gestão Social do Plano do Território Itaparica	73
1. Concepção de Desenvolvimento do Território – Visão de Futuro	75
2. Objetivos do PTDRS	75
2.1 Objetivo geral	75
2.2 Objetivos específicos	75
3. Eixos, Programas e Projetos	76
4. Matriz do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território de Itaparica	77
4.1 Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico	78
4.2 Eixo 2 – Gestão Ambiental	81
4.3 Eixo 3 – Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer	82
4.4 Eixo 4 – Saúde, Saneamento e Moradia	83

4.5 Eixo 5 – Infra - estrutura	84
4.6 Eixo 6 – Ordenamento Agrário	85
5. Projetos a partir dos Eixos	85
5.1 Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico	85
5.1.1 Projetos do programa: pesca artesanal e aquicultura	88
5.1.2 Projetos do programa: caprinovinocultura	93
5.1.3 Projetos do programa: hortifruticultura	95
5.1.4 Projetos do programa: apicultura e meliponicultura	97
5.1.5 Projetos do programa: comercialização	102
5.2 Eixo 2 – Gestão Ambiental	106
5.2.1 Projetos do programa: monitoramento ambiental dos sistemas produtivos	108
5.3 Eixo 3 – Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer	109
5.3.1 Projetos do programa: políticas educacionais e contextualização do processo ensino-aprendizagem	110
5.3.2 Projetos do programa: educação e inclusão social de crianças, adolescentes jovens e adultos	114
5.4 Eixo 4 – Segurança Alimentar, Saúde, Saneamento e Moradia	119
5.4.1 Projetos do programa: segurança alimentar e nutricional	120
5.4.2 Projetos do programa: atendimento à saúde	121
5.4.3 Projetos do programa: saneamento e moradia	122
5.5 Eixo 5 – Infra-estrutura	124
5.5.1 Projetos do programa: abastecimento de água	125
5.5.2 Projetos do programa: eletrificação e iluminação pública.....	128
5.5.3 Projetos do programa: comunicação	129
5.6 Eixo 6 – Ordenamento Agrário	131
6. Indicativos de Ações de Suporte aos Programas	132
6.1 Serviços de assistência técnica	132
6.2 Serviços de conservação e preservação do bioma caatinga	133
6.3 Infra-estrutura de educação e inclusão social no Território	134
6.4 Infra-estrutura de atendimento à saúde	135
6.5 infra-estrutura de segurança pública	135
6.6 Infra-estrutura de estradas	137
7. Considerações finais	137
8. Bibliografia	139
ANEXOS	
Anexo 01. Trajetória dos Municípios do Território de Itaparica	141
Anexo 02. Descrição dos Povos Indígenas no Território de Itaparica	143
Anexo 03. Descrição dos atrativos turísticos dos municípios do Território de Itaparica...	148
Anexo 04. Tabelas. Universo de agricultores e aptidão de modalidade de PRONAF no Território de Itaparica e Demanda Potencial de Crédito do Território de Itaparica para 2006-2007	150
Anexo 05. Projetos das Ações de Suporte aos Programas	151

INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA considera Território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, economia, sociedade, cultura, política, as instituições, a população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social e cultural.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao MDA, tem como finalidade promover o desenvolvimento dos Territórios rurais no Brasil, priorizando a Agricultura Familiar e incluindo comunidades tradicionais, assentamentos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro. Importante observar, que a abordagem territorial é uma concepção que procura trazer à tona problemas persistentes na realidade do “Brasil rural”, e orienta para o enfrentamento das desigualdades regionais, degradação ambiental, pobreza, exclusão social e a estagnação econômica ainda presentes em muitos lugares desse país. Sintonizado com essa nova compreensão, o Governo da Bahia passou a reconhecer em seu Planejamento Territorial, a partir de 2006, a existência de 26 Territórios de Identidade. Processo semelhante está em curso no Estado de Pernambuco, conforme pode ser observado na página 12, Figura 2.

O Fórum do Território Itaparica é composto por representantes da sociedade civil dos 13 municípios e representantes de instituições oficiais e entidades de apoio, conforme lista na página 03. O Processo se deu de forma democrática com uma ampla discussão, em cada município, e contou com o acompanhamento de representantes da SDT/MDA.

Esse documento, pois, é fruto de um significativo processo de mobilização social e planejamento governamental, e traz, na primeira parte, um Diagnóstico do Território; na segunda, um Planejamento a partir de seis eixos aglutinadores, que contém seus programas e projetos bem definidos, com diretrizes consensuadas nas plenárias do Fórum do Território. Serve, portanto, para nortear as políticas do MDA e

dos demais Ministérios, dos Governos do Estado da Bahia e de Pernambuco, assim como para as Prefeituras Municipais, STR's, Cooperativas, Associações, assentamentos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro.

Vale ressaltar, que em setembro de 2008, o Comitê Gestor Nacional aprovou a inclusão do Território Itaparica no Programa dos Territórios da Cidadania . Este programa pretende dar prioridade às ações de desenvolvimento regional com a integração das políticas públicas atuais e garantia de direitos sociais, de modo que este documento é imprescindível para a condução das ações nos 13 municípios que compõem o Território Itaparica.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se na ampla participação dos atores sociais de forma coletiva e democrática, em todas as etapas do processo de elaboração do PTDRS (MDA, 2005). Teve por objetivo propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade do Território, de forma que as propostas fossem direcionadas à modificação da realidade, com reflexo na melhoria das condições de vida das comunidades rurais e população em geral.

Para a confecção deste Plano, foram muito importantes as contribuições de todos os integrantes que se dispuseram a participar dos seminários e oficinas periodicamente realizadas em Petrolândia, Paulo Afonso e outros municípios. Dessa forma, avalia-se que foram levados em consideração especialmente os reclames e saberes da população representada por suas lideranças legítimas, assim como a experiência técnica dos representantes dos diversos órgãos públicos e instituições parceiras, participantes do fórum.

Para a construção do diagnóstico e das propostas foram realizadas várias oficinas, sendo utilizado o método da construção participativa e a devolução dos

¹ O Governo Federal desenvolve este Programa desde fevereiro de 2008, em parceria com Estados, municípios e as organizações da sociedade civil.

conteúdos construídos nas oficinas seguintes, garantindo assim o acúmulo e a legitimação dos consensos sobre a realidade e as propostas, passo a passo.

Foram trabalhadas as definições dos eixos aglutinadores, programas e projetos do Plano, facilitando a ampla participação com a exposição de opiniões e argumentos sobre os diferentes pontos de vista e interesses, procurando os consensos e a definição das diretrizes.

A participação do público alvo aconteceu nas oficinas específicas para o aprofundamento da proposta metodológica e nas reuniões municipais, ampliando progressivamente as discussões sobre as dimensões do Território, detalhamento de propostas, consolidando desta forma a elaboração do Plano.

O conjunto das oficinas, além de cumprir com o objetivo da aproximação das diversas instituições, contribuiu para a disseminação e troca de conhecimentos e informações, nas quais foram utilizadas técnicas de trabalhos em grupos temáticos, e dinâmicas que contribuíram com a interação e aglutinação social entre os grupos de instituições e municípios em torno da identidade Territorial.

Os grupos de trabalho temáticos prepararam boa parte dos projetos apresentados neste Plano. O que se espera, a partir de agora, é que aconteça o envolvimento e a mobilização organizada de cada instituição na execução deste Plano, tendo em vista que trinta e oito projetos foram elaborados e estão aqui expostos. Em cada um deles estão especificadas as ações e atividades que deverão ser realizadas no período de 20 anos, a partir de 2009.

PARTE 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO ITAPARICA

1. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

O Território Itaparica está localizado na região do Submédio São Francisco e sua base geográfica foi assim constituída: seis municípios situados no Estado da Bahia, quais sejam, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas, e sete no Estado de Pernambuco: Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. Figura 1, na Capa, Figura 2. Ae B.

A parte pernambucana situa-se na margem esquerda do Rio São Francisco, faz divisa com o Estado de Alagoas e limita-se com os Territórios Sertão do Médio Moxotó, Sertão Central e Sertão do São Francisco/ PE; a parte baiana encontra-se na divisa com o Estado de Sergipe e extrema-se com



Figura 2. Localização do Território Itaparica. A. Em relação aos municípios vizinhos, B. Em relação ao Nordeste. Fonte: CHESF.

os territórios Semi-árido Nordeste II e Território do Sertão do São Francisco/ BA.

Salvo Carnaubeira da Penha, Tacaratu e Macururé, todos os demais municípios são banhados pelo Rio São Francisco. Segundo o IBGE, a extensão geográfica do Território é de 21.748 km², equivalente a do Estado de Sergipe. A distância em relação às capitais, Recife e Salvador, é de aproximadamente 450 km, Tabela 1.

Tabela 1. Relação dos municípios do Território Itaparica e suas respectivas áreas geográficas em km² e em hectares. Fonte: IBGE, modificado.

UF	MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	ÁREA (hectares)
BA	Abaré	1.693,6	169.360,00
BA	Chorrochó	2.647,8	264.780,00
BA	Glória	1.402,4	140.240,00
BA	Macururé	2.278,7	227.870,00
BA	Paulo Afonso	1.573,6	157.360,00
BA	Rodelas	2.575,0	257.500,00
PE	Belém de São Francisco	1.835,0	183.500,00
PE	Carnaubeira da Penha	995,2	99.520,00
PE	Floresta	3.674,9	367.490,00
PE	Itacuruba	463,7	46.370,00
PE	Jatobá	276,1	27.610,00
PE	Petrolândia	1.083,7	108.370,00
PE	Tacaratu	1.248,5	124.850,00
Total		21.748,20	2.174.820,00

A face geográfica do Território é multifacetada e tem como principais pontos geográficos os lagos das represas das hidrelétricas de Itaparica e do Moxotó, a cachoeira de Paulo Afonso, o *canyon* do São Francisco, com extensão de cerca de 60km, navegável após a implantação da represa de Xingó; a Estação Ecológica Raso da Catarina, nos municípios de Paulo Afonso e Glória; a Reserva Biológica da Serra Negra, em Floresta; as Serras do Tonan, em Glória e Macururé; do Arapuá, em Carnaubeira da Penha; do Cruzeiro em Tacaratu, e por fim, o conjunto de ilhas localizado no trecho do Rio São Francisco, que margeia os municípios de Belém de São Francisco e Chorrochó.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A região dentro da qual está localizado o Território Itaparica, originalmente era habitada por povos indígenas, e, nos dias de hoje eles ainda se fazem presentes em alguns municípios da Bahia e Pernambuco.

Apesar da política de extermínio e escravização posta em prática pelos colonizadores, não somente nessa, mas em toda a região do São Francisco, durante o processo de ocupação do Vale e fartamente documentada em obras de abalizados historiadores, a presença indígena é uma das marcas do Território. Dentre os inúmeros grupos destacam-se os Pankararus em Tacaratu e Jatobá; os Pakararés nos municípios de Glória e Paulo Afonso, e os Tuxás em Rodelas (ver anexo 02).

O processo de ocupação desenvolveu-se mediante a utilização do sistema de sesmarias como instrumento de doação de terras pelo regime imperial e, já na segunda metade do século XVI havia a exigência de que, nas terras doadas, os beneficiados deveriam “deitar gado dentro de seis meses, ou, no mesmo prazo, deitar fazendas” (Guimarães, 1981). A fazenda, como tipo de domínio latifundiário, de início teve seu nome ligado unicamente à pecuária e as primeiras doações de terras com o intuito de promover a penetração em direção aos seus mais importantes rios.

Assim, a instalação das fazendas destinadas à exploração da pecuária foi outro componente histórico relevante no processo de ocupação da região e suas marcas se refletem nos aspectos político, econômico, social e cultural do Território. A influência desse mecanismo de apropriação da terra na conformação da atual estrutura fundiária é tratada com maior profundidade no item 6.

A maioria das povoações de onde resultaram os atuais municípios teve origem na instalação de fazendas de criação de gado e/ ou na edificação de templos religiosos, em torno dos quais surgiram e desenvolveram-se os núcleos urbanos, posteriormente, elevados à condição de sedes municipais. Esse processo teve início

² Os donatários deveriam iniciar a criação dentro daquele prazo, ou instalar fazendas para tal fim.

provavelmente no século XVI, com a criação de uma capela por missionários católicos onde está localizada a cidade de Tacaratu, datada de 1752, e o surgimento no atual município de Glória, de um curral de descanso das boiadas que ali cruzavam o Rio São Francisco proveniente do Piauí com destino a Salvador. Tacaratu e Santo Antônio da Glória foram cronologicamente os precursores desse processo de constituição das unidades administrativas, tal como está hoje dividido o Território, com exceção de Jatobá, resultante da emancipação de Petrolândia por consequência da construção da hidrelétrica de Itaparica.

No período inicial, o gado criado nas fazendas era da espécie bovina e destinado ao abastecimento dos centros urbanos localizados na faixa litorânea. Não há informações precisas a respeito de quando a cabra foi introduzida na região, mas tudo indica ter sido no decorrer da expansão da pecuária de grande porte. Com a decadência desta, motivada, dentre outras causas, pelas longas estiagens, a cabra passou progressivamente a ocupar o lugar do boi como atividade econômica relevante, graças a sua excepcional capacidade de resistência e adaptação.

A base econômica, até meados do século passado, era constituída, nas áreas de sequeiro (caatinga), pela pecuária predominantemente extensiva, e com maior participação da caprinocultura, associada à agricultura de subsistência; nas margens do Rio e ilhas, pela agricultura irrigada. Os agricultores familiares cultivavam cebola, mandioca, feijão, milho, arroz e outros gêneros de subsistência e muitos ainda praticavam a pesca artesanal, em um cotidiano integrado ao ciclo natural do rio, com alternância de enchentes e vazantes. Havia também empresários, nos municípios de Floresta e Belém de São Francisco, que produziam cebola, tomate, melão, que utilizavam a mão-de-obra assalariada à base de relações que, que em alguns casos, poderiam ser facilmente caracterizadas como de semi-escavidão.

Essa realidade, aqui expressa, começou a ser alterada a partir de uma sequência de intervenções do Estado, voltada à produção de energia e inspirada na iniciativa de Delmiro Gouveia quando da construção da Usina Hidrelétrica Angiquinho, na Cachoeira de Paulo Afonso, em 1913, com o propósito de alimentar a sua indústria têxtil.

A criação da CHESF, em 1945, foi o marco inicial com a finalidade de explorar o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso. Até então, Santo Antônio da Glória era o município mais importante da região, e a localidade onde está situada a cidade de Paulo Afonso era um distrito de Glória. Ali havia apenas um povoado, denominado Tapera de Paulo Afonso, cuja expansão determinou sua emancipação em 1954.

O reservatório da Usina Apolônio Sales (originalmente Moxotó), foi concluído em 1967, em função do qual Glória, àquela altura já suplantada econômica e politicamente, teve sua sede inundada e realocada para onde se encontra atualmente. Hoje o município vive em situação de quase completa dependência à cidade de Paulo Afonso, principalmente quanto à utilização de serviços públicos.

Em 1988, a formação do lago da Barragem de Itaparica, concluída nesse mesmo ano, inundou 83.400 hectares de oito municípios do Território (três na Bahia, cinco em Pernambuco) e provocou a transplantação de três sedes municipais, Itacuruba, Petrolândia, em Pernambuco, Rodelas, na Bahia, e do povoado de Barra de Tarrachil, município de Chorrochó. Havia na área inundada 23 comunidades rurais com número variável de famílias (em média 90 por comunidade).

Foram atingidas diretamente cerca de 10,5 mil famílias, das quais 4,6 mil (aproximadamente 21 mil pessoas) na zona urbana e 5,9 mil (em torno de 19 mil pessoas) na área rural, entre estas, 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. Além disso, determinou o surgimento do município de Jatobá, originado a partir da expansão do aglomerado urbano formado nas proximidades do acampamento instalado para a construção da barragem.

A falta de propostas concretas para a população rural, e o temor de que ocorressem prejuízos irreparáveis, tal como aconteceu às famílias atingidas pela Hidrelétrica de Sobradinho, motivou o surgimento de um movimento de resistência pela defesa de suas reivindicações, chegando a ser reconhecido inclusive fora do Brasil. Organizados no Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, criado em 1979, os trabalhadores desenvolveram um processo permanente de mobilização, e com muita frequência, com grandes manifestações.

Em dezembro de 1986, por exemplo, ocuparam durante seis dias o canteiro das obras e paralisaram os trabalhos de construção da barragem. Após intensas negociações, um acordo foi firmado entre os trabalhadores e a CHESF, a qual se comprometia em atender as reivindicações que se materializaram no conhecido Reassentamento Itaparica.

Devido à postura dos fazendeiros e das lideranças políticas locais, contrários ao reassentamento porque ficariam sem a mão-de-obra com a qual, até então contavam ; devido, também, à falta de terras próprias para irrigação na borda do lago, a maioria foi reassentada em municípios diferentes daqueles onde viviam. Parte dos que moravam em Rodelas e Chorrochó deslocaram-se para Curaçá e Abaré (Projeto Pedra Branca); os de Itacuruba para Orocó (Projeto Brígida), os de Floresta e Belém de São Francisco para Santa Maria da Boa Vista (Projeto Fulgêncio), Figura 3 e Tabela 2.

A conjunção dos impactos desses empreendimentos estatais configurou um processo histórico de desreferencialização territorial, consubstanciada na eliminação e criação de referenciais identitários de natureza econômica, política, social e cultural. A implantação de Itaparica, sobretudo, provocou o ocaso de lideranças econômicas e políticas e trouxe à cena novos atores.

Os traços sócio-culturais mais expressivos do Território têm raízes no modelo de ocupação adotado pelos colonizadores, através de instrumentos que visam à garantia do monopólio da propriedade da terra, e, principalmente, no predomínio das fazendas de gado como atividade econômica em todos os municípios. Os componentes sócio-culturais originados de atividades econômicas como a agricultura de sequeiro, agricultura de vazante ou irrigada, praticadas nas margens do Rio São Francisco, não devem ser desprezados, mas têm significação secundária relativamente àqueles forjados na lida com a pecuária.

Outros componentes dessa mesma natureza, vinculados historicamente ao fenômeno do cangaço, fortemente presente na região por meio da atuação do seu

³ Segundo levantamento feito pelo Pólo, à época, 62% das famílias reassentadas não tinham terra.

mais expressivo personagem, Virgulino Ferreira – o lendário Lampião – são referenciais sócio-culturais, que não devem ser desprezados e vêm contribuir de algum modo para o desenvolvimento sustentável da região.

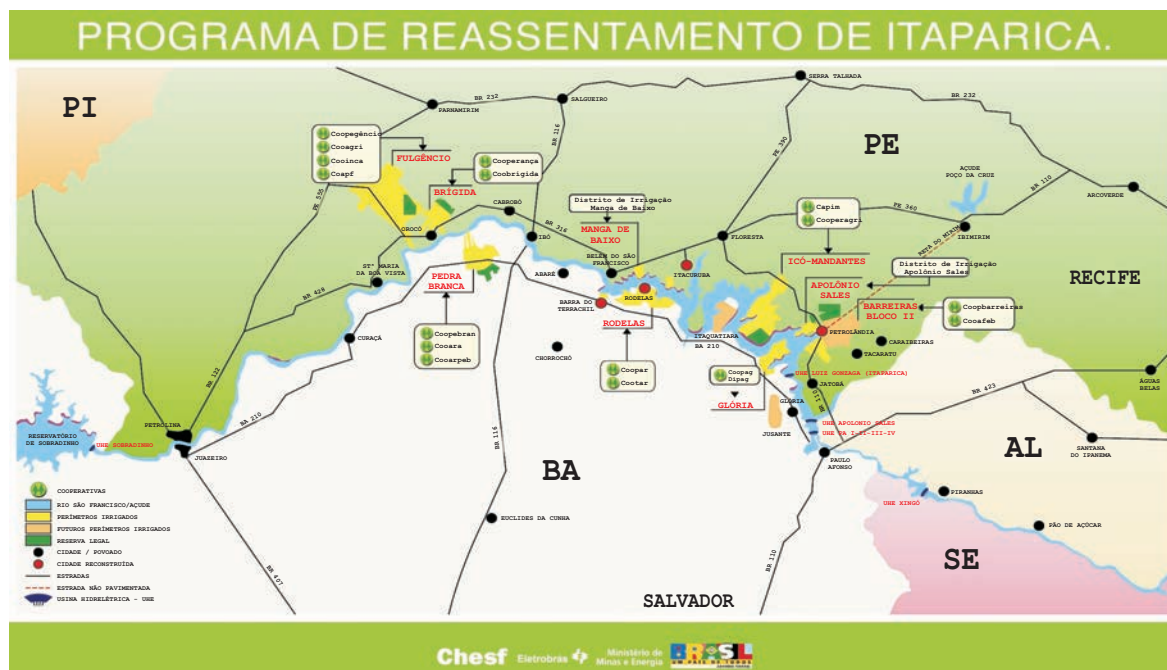


Figura 3. Reassentamentos de Itaparica, projetos de irrigação. Fonte: Chesf.

Tabela 2. Reassentamentos de Itaparica nos perímetros irrigados. MME 2002, adaptado.

Reassentamentos	Famílias	Área total (hectares)
Rodelas	397	13.596
Glória	126	4.016
Icô Mandantes	706	14.981
Barreiras	89	3.266
Apolônio Salles	104	3.245
Manga de Baixo	25	642
Brígida	431	8.722
Pedra Branca	734	13.380
Caraíbas	1.409	31.323
Tuxá	350	7.000
Remanso	42	1.020
Remanescentes	350	6.000
Total Geral	4.763	107.191

3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS:

3.1 Clima

A classificação do clima em todo o Território Itaparica é o tropical semi-árido quente, faz parte da área de suscetibilidade à desertificação, inclusive os municípios

de Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba são integrantes do núcleo de desertificação definido pelo MMA (2007), ou seja, são áreas já afetadas por processos de desertificação. O território também é classificado como região de alta incidência das secas, entre 60 e 100%.

O fenômeno da desertificação, descrito acima, é preocupante, e deve condicionar a escolha das atividades econômicas, sob o risco de, se mal escolhidas, agravarem as condições ambientais, sobretudo com as catastróficas previsões dos meteorologistas brasileiros que fazem parte do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, caso não ocorram reduções nas emissões dos gases do efeito estufa previstas do protocolo de Kioto. Essas previsões pessimistas indicam aumento de 2°C a 5°C e ligeiro aumento nas precipitações, porém, mais desordenadas no tempo e espaço, provocando uma “aridização” do clima nordestino e severas perdas de área agricultável, entre 28 e 65% na Bahia e em Pernambuco, respectivamente, como demonstra a Figura 4.

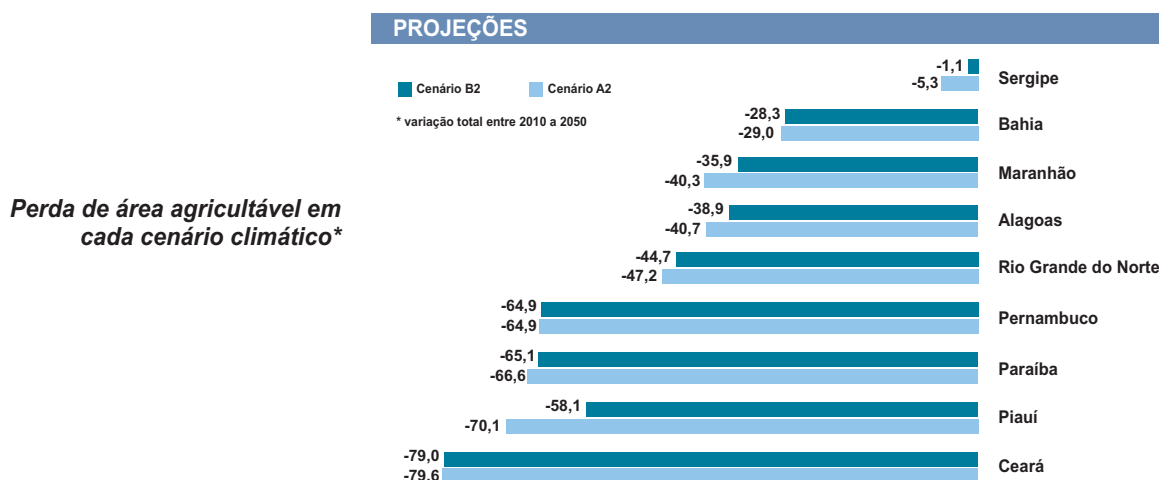


Figura 4. Projeções de perdas de área agricultável em dois cenários climáticos, uma mais pessimista e outra menos, entre os anos 2010 a 2050. Fonte: boletim Drynet 2009.

A precipitação pluviométrica é em torno de 600 mm por ano, sendo que, nos municípios mais secos, a média é entre 400 e 500 mm. Os valores de evapotranspiração são muito maiores que a precipitação, em média 2000 mm ao ano. Mesmo assim, o balanço hídrico pode ser interpretado de forma otimista, embora 92% da precipitação sejam consumidas pela insolação, evaporação e a

aproximadamente 3.780 m³/hab./ano, segundo Vieira (1999), ou seja, valor bem acima de 1.000 m³/hab./ano considerado situação de estresse de água, segundo a ONU (1997, citado por Malvezzi, 2007). Logo, a escassez de chuvas é um fator limitante para a agricultura, mas ao mesmo tempo um potencial para o abastecimento humano (Carvalho e Egler, 2003).

As temperaturas altas também obedecem à variação de um núcleo mais quente, em parte dos municípios, já citados, que varia de 26 a 27°C e as demais áreas, ao redor da Bahia e Pernambuco, com médias de 25 a 26°C. As temperaturas máximas variam até 31°C nos meses de outubro a dezembro e as mínimas variam entre 16 e 22°C entre junho e agosto. Essas temperaturas altas favorecem a baixa umidade relativa do ar, que, por sua vez, configura um condicionante potencial para a agricultura e a pecuária, já que desfavorece a proliferação de algumas doenças e pragas, em comparação com o clima úmido.

3.2 Solos

Os três principais tipos de solo encontrados no Território estão descritos, a seguir, e sua distribuição geográfica pode ser observada na Figura 5, baseada no Zoneamento Agroecológico do Nordeste – ZANE (EMBRAPA, 2000):

a) “Luvisolos”, compõem boa parte da Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”. São solos rasos, pedregosos, embora com boa fertilidade natural, mas, na sua maioria, não servem à fruticultura irrigada e têm restrições para cultivos anuais;

b) “Neossolos”, coincide com a Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, caracterizada por solos pouco desenvolvidos de textura arenosa, com baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água. Eventualmente são profundos, bem drenados, sem pedras, e nesses casos oferecem condições para a agricultura;

c) “Afloramentos rochosos”, são áreas totalmente inaptas à agricultura, servindo mais para preservação da vegetação nativa.

Finalmente, vale dizer, que as áreas com alto potencial para agricultura irrigada compõem a menor parte das terras, ou seja, menos de 10%.

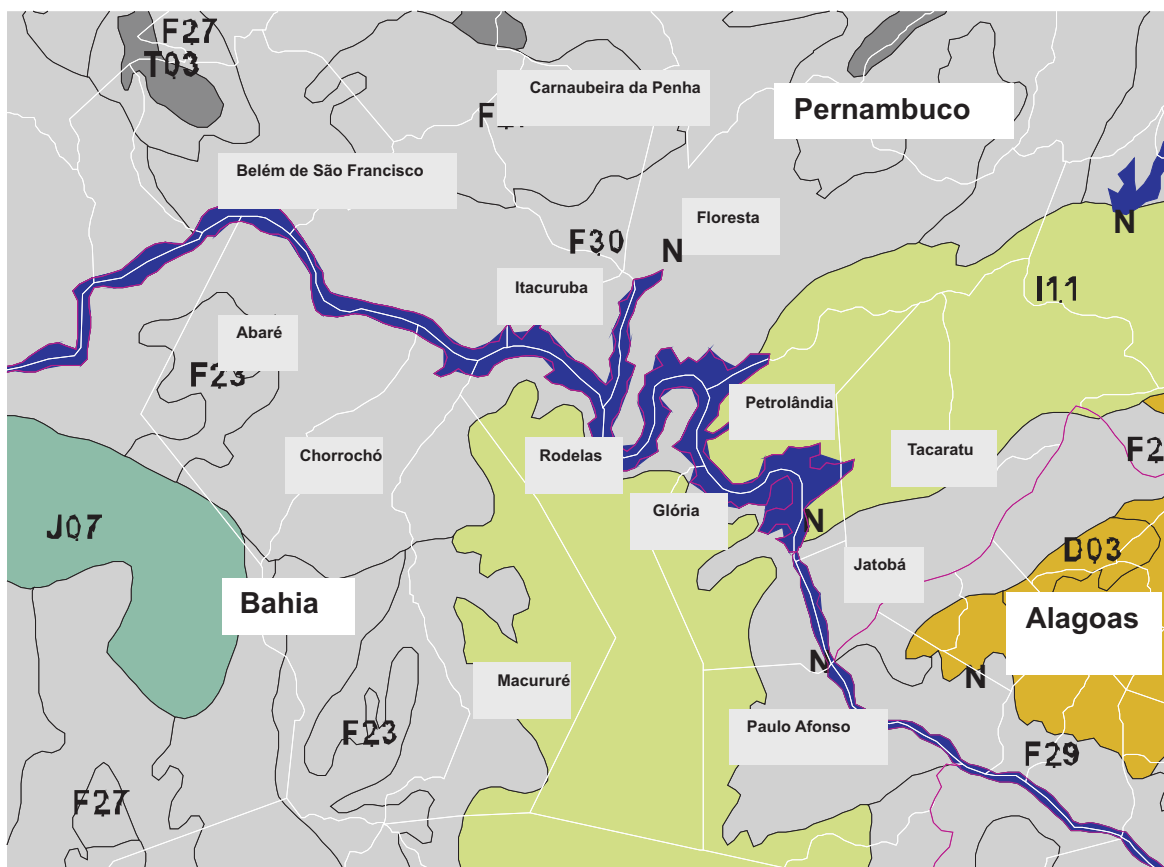


Figura 5. Mapa com as Unidades Geoambientais do Território Itaparica. Cor cinza indica “depressão sertaneja”, cor verde clara indica “bacia sedimentar”. Fonte: EMBRAPA, 2000.

Observando a Figura 5, a Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, pintada na cor verde clara, envolve 100% dos municípios de Rodelas e Petrolândia e boa parte dos municípios de Macururé, Glória, Paulo Afonso, Tacaratu e Floresta. As demais áreas e municípios do Território pertencem à Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”, pintada na cor cinza.

O relevo nas Unidades Geoambientais estudadas geralmente é suave-ondulado (EMBRAPA, 2000) com baixas altitudes, com exceção das serras já mencionadas na introdução do diagnóstico.

A degradação dos solos, devido à ação antrópica é mais evidente nas regiões afetadas pela desertificação nos municípios já mencionados, na beira do Rio São Francisco e nos riachos temporários devido à salinização e erosões.

3.3 Vegetação

A vegetação em todo o Território é a caatinga, variando quase sempre entre a caatinga tipo parque, uma caatinga aberta com distribuição esparsa de arbustos e presença maior de ervas e gramíneas, e a caatinga arbóreo-arbustiva, que significa uma caatinga mais densa e fechada. De modo geral, uma vegetação de caatinga hiperxerófila ou hipoxerófila, vegetação que suporta intenso déficit hídrico, uma vegetação caducifólia, ou seja, que deixa suas folhas caírem nos períodos secos para diminuir a transpiração e suportar os períodos de estiagem, e que também possuem espinhos para se protegerem e são de porte baixo.

Em boa parte do Território, a vegetação é pouco alterada em relação às regiões agrestes do semi-árido, sendo que a parte leste do município de Tacaratu é uma região mais antropizada, segundo o Atlas Nacional do Brasil (IBGE, 2002). No município de Belém de São Francisco existem extensas áreas em adiantado processo de desertificação, por isso foi definida como uma área prioritária para a conservação, porém ainda com informação insuficiente sobre sua importância biológica. Inversamente, a região ao redor de Paulo Afonso e o Raso da Catarina são áreas de muito alta importância biológica, (MMA, 2004). A Região de Serra Negra, em Floresta, é classificada nesse mesmo levantamento como de extrema importância biológica, Figura 6. A invasão da algaroba (*Prosopis juliflora*) em riachos e no Rio São Francisco é uma ameaça à mata ciliar.

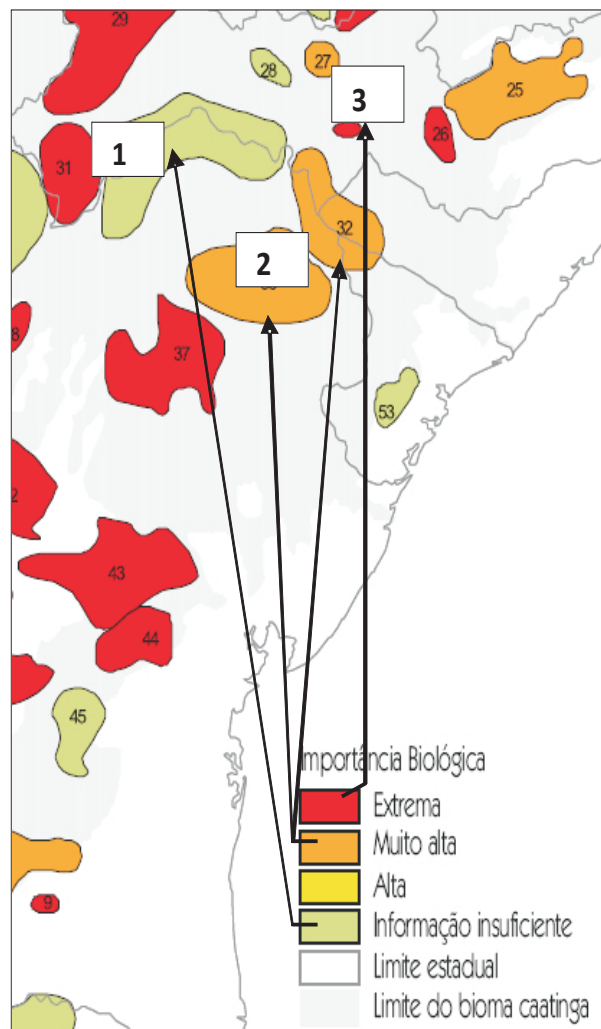


Figura 6. Áreas prioritárias para conservação da flora da caatinga no Território Itaparica: 1: Sertão do submédio São Francisco; 2: Xingó; 3: Reserva Biológica de Serra Negra. Fonte: MMA, 2004.

3.4 Recursos Hídricos

O Território Itaparica está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo a água um recurso em abundância, fator que deveria oferecer um conforto hídrico para as populações, mas na verdade ocorre a escassez e conflitos entre usuários, onde a população rural fora da beira do Rio provavelmente é a menos atendida. O principal fator desses conflitos é a ausência de sistemas de distribuição da água disponível para as comunidades localizadas fora da calha do Rio, e mesmo comunidades ribeirinhas, que utilizam a água, fazem-no sem o devido tratamento nem canalização.

As sub-bacias importantes, no lado pernambucano, que deságuam no Rio São Francisco são as do Rio Pajeú, com seu conhecido afluente Riacho do Navio, no município de Floresta, e a do Rio Moxotó com sua foz no município de Jatobá. No lado baiano existem diversos riachos, são eles: Várzea em Abaré, Tim-Tim em Macururé, Grande em Chorrochó, Itaparica, Amarim e Melancia em Rodelas.

As águas subterrâneas são escassas em toda a área da Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”, em virtude de existir um embasamento cristalino de rochas e os solos serem rasos, portanto, a água fica reservada apenas em fendas, e, no que diz respeito à qualidade, geralmente tem elevado teor salino. Na Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, o potencial de água subterrânea é bom, porém muito variável dentro da unidade. O ZANE (Embrapa, 2000) analisou 249 poços na bacia sedimentar, que apresentaram profundidade de 45 metros e vazão média de 1,6 l/s. Quanto à qualidade, foi considerada quase sempre boa a regular.

Em relação aos aquíferos subterrâneos, a Agência Nacional de Águas (Conejo, 2005), evidencia quatro aquíferos, todos dentro da Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, descritos na Figura 7 e Tabela 3, a seguir. São eles: Aquífero “Marizal” envolvendo Glória, Rodelas e Macururé e partes do município de Petrolândia, aquíferos “Tacaratu” e “Inajá” envolvendo partes do município de Tacaratu, e aquífero “São Sebastião” envolvendo os municípios de Floresta e Petrolândia.

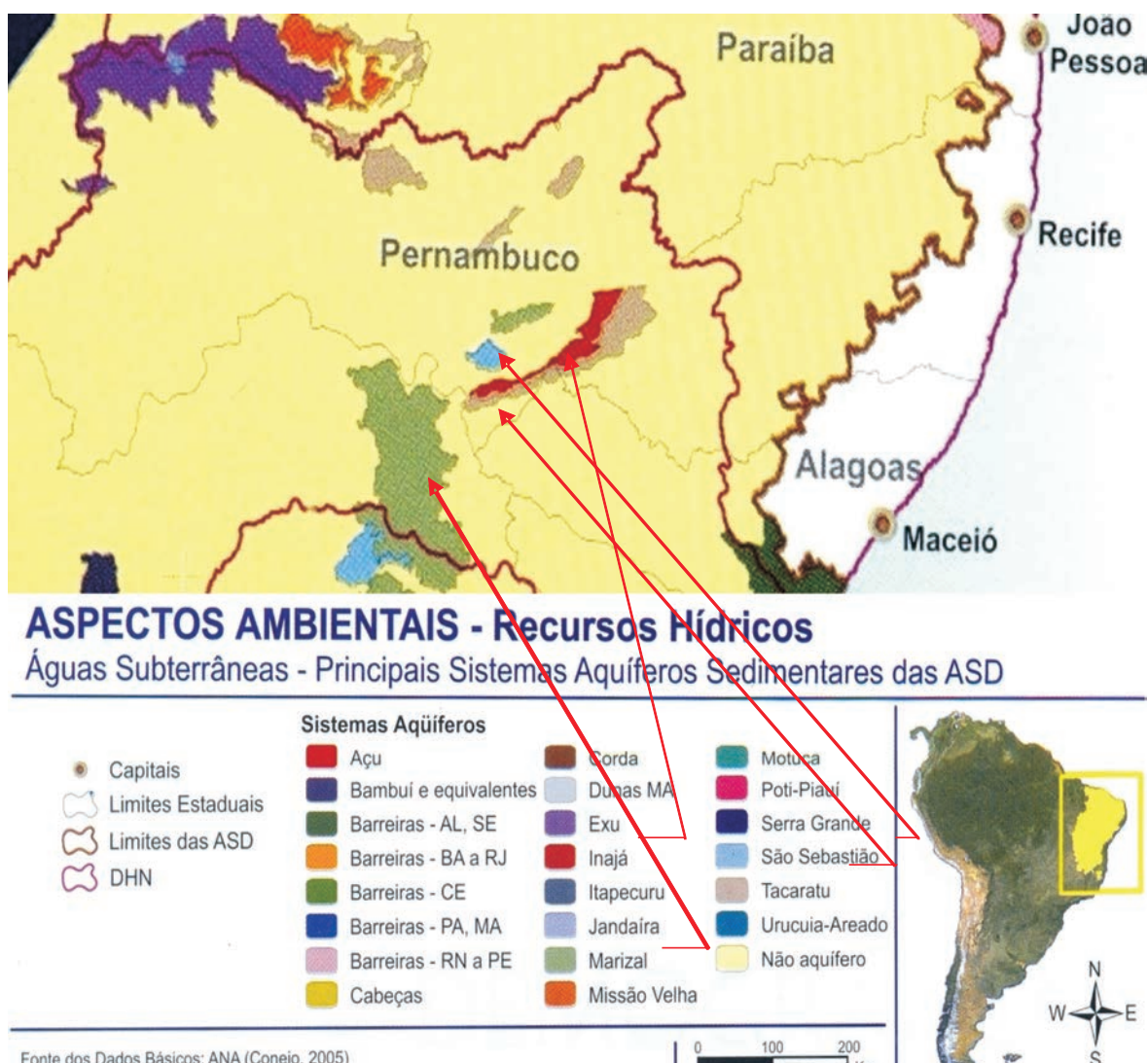


Figura 7. Águas subterrâneas, principais sistemas aquíferos sedimentares no Território Itaparica e região, área susceptível à desertificação ASD. Fonte ANA (Conejo, 2005).

Tabela 3. Disponibilidade de águas subterrâneas nos principais sistemas aquíferos no Território Itaparica. Conejo, 2005.

Sistema Aquífero	Região Hidrográfica dominante	Área de recarga (km²)	Espessura média	Precipitação (mm/ano)	Reserva (m³/s)	
					Renovável	Explotável ¹
Marizal	Alt. Leste São Francisco	18.797	200	514	36	7,2
São Sebastião	Alt. Leste	6.783	-	1358	41	8,2
Inajá	São Francisco	956	300	722	1,5	0,3
Tacaratu	São Francisco	3.890	200	965	14,5	2,9
Total		30.426			93	18,6

1: 20% das reservas renováveis. / - : Dados insuficientes. Fonte: ANA (Conejo, 2005).

3.5 Recursos Minerais

Segundo o mapa geológico mineral da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais da Bahia, não existem jazidas importantes no Estado, o que não ocorre em Pernambuco, pois os mapas indicam a existência de vários minérios: calcário, ferro, ágata, talco, barita, titânio e linhito (MME, 1975).

Não parece ser este um grande potencial a ser explorado no Território, porém considerando a água como um recurso mineral, conclui-se que essa é a principal riqueza do Território Itaparica, dada à principal fonte hídrica, que é o Rio São Francisco e os aquíferos, já detalhados anteriormente.

No entanto, é importante registrar a exploração do titânio, extraído a partir do minério chamado Ilmenita, no município de Floresta, por uma empresa de pequeno porte que promove uma extração intermitente, chegando a uma produção bruta estimada entre 20 e 50 mil toneladas ao ano, segundo o Anuário Mineral Brasileiro (Brasil, 2006). No Brasil, o titânio foi destinado à fabricação de tintas, esmaltes, vernizes, siderurgia, ferros-liga, produção de soldas e anodos para a galvanoplastia, bem como para pisos e revestimentos.

3.6 Passivos Ambientais

Sem dúvidas, a maior intervenção antrópica ocorrida no Território se deu recentemente com a construção da Barragem de Itaparica. Uma área de 834 km² foi inundada pelo Lago, envolvendo as cidades de Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco, Rodelas na Bahia e o núcleo urbano de Barra do Tarrachil, em Chorrochó, afetando quase 36 mil pessoas, 92 mil cabeças de rebanhos, estradas federais, estaduais, acessos e estradas vicinais, sistema de eletrificação, residências e prédios públicos.

As áreas ribeirinhas eram terras de boa qualidade, de aluvião, depositadas durante milênios pelas cheias do rio, onde os ribeirinhos moravam e trabalhavam em suas atividades rudimentares, significando quase a totalidade da população do Território, que foi desapropriada e reassentada.

À parte os benefícios da geração de energia para o desenvolvimento do país, advindos das usinas hidroelétricas, o tipo de dano causado por uma instalação dessa natureza é defendido por estudiosos como “dano moral ambiental”, uma análise que envolve a relação entre a questão ambiental e a sociedade. Esse passivo moral ambiental ainda não é conhecido nem calculado, mas é importante que se ressalte, neste documento, a necessidade de estudos sobre essa questão (Albuquerque, 2005).

Finalmente, destacam-se mais alguns passivos: a salinização de solos e a poluição de águas, decorrentes da agricultura irrigada, e a desertificação, esta última, provém da atividade agropecuária e do extrativismo. As atividades sob o modelo da moderna agricultura irrigada descomprometida com o meio ambiente constituem-se numa intervenção antrópica que vem causando poluição e a salinização de solos com seus resíduos de adubos e agrotóxicos, que chegam ao Rio através dos drenos naturais e artificiais. Esse fenômeno se soma ao desmatamento e à invasão da espécie vegetal exótica algaroba (*Prosopis juliflora*), que põe em risco a mata ciliar de riachos e rios do Território.

O núcleo de desertificação mencionado, anteriormente, no item 3.1, tem como causa a substituição da caatinga por práticas de agricultura, pecuária e a retirada de madeira para produção de lenha e carvão (MMA, 2007). Tanto esse passivo quanto os outros, já citados, carecem de maiores estudos, planejamento de imediata proposição de ações mitigadoras.

4. POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA

O Território de Itaparica apresenta aspectos muito peculiares que o caracterizam e o diferenciam da maioria dos territórios. Conforme comentários já apresentados na evolução histórica, vários municípios dos dois Estados foram direta ou indiretamente atingidos, em 1987, com a formação do Lago de Itaparica. Algumas alterações, a ele relacionadas, no que se refere à questão demográfica, ajudam a explicar suas características.

Optou-se por estabelecer um comparativo entre a situação dos municípios, tomando como ponto de partida a década de 1980, período anterior à ocorrência das modificações que explicam o atual quadro demográfico dos municípios.

A década de 1990, em relação à de 1980, indica um decréscimo da população de alguns municípios (ver Tabela 4). No caso de municípios impactados diretamente pelo “empreendimento Itaparica”, verifica-se perda de população decorrente da migração para os municípios onde foram implantados os projetos de irrigação destinados ao reassentamento, bem como a migração para outras localidades, por decisão da família.

No caso de Petrolândia, observa-se significativa redução da população em 2000, se comparada ao ano de 1991, sendo o principal motivo a emancipação política de Jatobá, que constituía parte da população rural de Petrolândia.

Itacuruba é o município mais impactado com a redução de população, fato diretamente relacionado à perda de área na formação do Lago e à migração de parte da população rural para a cidade e para o Município de Orocó, onde foi implantado o perímetro irrigado Brígida, alternativa de reassentamento para os itacurubenses. O segundo Município mais impactado foi Floresta, e, na sequência, Belém do São Francisco.

Analisando a tendência geral do quadro demográfico dos municípios que compõem o Território, observa-se que há crescimento populacional. Porém, alguns municípios como Itacuruba, Belém de São Francisco, Chorrochó, Glória e Macururé, o que se constata é uma visível perda de população, como pode ser visto na Tabela 4.

Referente à densidade demográfica, observa-se um crescimento regular entre 1980 e 2007. Dos municípios que compõem o Território, sobressai Paulo Afonso com 64,79 hab./km² como a cidade que mais cresce no Território, devido à indústria de energia e ao papel de prestadora de serviços, conforme é possível verificar mais adiante. Na sequência vem Jatobá com 49,97 hab./km², que se explica pela pequena extensão territorial, e Petrolândia com 28,23 hab./ km². Rodelas, Macururé

e Chorrochó são os municípios de menor densidade demográfica com 2,73, 3,41 e 3,99 hab./km², respectivamente.

Tabela 4. População recenseada e densidade segundo os municípios do Território Itaparica, 1980 a 2007. Fonte: IBGE. (números absolutos)

Município	Km ²	Hab./Km ² 2007	1980	1991	2000	2007
Abaré	1.694	10,24	8.963	11.449	13.648	17.342
Chorrochó	2.648	3,99	10.263	9.603	10.171	10.571
Glória	1.402	9,90	9.877	12.815	14.559	13.879
Macururé	2.279	3,41	8.296	6.770	8.612	7.779
Paulo Afonso	1.574	64,79	71.137	86.619	96.499	101.952
Rodelas	2.575	2,73	4.486	4.298	6.260	7.023
Belém de São Francisco	1.835	11,20	24.155	23.002	20.208	20.545
Carnaubeira da Penha	995	11,75	(-)	(-)	10.404	11.689
Floresta	3.675	7,25	32.235	32.336	24.729	26.648
Itacuruba	464	8,84	4.410	3.248	3.669	4.097
Jatobá	276	49,97	(-)	(-)	13.148	13.797
Petrolândia	1.084	28,23	23.703	32.963	27.320	30.597
Tacaratu	1.249	16,46	14.540	17.352	17.096	20.552
Média Hab /Km²			9,75	11,06	12,25	13,17
Total	21.748		212.065	240.455	266.323	286.471

(-) Dado não disponível

O Território de Itaparica apresenta uma taxa de urbanização correspondente a 63,03%, portanto abaixo da média do Brasil (82,25%), Nordeste (69,08%), Bahia (67,12%) e Pernambuco (76,51%), Tabela 5.

Referente à distribuição da população, por sexo, observa-se que 50,67% são do sexo feminino, pouco acima da média do Brasil e do Nordeste, e semelhante ao que ocorre no Estado de Pernambuco, conforme Tabela 5.

Tabela 5. População recenseada no Território Itaparica, por situação de domicílio e gênero, segundo os municípios. Fonte: IBGE, 2007

Municípios	População recenseada, por situação de domicílio e sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	286.471	139.771	145.156	180.569	85.696	94.304	105.902	54.075	50.852
% Gênero		48,79	50,67		47,46	52,23		51,06	48,02
% Urbano/Rural				63,03			36,97		

Dentre os 13 municípios que o compõem, 06 apresentam taxa de urbanização superior a 50%: Itacuruba (89,75%), Paulo Afonso (85,74%), Rodelas

(78,02%), Petrolândia (69,92%), Floresta (64,86%) e Belém do São Francisco (63,08%). Nos sete municípios restantes, a população rural é superior, na seguinte ordem: Carnaubeira da Penha (85,77%), Glória (80,61%), Chorrochó (76,86%), Macururé (67,35%), Jatobá (58,47%), Tacaratu (56,26%), Abaré (52,1%).

No caso de Belém do São Francisco, Floresta e Rodelas, a ocorrência de migração induzida pela necessidade de buscar terras férteis em outros municípios ou a opção de morar nas cidades, após a inundação, ajuda a explicar o fato da população na área urbana ser maior. Quanto à Petrolândia, o quadro é resultante da emancipação política da Vila de Jatobá que, ao constituir-se, incorporou uma parte da área rural de Petrolândia.

Com relação ao Município de Itacuruba, este sofreu perda de território, bem como de população. A maior parte migrou para o Município de Orocó e se instalou no Projeto Brígida, enquanto que um número também significativo optou por manter-se na cidade e outros provenientes da área rural resolveram agregar-se a esse contingente. Portanto, a alta taxa de urbanização neste município, não é causada pela natureza das atividades urbanas, fato que se verifica em Paulo Afonso, cuja taxa de urbanização é inferior à de Itacuruba.

No Território de Itaparica, o peso da população potencialmente inativa (0 -14 anos e 61 anos e mais) sobre a população em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos), corresponde a 65%. Os municípios que apresentaram razões de dependência econômica mais elevada foram Carnaubeira da Penha (91%) e Chorrochó (75.94%). Os municípios que apresentaram razões de dependência econômica mais baixas foram Paulo Afonso (56%) e Glória (66.69%).

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Há, no Território, um conjunto quantitativamente expressivo e diversificado de instituições do poder público e organizações da sociedade civil diretamente envolvidas com o cotidiano das ações do Território. Importante frisar, que muitas delas atuam especificamente naquelas áreas temáticas consideradas estratégicas na implementação da política de desenvolvimento territorial.

Do poder público, além das Prefeituras, tem atuação direta na região: empresas federais de geração de energia, de desenvolvimento regional, de pesquisa agropecuária, instituições oficiais de crédito, previdência social e escritórios que respondem pelas políticas ambiental e indígena. Vinculados aos governos estaduais, existem *campus* universitário, representações de órgãos de pesquisa, de assistência técnica, extensão rural e de desenvolvimento regional.

No campo da sociedade civil, o Território conta com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dezenas de Associações de Produtores Rurais em todos os municípios, Cooperativas Agrícolas, Colônias de Pescadores, Grupos informais de Produção e Comercialização, inclusive de produtos orgânicos, Grupos de Artesanato e Movimento de Jovens do meio rural.

Existem organizações não - governamentais de base territorial atuando no meio urbano e rural, dentre elas, o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, Figura 8.

Os povos indígenas dispõem de uma coordenação regional, e motivadas pela participação desta, nas oficinas durante o processo de construção do PTDRS, algumas comunidades quilombolas também estão se organizando em uma coordenação regional.



Figura 8. Movimentação popular em “Ato Público” organizada pelo Pólo Sindical em 2005. Fonte: Agência Brasil. Foto: Priscila Chagas.

6. ESTRUTURA AGRÁRIA

Considerando que a estratégia de desenvolvimento territorial tem como uma de suas diretrizes, a “ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária” e a natureza das ações previstas no eixo econômico do Plano, o êxito na implementação da política de desenvolvimento territorial na região depende, necessariamente, do tratamento que será dado à situação fundiária na área do Território no processo de planejamento materializado na construção do PTDRS.

O primeiro passo é retratar, o mais aproximado possível da realidade, a estrutura fundiária, ou seja, identificar a quantidade, o tamanho e a distribuição social das posses e propriedades, bem como o quantitativo de terras públicas. Ocorre que os dados oficiais disponíveis, até então, são insuficientes para o alcance desse objetivo. Isto porque os resultados do último censo agropecuário ainda não foram divulgados e os que estão disponíveis encontram-se defasados (são dados do IBGE, levantados há mais de doze anos). Apesar disso, é possível traçar um perfil

geral capaz de proporcionar uma visão também geral das características da estrutura fundiária do Território.

Há três aspectos marcantes da identidade do Território de Itaparica, cujas particularidades precisam ser consideradas na abordagem da questão fundiária.

1. A grande concentração de propriedades familiares, com dimensões que variam de um e meio a seis hectares, que compõem os projetos públicos de irrigação implantados pela Chesf para reassentamento da população rural atingida pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica. Para cada um dos cerca de seis mil e duzentos lotes, destinados à agricultura irrigada, há uma área de terra de sequeiro com tamanho variável entre dez e vinte e cinco hectares, que somam aproximadamente cem mil hectares. Trata-se de uma quantidade de terras superior ao total de todas as áreas irrigáveis de todos os projetos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba –CODEVASF em operação no Vale do São Francisco. A situação cadastral delas está definida, pois estão tituladas em nome dos reassentados, mas ao contrário dos lotes irrigados, que são individualizados, elas estão registradas em regime condominial, isto é, cada proprietário de um lote irrigável é também proprietário de uma fração ideal de dez ou vinte e cinco hectares nas áreas de sequeiro. Na prática, há indefinições porque nem todas as áreas estão demarcadas, algumas estão sendo ocupadas por terceiros, e, no geral, não há entendimento a respeito de como utilizá-las em regime de condomínio. Por tudo isso, elas estão se constituindo em motivo de conflitos, inclusive entre os próprios reassentados, quando deveriam estar sendo adequadamente integradas à utilização produtiva das parcelas irrigadas.
2. O segundo aspecto, fora dos reassentamentos, consiste na existência de um número expressivo de áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais. No que diz respeito aos povos indígenas, existem áreas que embora estejam fisicamente definidas, e plenamente reconhecido o direito de seus ocupantes sobre elas, ainda há pendências a serem resolvidas. Outras se encontram em processo de reconhecimento e demandam acuidade no sentido de compatibilizar os legítimos interesses, tanto dos grupos que as reivindicam

com base na afirmação de suas origens étnicas, quanto os daqueles que não invocam essa condição étnica, mas as ocupam de boa-fé, estabelecendo suas famílias, criando raízes e recriando sua identidade territorial. Em relação às comunidades tradicionais, há referências a comunidades de fundo de pasto, mas não há elementos suficientes a confirmar isso. As comunidades de fundo de pasto, tal como existem no Território Sertão do São Francisco e que reivindicam seu reconhecimento como comunidades tradicionais, assim se afirmam em função de suas características de natureza sócio-cultural, do tipo e modo como desenvolvem suas atividades produtivas e, sobretudo, da forma como lidam com os recursos naturais da caatinga. No caso do Território de Itaparica ainda não há comunidades identificadas com tais características. O que não significa que elas não existam, mas tão somente que se faz necessário a realização de um trabalho criterioso, no sentido de identificá-las, algo a ser feito mediante diagnóstico da situação fundiária. Mais visível, no tocante às comunidades tradicionais, são alguns grupos que estão se afirmando como remanescentes de quilombos. Mesmo assim, há necessidade de um trabalho visando identificar e mobilizar todas as comunidades passíveis de serem enquadradas na legislação que define a política de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Também neste caso, o tratamento mais adequado seria a realização de um diagnóstico com a finalidade específica de fazer a caracterização fundiária das áreas dessas comunidades.

3. O último aspecto são as ilhas existentes no Lago de Itaparica e as terras localizadas nas suas margens. A efetivação de muitas das propostas do PTDRS, numa perspectiva realmente sustentável, dependerá da política que será adotada para a gestão dos recursos hídricos e do solo no Lago, ou seja, assim como a água, o uso dessas terras deverá ser devidamente planejado. Por isso, numa eventual ação de ordenamento fundiário no Território elas não deverão ser excluídas de tal processo, apesar do domínio das ilhas e da faixa que margeia o Lago já estarem definidas em lei.

Fora das áreas dos perímetros irrigados a realidade é outra, semelhante à das outras micro-regiões do Submédio São Francisco, originada do processo

histórico de confronto entre o sistema de sesmarias e os indígenas, posteriormente a resistência dos camponeses excluídos do acesso à terra. As sesmarias eram vastas extensões de terras concedidas aos “amigos do Rei” como as famílias Garcia d`Ávila (Casa da Torre) com 260 léguas a partir da foz do Rio São Francisco e Guedes de Brito agraciada com uma possessão que se estendia de Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, até à nascente do Rio das Velhas, no Estado de Minas Gerais.

A estrutura fundiária do Território de Itaparica, vigente nas áreas de sequeiro, é o resultado da decadência das sesmarias provocada, em muito, pela resistência camponesa, conforme registra o historiador Alberto Passos Guimarães no livro *Quatro séculos de Latifúndio* (1981):

“Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões se limitavam às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. A força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se”

A realidade resultante desse processo é caracterizada por uma profunda desigualdade na distribuição social da terra e pela generalizada existência de vastas áreas devolutas, conforme revelam os números da Tabela 6, montada com dados extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (INCRA, 2006). Segundo esses dados, do total de 2.174.820 ha, apenas 1.006.826 ha da área total do Território estão cadastrados, o que corresponde a apenas 46,26%. Ou seja, de acordo com esses dados, mais da metade das terras do Território são devolutas.

O quantum dessa terra está ocupado e quem são seus ocupantes não se sabe totalmente. Do lado baiano, Rodelas é o município com maior porcentagem de terras devolutas, 81,10%, seguido de Macururé, 70,30%, Glória, 63,50%, Chorrochó, 54,19%, Paulo Afonso, 46,06 e Abaré com 30,46%. No lado de Pernambuco, a ordem é a seguinte: Petrolândia, com 77,06%, Carnaubeira da Penha, 76,28%,

Itacuruba, 71,59%, Tacaratu, 48,52%, Belém de São Francisco, 48,10% e Floresta com 25,20%.

Quanto à distribuição, os dados revelam uma enorme concentração nas mãos dos grandes proprietários. Os 115 imóveis classificados como grandes propriedades, correspondem a apenas 0,6% do total de 19.348 dos imóveis, e, no entanto, concentram 24,06% de todas as terras cadastradas, enquanto as 16.546 propriedades enquadradas na categoria de minifúndios, que representam 86,41% daquele total, detêm somente 28,87% delas. A profunda desigualdade na distribuição social das terras nos municípios do Território Itaparica, expressa na disparidade dos seus números pode ser visualizada na Tabela 6 e na Figura 9.

Tabela 6. Distribuição social da terra no Território Itaparica (ha). Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2006, modificado.

MUNICÍPIO	Total		Grande		Média		Pequena		Minifúndio		Não Classificado	
			Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Abaré	1.180	117.792	9	39.986	19	8.138	237	27.457	1.598	41.515	17	694
Chorrochó	2.621	121.319	10	23.317	39	16.847	253	27.996	2.291	53.008	28	150
Glória	3.317	41.656	1	8.010	5	2.474	40	4.428	3.247	26.740	24	2
Macururé	2.058	83.190	4	17.951	19	7.334	169	20.460	1.793	37.442	73	2
Paulo Afonso	3.599	90.278	2	5.261	32	14.402	165	18.562	3.270	51.998	130	53
Rodelas	881	48.676	1	14.074	5	2.200	108	12.578	765	19.824	2	0
B. S. Francisco	1.574	95.243	1	900	90	31.982	424	44.002	1.038	18.355	21	2
C. da Penha	411	23.607	2	1.874	23	8.327	69	7.644	299	5.762	18	0
Floresta	1.516	274.893	57	89.947	281	104.386	588	66.977	536	13.307	54	254
Itacuruba	112	13.189	4	4.573	10	3.399	37	3.802	53	1.414	8	0
Jatobá	493	7.846	-	-	3	1.140	16	1.538	472	5.160	2	7
Petrolândia	551	24.862	6	9.607	12	4.703	52	5.129	480	5.422	1	0
Tacaratu	835	64.275	8	26.838	34	16.311	83	10.363	704	10.756	6	7
Total	19.148	1.006.286	115	242.338	572	221.583	2.241	245.936	16.546	290.703	384	1.169

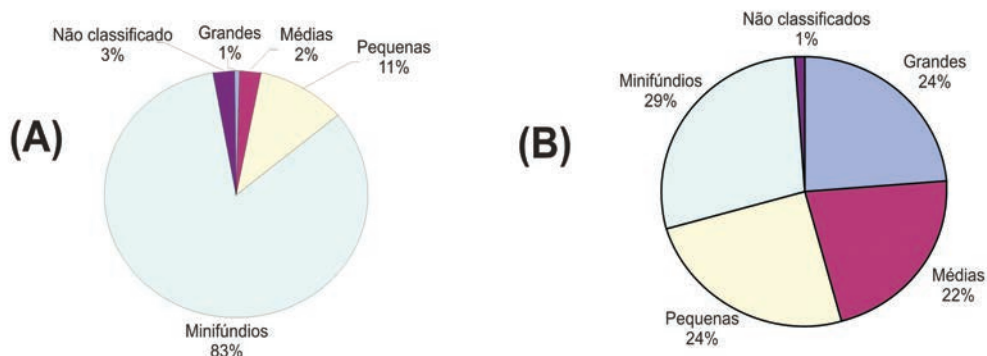


Figura 9. Percentual dos imóveis (A) e das áreas (B) no Território Itaparica. Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2006, modificado.

As ações de reforma agrária são mais desenvolvidas no Estado de Pernambuco, o que pode ser visualizado na Tabela 7. De modo geral, observa-se que 73,3 mil hectares foram destinados para assentar 52 projetos com pelo menos 2.060 famílias. A média de terras por família é bastante reduzida, chegando a 7,7 hectares em Jatobá e só ultrapassa os 50 hectares em Belém de São Francisco.

Atualmente, na área do Território, existem na Bahia 03 acampamentos de sem terras: 01 no município de Abaré, 02 no município de Rodelas, margeando a BA-210, e em Pernambuco, existe 01 em Itacuruba.

Tabela 7. Projetos de Assentamentos no Território Itaparica. Fonte: INCRA, 2007. Modificado.

Município	Projetos de Assentamento	Área (ha)	º. Famílias assentadas	Média da relação área / família(ha)	Obtenção	
					Data	Forma
Abaré	Antonio Conselheiro IV	9.755,12	277	35,2	07.02.2002	Desapropriação
Chorrochó	-	-	-	-	-	-
Glória	-	-	-	-	-	-
Macururé	-	-	-	-	-	-
Paulo Afonso	-	-	-	-	-	-
Rodelas	-	-	-	-	-	-
Belém de São Francisco	Venezuela, Volta, Riacho da Serra, Nova Esperança, Aliança, Poço da Volta, Santa Rita, Nova Conquista	3.974,79	89	57,5	1991 a 2006	Desapropriação, Confisco, Doação, Arrecadação
Carnaubeira da Penha	Lulaço	412,00	13	31,7	12.08.1996	Adjudicação
Floresta do Navio	Várzea Comprida, Caldeirão do Periquito, Lagedo, Serra Negra, Pedro Jorge de Albuquerque, Lajes, Barra da Forquilha, Jacaré, Vitorino, Várzea do Exu, Quebra Unhas, Newton Holanda, Cachoeira, Serra do Capim, Riacho do Navio, Cacimba Nova, Barra do Juá, Curralinho dos Angicos	17.751,39	412	44,58	1990 a 2006	Adjudicação, Confisco, Desapropriação, Doação
	03 P.A.'s do Banco da Terra e 10 P.A.'s do Cédula da Terra.	-	-	-	-	-
Itacuruba	Angicos, Angico I, Angico II, Angico III	5.342,00	230	24,06	2005 a 2006	Doação
Jatobá	Cidadania	340,16	44	7,7	-	Doação
Petrolândia	-	-	-	-	-	-
Tacaratu	Areias, Abreu e Lima, Antônio Conselheiro I, Antônio Conselheiro II, Antônio Conselheiro III, Moura	35.808,15	995	34,25	2004 a 2007	Doação, Desapropriação
TOTAL	52 P.A.'s	73.383,61	2.060	35,62		

7. ASPECTOS ECONÔMICOS

7.1 Finanças Públicas Municipais

O Produto Interno Bruto - PIB dos municípios do Território de Itaparica é originado nas arrecadações sobre a agropecuária, indústria e serviços. Os dados reunidos em percentual, a partir dos órgãos de pesquisa, nos dois Estados, permitem verificar que o valor adicionado da indústria vem em primeiro lugar com uma média entre os dois Estados de 60,44%, devido à produção de energia nas usinas hidroelétricas instaladas; em segundo lugar os serviços com 34,72% e, em terceiro lugar, vem a agropecuária com 4,84% do PIB, muito embora seja essa a vocação original e mais antiga do Território, como pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8. Valor Adicionado dos Territórios de Identidade da Bahia em percentual (%), 2005. Fontes: FIPE/USP; CONDEPE/FIDEN; SEAGRI/BA.

Território Itaparica	Agropecuária	Indústria	Serviços
Pernambuco	8,4	51,4	40,2
Bahia	1,28	69,48	29,24
Média	4,84	60,44	34,72

Entre os municípios que formam o Território, Paulo Afonso foi o que apresentou maior PIB per capita em 2006 (R\$ 14.884), seguido de Petrolândia (R\$ 13.382), ou seja, apresentaram valores três vezes maior do que nos demais municípios, Tabela 9. Dentre os municípios de menor PIB *per capita*, aparecem Macururé (R\$ 1.632), Glória (R\$ 2.152), Abaré (R\$ 2.233) e Chorrochó (R\$ 2.290). Uma análise mais detalhada desses municípios confirma que a produção agropecuária contribui no máximo com 13% do produto interno bruto, a exemplo de Glória. A participação agropecuária é maior nos municípios de Carnaubeira da Penha (25%), Itacuruba (19%) e Belém de São Francisco (19%).

A parte baiana do Território de Itaparica pertence a um terceiro grupo composto pelo menor PIB *per capita* do Estado, junto com os Territórios Bacia do Paramirim e Piemonte da Diamantina, segundo o estudo da FIPE/ USP. Já a parte pernambucana ocupa o segundo lugar no ranking dos Territórios com maior PIB *per capita* do Estado, antecedendo apenas a região metropolitana do Recife, segundo o estudo da CONDEPE/FIDEN.

Tabela 9. Produto Interno Bruto - PIB per capita (R\$) nos municípios do Território Itaparica 2002 - 2006. Adaptado. Fontes: CONDEPE/FIDEN; CNM/IBGE

Municípios	2002	2003	2004	2005	2006
Abaré	1.419	1.725	1.651	1.926	2.233
Chorrochó	1.154	1.293	1.388	1.761	2.290
Glória	1.594	1.651	1.668	1.890	2.152
Macururé	1.040	1.133	1.188	1.354	1.632
Paulo Afonso	10.415	12.338	13.384	12.235	14.884
Rodelas	1.641	2.220	2.190	2.525	2.916
Belém de São Francisco	2.581	2.571	3.125	3.449	3.566
Carnaubeira da Penha	1.522	1.680	2.172	2.344	2.755
Floresta	3.338	3.952	4.378	4.471	4.972
Itacuruba	3.620	3.614	4.123	4.021	4.023
Jatobá	1.706	1.886	2.022	2.256	2.472
Petrolândia	12.253	14.427	17.016	14.626	13.382
Tacaratu	1.638	1.848	2.035	2.397	2.660

7.2 Produção Agrícola

A produção agrícola, como já indicado anteriormente, contribui pouco com a geração de riquezas medidas pelo PIB, mas certamente é dessa atividade que o nível de segurança alimentar mais depende, pois abastece as famílias rurais e urbanas. Os microdados produzidos pelo estudo do INCRA e FAO (2000) mostram os dez principais produtos da agricultura familiar nos municípios do Território, como pode ser conferido na tabela a seguir.

Predominavam dentre os dez principais produtos da agricultura familiar, neste estudo, culturas tipicamente cultivadas em regime de sequeiro ou em áreas irrigadas: feijão, milho, extrativismo vegetal, mandioca, caju e palma forrageira. Em segundo vinha pecuária, com criações de caprinos, galinhas, ovinos e suínos. Em terceiro apareciam cebola, melancia, tomate, hortaliças, coco, arroz, capim elefante, banana e manga, culturas tipicamente irrigadas. E quarto lugar, a pecuária de leite e corte.

Esse cenário foi fortemente influenciado pela instalação dos perímetros irrigados com os reassentados de Itaparica nas décadas de 80 e 90, envolvendo 4.763 famílias e uma área de 107.191 hectares, Tabela 10. Observa-se que a principal cultura nos perímetros irrigados é a banana com mais de 5.500 hectares cultivados, área superior à soma de todas as outras culturas, compostas por: coco,

amendoim, mamão, manga, goiaba, melancia, coentro (sementes), abóbora, cebola, e, em menor quantidade, uva, quiabo, cebola (sementes) e um misto de outras culturas.

Tabela 10. Área cultivada nos perímetros irrigados de reassentados de Itaparica, 2004.
Fonte: ATER/CODEVASF.

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA (ha) / PROJETO									TOTAL
	Brígida	Icó-Mandantes	Manga de Baixo	Apolônio Salles	Barreiras	Fulgêncio	Glória	Rodelas	Pedra Branca	
Banana	349	10	3	125	15	3.800	35	-	1.207	5.544
Coco	150	137	4	300	80	125	32	360	47	1.235
Amendoim	30	-	-	-	-	350		50	115	545
Mamão	100	6	-	-	-	178		23	108	415
Manga	-	80	-	20		80	20	52	153	405
Goiaba	34	70	7	25	10	79		45	116	386
Melancia	11	200	-	30	10	25	60	15	17	368
Coentro*	-	300	-	-	-	-	-	-	-	300
Abóbora	10	220	-	5	5	-	16	4	5	265
Cebola	70	28	-		-	21	-	-	65	184
Uva	-	16	-	16	-	-	3	-	2	37
Quiabo	-	20	-	4	-	-	5	-	-	29
Cebola*	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Outros	87	85	6	50	50	65	94	65	75	577
TOTAL	841	1.172	22	575	170	4.723	265	614	1.910	10.292

* cultivo para sementes

A Chesf implantou 15.000 hectares irrigados, existem ainda 5.776 hectares em implantação, e áreas de sequeiro com 58.000 hectares associados aos lotes irrigados, além dos 42.988 hectares de reserva legal. Observa-se, na Tabela 10, que existem 10.292 hectares em produção, mas ainda há uma parcela ociosa nas áreas em relação ao total implantado.

Uma estimativa de valor do rendimento de toda a produção dos perímetros irrigados, divulgado pelo MME – Ministério das Minas e Energia indica uma receita bruta anual (2002) de R\$ 13.876.984,00, Tabela 11.

Tabela 11. Reassentamentos de Itaparica, renda anual aproximada nos perímetros irrigados. MME 2002, adaptado.

Reassentamentos	Famílias	Área total	Renda anual (R\$)
Rodelas	397	13.596	808.520,00
Glória	126	4.016	107.600,00
Icó Mandantes	706	14.981	3.183.056,00
Barreiras	89	3.266	134.760,00
Apolônio Salles	104	3.245	1.871.480,00
Manga de Baixo	25	642	174.640,00
Brígida	431	8.722	1.042.040,00
Pedra Branca	734	13.380	3.577.280,00
Caraibas – Fulgêncio	1.409	31.323	2.977.608,00
Tuxá	350	7.000	(-)
Remanso	42	1.020	(-)
Remanescentes	350	6.000	(-)
Total Geral	4.763	107.191	13.876.984,00

(-) Dado não disponível.

Apesar dos dados serem do ano de 2002, o diagnóstico mais recente da hortifruticultura, oriundo das plenárias para elaboração deste Plano, não indica realidade muito diferente, em virtude de que várias questões ainda estão presentes na realidade de Itaparica e precisam ser enfrentados, do tipo: 1) falta de continuidade na ampliação dos projetos irrigados; 2) necessidade de mais investimentos na produção de mudas frutíferas e nativas; 3) falta de apoio à pesquisa; 4) os sistemas de produção estão obsoletos e poluentes; 5) o custo da água é muito alto nos perímetros irrigados, em comparação com o mesmo custo nos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro.

Outros fatores limitantes ainda podem ser registrados: 1) as formas de beneficiamento pós-colheita e agroindústrias são inexpressivas; 2) a logística e o transporte estão nas mãos de atravessadores; 3) as organizações dos agricultores reassentados ainda não assumiram seus papéis, nem se apresentam com o grau de legitimidade esperado.

Finalmente, uma avaliação da assistência técnica oferecida pela CODEVASF, CHESF e empresa terceirizada que opera nos perímetros, indica limitações na estrutura de produção, inadequação à realidade agroecológica, cultural e organizacional, além de ser insuficiente, pois não atende às comunidades de sequeiro fora dos perímetros, assim como à pecuária.

7.3 Produção Pecuária

O destaque é a produção de caprinos, com uma quantidade de cabeças equiparada ao rebanho existente no Território Sertão do São Francisco, ou seja, acima de 200 mil cabeças, no caso de Floresta. Outros rebanhos presentes: ovinos, aves, bovinos e suínos, conforme a Tabela 12, a seguir.

De modo geral, na contabilização dos valores dos produtos (IBGE, 2005), Tabela 13, apresentada na página seguinte, comparado com o valor gerado nos perímetros dos reassentados de Itaparica em 2002, Tabela 11, apresentada na página anterior, é possível inferir que o valor de riquezas gerado pela pecuária seja superior ao da hortifruticultura, pois não foram considerados os valores dos caprinos, bovinos e aves de corte destinadas ao comércio e/ou consumo.

Tabela 12. Efetivo dos rebanhos nos Municípios do Território Itaparica. Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005.

Municípios	Caprinos	Ovinos	Galos,fran- os e pintos	Galinhas	Bovinos	Suínos
Bahia	102.174	72.506	70.256	46.222	31.652	5.341
Abaré	37.503	29.609	4.315	2.876	4.189	795
Chorrochó	10.640	10.447	1.883	1.256	5.163	140
Glória	9.912	3.345	5.482	36.040	3.273	572
Macururé	19.020	5.860	142	94	1.932	98
Paulo Afonso	13.719	15.403	58.374	5.918	14.189	3.654
Rodelas	11.380	7.842	60	38	2.906	82
Pernambuco	426.721	118.660	143.608	103.211	52.311	14.968
Belém de São Francisco	43.250	20.980	28.435	6.210	11.388	3.779
Carnaubeira da Penha	83.268	6.600	19.418	10.846	5.284	6.740
Floresta	210.000	40.000	21.500	12.000	18.314	1.600
Itacuruba	13.003	4.280	1.255	1.135	2.590	519
Jatobá	9.200	9.800	9.500	8.500	2.735	600
Petrolândia	20.000	14.000	44.500	47.520	6.300	880
Tacaratu	48.000	23.000	19.000	17.000	5.700	850
Total	528.895	191.166	213.864	149.433	83.963	20.309

A produtividade de leite de vaca, observada na Tabela 13, varia consideravelmente, e os municípios de Floresta e Tacaratu (2,2 l/vaca/dia) têm a produtividade média maior; em Chorrochó e Macururé a produtividade média é a menor (0,74l/vaca/dia), sendo superior, de modo geral, nos municípios de Pernambuco (2,07 l/vaca/dia). Considerando o imenso rebanho caprino existente, pode-se perceber um grande potencial ainda pouco explorado, que é o leite de cabra. Este alimento não é contabilizado pelo órgão de pesquisa, porque não se consome em escala, nem se comercializa ou beneficia.

Quanto à criação de galinhas e à produção de ovos, fica evidenciado o valor dos ovos, que corresponde a 1/3 do valor do leite de vaca. Os produtos desse subsistema procedem dos quintais domésticos nas áreas rurais e até mesmo nas áreas urbanas, e tem nas mulheres as principais empreendedoras, inclusive na comercialização. A utilização destes produtos na culinária é bem diversificada e normalmente é aceito por todos os membros da família. Destacam-se os municípios de Petrolândia e Glória como maiores produtores, e a menor produção é registrada em Macururé e Rodelas.

A produção de mel de abelhas é realizada por criadores individualizados e em algumas organizações, mas com pouca capacidade de produção, ainda existindo a extração de mel na forma rudimentar. A produção de 90 toneladas, evidenciada na Tabela 13, tem sua maior parte registrada no lado baiano do Território, destacando-se Paulo Afonso como o maior produtor. Será importante aprofundar esse diagnóstico, posteriormente, para esclarecer se neste município ocorre a comercialização apenas da produção local ou se o mel vem de fora, uma vez que é um município pólo e fronteiriço de três Estados.

Tabela 13. Quantidade e valor dos produtos de origem animal, nos Municípios do Território Itaparica. Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005. Adaptado.

Municípios	Produção de leite				Produção de ovos de galinha		Produção de mel de abelhas		Produção de ovos de codorna	
	Vacas ordenhadas	Quant. (1000 L)	Valor (reais)	média L / vaca / dia	Quant. mil dúzias	Valor (reais)	Quant. (kg)	Valor (reais)	Quant. mil dúzias	Valor (R\$)
Bahia	8.713	3.601	1.918.164	1,13	760	1.372.620	72.049	266.286	47	27.405
Abaré	1.047	471	212.018	1,23	17	30.198	1.055	3.007	-	-
Chorrochó	1.291	349	156.857	0,74	8	13.188	1.027	2.927	-	-
Glória	818	368	195.093	1,23	698	1.256.832	1.080	3.078	-	-
Macururé	483	130	62.597	0,74	1	987	220	627	-	-
Paulo Afonso	4.347	1.956	1.134.567	1,23	36	71.016	67.717	253.939	47	27.405
Rodelas	727	327	57.032	1,23		399	950	2.708	-	-
Pernambuco	12.529	9.474	7.486.999	2,07	1.101	1.923.623	18.480	74.980	-	-
Belém S Francisco	1.360	952	571.363	1,92	29	69.600	180	1.440	-	-
Carnaubeira Penha	444	240	143.856	1,48	52	124.164	-	-	-	-
Floresta	6.000	4.860	3.888.000	2,22	60	138.000	3.500	17.500	-	-
Itacuruba	375	173	103.680	1,26	6	14.299	-	-	-	-
Jatobá	950	684	547.200	1,97	43	102.000	4.800	23.040	-	-
Petrolândia	2.100	1.512	1.285.200	1,97	826	1.288.560	8.000	24.000	-	-
Tacaratu	1.300	1.053	947.700	2,22	85	187.000	2.000	9.000	-	-
Total	21.242	13.075	9.405.163		1.861	3.296.243	90.529	341.266	47	27.405
TOTAL dos VALORES (R\$)			13.070.077							

Finalmente, vale destacar, que o modo de criação de bovinos, caprinos, ovinos e até suínos é tocado pela mão de obra familiar, acima de 80% em relação ao total de mão de obra ocupada, (IBGE, 2006). O regime de criação é extensivo, nas imensas áreas devolutas e abertas indicadas no capítulo seis (Estrutura Agrária). Os pastos são em sua maioria nativos, ou seja, há o predomínio da caatinga. É comum, também, existirem pastos cercados e associados aos cultivos anuais, que são as roças de inverno. Após a colheita, os restos das culturas servem de suplemento e a estrutura dos cercados para apoiar o manejo alimentar e o trato sanitário do criatório.

Durante a construção deste Plano, as plenárias do Fórum do Território indicaram quais os principais limitantes do sistema de produção pecuário. De um modo geral, destacam-se o fraco investimento em infra-estrutura pelos serviços públicos e ausência de diagnóstico mais detalhado da produção pecuária. Na produção, os principais limitantes estão relacionados ao manejo sanitário, alimentar e genético.

Após a produção, os limitantes são relativos à ausência e inadequação dos abatedouros existentes, principalmente para caprinos e ovinos. De um modo geral, a ausência de assistência técnica e de uma programação sincronizada de eventos de capacitação e exposição limita a articulação e envolvimento, que poderiam propiciar o aperfeiçoamento de uma produção sustentável e adaptada às condições semi-áridas. Com referência à criação de abelhas, a ausência de mais estudos sobre a produção, beneficiamento, comercialização, flora apícola e as abelhas nativas limitam o planejamento de capacitações e investimentos na produção, beneficiamento e comercialização desse sistema produtivo.

7.4 Produção Pesqueira

A produção pesqueira no Território Itaparica é composta prioritariamente de pesca artesanal, legado da história da ocupação do Rio São Francisco. Porém, a construção das barragens terminou com parte do ciclo natural das águas que regia a reprodução dos peixes. Os principais prejuízos estão relacionados à reprodução dos peixes que dependem da piracema e ao fato de que as cheias favoreciam a sua alimentação, pois davam acesso à vegetação e aos restos culturais, ora submersos, e com a barragem deixaram de ocorrer.

Um dos exemplos mais significativos do impacto sofrido pelo Bioma fluvial foi na reprodução do Dourado (*Salminus brasiliensis*). O trecho do livro “Semi-árido - uma visão holística” de Roberto Malvezzi, transcrito abaixo, explica claramente os prejuízos à pesca artesanal sofrido pelas barragens:

“Abaixo de Sobradinho o rio não é mais rio, mas uma sucessão de barragens. Os peixes de piracema desapareceram. O rio foi transformado no que os olhos mercadores gostariam que fosse – um canal sem vida, pois as águas não contêm mais alimentos. Entre uma barragem e outra, não há espaço para que os peixes migrem e se reproduzam. Entendamos por que isso é grave. O dourado, por exemplo, precisa de um trajeto de, pelo menos, 500 quilômetros para desovar e reproduzir-se. Quando chegam as águas novas, é como se despertasse o ciclo da vida. Os cardumes começam migrar rio acima, contra a corrente. Só quando atingem a exaustão é que as glândulas liberam os hormônios. Então as fêmeas colocam os ovos na água e o macho, o esperma. Ocorre a fecundação. Em quinze horas, a nova vida eclode, e os alevinos são carreados pela correnteza para as lagoas marginais. Ali permanecem durante um ano, até se tornarem peixes jovens. Na cheia seguinte, quando o rio sobe novamente, novos alevinos são carreados para as lagoas, exatamente quando os peixes jovens saem para o leito do rio. Assim acontece o ciclo da vida. Porém, com as barragens, o ciclo pode ser interrompido definitivamente. Os indivíduos envelhecem e, em poucos anos, a espécie está extinta.” Roberto Malvezzi. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.

A produção pesqueira no Rio São Francisco vem declinando nas últimas décadas devido às barragens, redução do fluxo de água nas lagoas marginais, impedimento da piracema, desmatamento da vegetação natural e a destruição das matas ciliares, além da poluição proveniente dos esgotos domésticos e dos insumos adotados nas “modernas” atividades agrícolas (MMA, 2007).

Apesar deste cenário nada animador, a pesca artesanal continua sendo exercida por um expressivo contingente de pescadores. O Censo Estrutural da Pesca publicado pelo MMA, em 2007, indica um número superior a 1200 pescadores artesanais em Itaparica, segundo o banco de dados da Secretaria Especial da Pesca - SEAP (MMA, 2007), além de produtores (pescadores proprietários de embarcações), atuando em 38 locais de desembarque de pescados, Tabela 14.

Tabela 14. Dados relativos aos pescadores, embarcações e locais de desembarque do pescado no Território Itaparica, conforme os municípios. Fonte: Censo Estrutural da Pesca, MMA em 2007. Modificado.

Municípios	Nº. pesca- dores colonizados	Nº. pescadores cadastrados SEAP-2007*	Nº. de Produ- tores**	Canoa		Nº. de locais de desembarque
				Remo	Motori- zada	
Glória	520	74	-	77	1	7
Paulo Afonso	-	5	-	11	-	3
Rodelas	-	53	-	81	1	6
Chorrochó	161	85	-	77	-	2
Belém de São Francisco	-	112	111	114	-	4
Itacuruba	-	143	107	125	2	1
Jatobá	-	493	90	94	-	9
Petrolândia	-	317	95	101	14	6
Floresta			37	38	-	2
TOTAL	681	1282	440	718	18	40

- Dados não informados no Censo.

* Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, SEAP, órgão que assessora direta e imediatamente o Presidente.

** Refere aos proprietários de embarcação, que são pescadores, mas não representam a realidade total de pescadores, pois existem aqueles que pescam em embarcações de terceiros.

No Censo do MMA os dados das colônias de pescadores parecem incompletos, pois se sabe da atuação das seguintes colônias: Z - 29 de Floresta, Z - 27 de Belém de São Francisco, Z - 23 de Petrolândia e Z - 13 de Jatobá, além da Comissão Pastoral dos Pescadores CPP em Paulo Afonso.

Ainda segundo o mesmo Censo, as principais espécies capturadas pelas redes são: Pescada (*Plagioscion* spp.), Tilápia (*Oreochromis niloticus*), Piranha (*Pygocentrus piraya* e *Serrasalmus* spp.), Curimatã (*Prochilodus* spp.), Traíra (*Hoplias malabaricus*), Tucunaré (*Cichla* spp.), Apaiari (*Astronotus ocellatus*), Piau Verdadeiro (*Leporinus elongatus*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e Surubim (*Pseudoplatystoma coruscans*).

As principais espécies capturadas pelas linhas de mão e espinheis são: Tucunaré (*Cichla* spp.), Piranha (*Pygocentrus piraya* e *Serrasalmus* spp), Pirambeba (*Serrasalmus* spp), Pescada (*Plagioscion* spp.), Mandim (*Pimelodus maculatus*), Dourado (*Salminus brasiliensis*), Traíra (*Hoplias malabaricus*) e Apaiari ou Carapeba (*Astronotus ocellatus*), (MMA, 2007). Algumas dessas espécies estão na Figura 10.

Os dados sobre o pescado desembarcado e o esforço de pesca empregado são escassos, dispersos e pouco consistentes, além de não contemplarem séries históricas, dificultando o diagnóstico mais preciso sobre a pesca. Portanto, não se conhece a produção anual da pesca artesanal por espécie ou grupos de espécies, o que pressupõe ainda não existir suficiente organização nesse sistema de produção para fazer essas medições. Neste contexto, sabe-se que o MMA e o IBAMA estão executando o Projeto de Estatística de Desembarque Pesqueiro para levantar dados da produção (MMA, 2007).

A aquicultura se faz presente na região, principalmente aquela praticada em tanques - redes, dentro dos grandes reservatórios, fato que tem merecido especial atenção nos últimos anos. Basta saber que mais de vinte estações de piscicultura voltadas para a produção de alevinos estão em pleno funcionamento em toda a bacia do Rio. A criação para engorda de tilápia de forma intensiva em tanque-rede

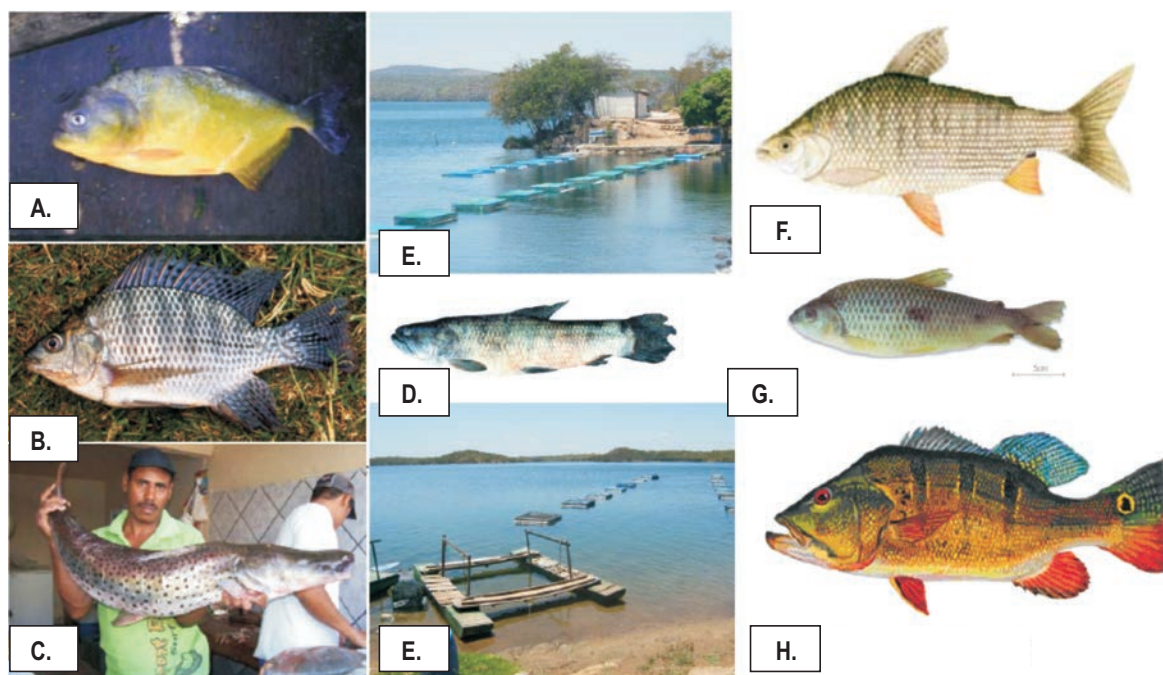


Figura 10. Peixes do São Francisco: A. Piranha (*Pygocentrus piraya* e *Serrasalmus* spp.); B. Tilápia (*Oreochromis niloticus*); C. Surubim (*Pseudoplatystoma coruscans*); D. Traíra (*Hoplias malabaricus*); E. Aquicultura no Lago Itaparica; F. Curimatã (*Prochilodus* spp.); G. Piau Verdadeiro (*Leporinus elongatus*) e H. Tucunaré (*Cichla* spp.). Fonte MMA, 2007. Modificado.

se localiza em Itaparica nos municípios de Belém de São Francisco, Itacuruba, Petrolândia e em Jatobá, no Lago Moxotó (MMA, 2007).

Durante as reuniões do Fórum do Território, os principais limitantes indicados na pesca foram: pouca capacidade de articulação e valorização das colônias de pescadores; falta de regulamentação e legalização da utilização do Rio e dos lagos; falta de estrutura para a pesca artesanal e a aquicultura; pouca produção e oferta de alevinos; carência de unidades de conservação e beneficiamento do pescado, bem como a produção e oferta de insumos, tais como: gelo, ração e materiais de pesca.

7.5 Sistemas Produtivos

Uma das combinações típicas de produção vegetal e animal dos agricultores familiares, no Território, constitui-se, desde a colonização, na criação animal e na utilização dos restos de cultura, como já detalhado no capítulo sobre a pecuária. Uma combinação mais recente e decorrente da instalação dos perímetros irrigados é a aplicação de esterco animal nas áreas de hortifruticultura, sendo também com essa intenção que os reassentados possuem área de sequeiro para a criação

animal associada à agricultura irrigada. Tanto nos lotes irrigados como nas margens do Rio existe o cultivo de capineiras irrigadas que servem para a complementação da alimentação animal.

A criação de abelhas, embora tenha pouca consistência, a produção de mel aparece nos dados do IBGE (Tabela 12) e essa atividade é totalmente conciliável com a produção vegetal e com a pecuária de ruminantes em sistema de pastejo aberto. Para algumas culturas da hortifruticultura, o efeito da conciliação com a criação de abelhas é fator multiplicador, por exemplo, na produção de manga, umbu e cebola para sementes, mas ainda é pouco difundido.

7.6 Beneficiamento da produção

De um modo geral, as estruturas de beneficiamento voltadas para a produção da agricultura familiar são poucas e representam uma etapa a ser desenvolvida nos sistemas de produção. Porém, existem iniciativas que devem ser citadas:

- Em Glória existem algumas estruturas como despoldadeira de frutas, casa de farinha e casa de mel;
- Em Paulo Afonso existe um matadouro público, unidades de beneficiamento de pescado e salgadeira de couro;
- Em Floresta existe uma pequena agroindústria de processamento de carne de caprinos e ovinos;
- Em Abaré, o Governo do Estado está construindo uma fábrica de doces de frutas;
- Em Petrolândia existem algumas instalações para o beneficiamento de frutas no projeto de Irrigação Apolônio Sales.

Nos perímetros irrigados e nos pontos de comercialização da cebola é comum o processamento mínimo utilizando equipamentos simples para classificar e ensacar o produto. Já os outros produtos, frutas e hortaliças, são simplesmente engradados, ou levados a granel para comercialização junto a atravessadores, nas feiras livres locais ou CEASA's das capitais mais próximas.

A caprinocultura, bovinocultura e a aquicultura não contam com unidades de apoio e beneficiamento dos seus subprodutos, a exemplo de um curtume, queijaria, produção de alevinos, filetagem do pescado e fábrica de gelo. Também não existem beneficiadoras de castanha de caju e de coco seco.

Em Tacaratu há pequenas casas de farinha e indústrias familiares artesanais de tecelagem, que funcionam na sede e no interior do distrito de Caraibeiras, conforme pode ser visto no próximo item.

7.7 Atividades não agrícolas

A atividade não agrícola desenvolvida no meio rural que mais chama a atenção no Território é o artesanato, a exemplo da tecelagem em Tacaratu, organizada pela Cooperativa dos Tecelões de Caraibeiras. É uma produção em que se destacam as redes, mantas, tapetes e colchas que são exportados para diversos Estados brasileiros e até para outros países. O Censo demográfico de 2000 (IBGE) levantou que aproximadamente 30% das pessoas do município tinham sua principal atividade econômica ocupada na indústria da transformação. Porém, convém considerar que a matéria prima dessa atividade não é produzida, localmente, pois as linhas são provenientes de indústrias paulistas.

Essa atividade se soma a outras que vêm sendo desenvolvidas para o incremento do turismo em Tacaratu, como pode ser observado na Figura 11. A “Fonte Grande” próxima à cidade é um ponto turístico, uma fonte de água natural que jorra ininterruptamente por uma fenda na pedra, onde bem próximo dela existem pinturas rupestres, indicando ter sido ali local de povoações muito antigas.



Figura 11. Atrativos em Tacaratu – PE: Tecelões em Caraiibeiras: A. Sr. Edvaldo; B. Sra. Júlia Neusa; C. Loja de artesanato; D. Nascente de água “Fonte Grande”; E. Vista do Lago de Itaparica no caminho de Tacaratu; F. Igreja Matriz de Tacaratu. Fotos: Silver Jonas, 2009.

Existem várias outras iniciativas de artesanato em cerâmica, madeira, sementes, couro e palha, feitas por comunidades tradicionais e indígenas. Os grupos de artesanato estão localizados nas tribos indígenas Tumbalalá, Pankararés, Pankararus, Xucurus e Kariris; Cooperativa de Artesanato de Camaratu, em Jatobá; Grupo da Rocinha, Associação de Trançadores de Caroá, Associação de Beneficiadores de Couro, Costura, em Jatobá; AG-08 AMAPA, que é um Grupo de artesanato indígena.

Existe um potencial ainda pouco explorado que é o turismo associado à religião, artesanato, etnias indígenas e à história da região, que pode ser muito bem desenvolvido e contribuir para o incremento da renda familiar. Na mesma direção existe o potencial eco-turístico, com belezas naturais “intocadas e tocadas”, que existem na maioria dos municípios (na Figura 12, ver atrativos de Paulo Afonso,

Glória e Rodelas). O Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco (MMA, 2006) descreve as possibilidades de turismo sustentável, a ser conferido no Anexo 03 deste Plano.

A região guarda histórias e personagens pertencentes ao Cangaço - Lampião, Angiquinho de Delmiro Gouveia, personagens que se misturam à história da ocupação do semi-árido, batalhas travadas entre os índios e os brancos, negros que fugiam da escravidão, o extrativismo e as belezas do bioma caatinga recortadas pelo Rio São Francisco, uma região de lagos naturais e artificiais, um cenário enriquecido com as mais belas paisagens de canyons e cachoeiras e águas que servem à geração da energia elétrica para garantir o abastecimento, a produção e avanços tecnológicos no Nordeste brasileiro.



Figura 12. Atrativos em Paulo Afonso, Glória, e Rodelas: A. Instrumentos musicais utilizados no Toré, dança indígena tradicional e sagrada; B. Bolsa feita de caroá; C. Praia de Surubabel no Lago de Itaparica, em Rodelas; D. Sr. Manoel (Manu) um dos caciques da Aldeia Kantaruré Baixa das Pedras em Glória; E. Paisagem do cânion no Rio São Francisco em Paulo Afonso; F. Índios da Tribo Tuxá; G. Primeira Usina hidroelétrica do Rio São Francisco, “Angiquinho” 1913, Delmiro Gouveia – AL. Fotos: Silver Jonas, *site* Rodelasnet e Assueres. 2008.

Todo esse cenário é, sem dúvidas, uma oportunidade de mercado para apresentação de produtos turísticos confeccionados pelos diversos públicos. Porém, serão necessários investimentos para a organização e desenvolvimento sócio-econômico das populações, além da necessidade de uma infra-estrutura para implementar serviços de recepção, transporte, hospedagem, alimentação, apoio, segurança, locação de veículos, barcos, entretenimento e comunicação. Ou seja, um planejamento que inclua os agricultores familiares, ribeirinhos, colonos, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

7.8 Extrativismo

A Pesquisa Pecuária Municipal IBGE (2002) indica que são extraídos os seguintes produtos no Estado da Bahia: castanha do caju, umbu, carvão vegetal, lenha, licuri e angico. No Estado de Pernambuco, sobressaem-se: castanha do caju, umbu, carvão vegetal, lenha e madeira em tora. Em Pernambuco não existe a extração do licuri, nem do angico. Por outro lado, está presente a extração de madeira em toras, informação que ajuda a compreender a existência do núcleo de desertificação indicado pelo (MMA, 2007).

A extração de umbu (*Spondias tuberosa*), planta nativa da caatinga, tem um enorme potencial, pois é utilizado na alimentação das famílias e no processo de comercialização, uma vez que pode ser transformado em diversos subprodutos: doces, geléias, polpas. Porém, as pesquisas apontam que os umbuzeiros existentes em todos os municípios do Território não vêm se renovando, devido à ação predatória da pecuária extensiva. Isto porque as plantas jovens são consumidas no pastejo, o que demanda um manejo adequado para favorecer a renovação dessa fruteira da caatinga.

O cajueiro (*Anacardium occidentale*), planta nativa brasileira, é elemento importante em boa parte dos municípios do Território, principalmente nas regiões de areia, onde ocorre a catação da castanha do caju. A castanha é utilizada tanto na alimentação das famílias como no processo de comercialização, principalmente nas feiras. De forma semelhante, o fruto do licurizeiro (*Syagrus coronata*), planta nativa, é um alimento bem utilizado nas comunidades, sobretudo pela população indígena.

7.9 Assistência Técnica e Capacitação

Os serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, no Território, assim como na maioria dos municípios brasileiros, sofreram um desmonte a partir da década de 1990 (Sepulcri, 2005). Nos últimos anos, vem-se observando diversificadas iniciativas que, embora crescentes, não contemplam a maioria do público que demanda esse serviço.

Em Pernambuco o Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA é o órgão responsável pela assistência técnica desde o ano de 2003. O IPA possui uma

unidade de pesquisa em Belém de São Francisco e tem por missão “gerar e adaptar tecnologia, prestar assistência técnica e extensão rural prioritariamente aos agricultores de base familiar, realizar obras de infra-estrutura hídrica e disponibilizar bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”.

O IPA desenvolve diversos programas, que são articulados pelas equipes de ATER, são eles: programa de produção e distribuição de sementes, ações de crédito rural, ações de educação profissional, desenvolvimento local sustentável, divulgação tecnológica em propriedades e comunidades rurais, técnicas de produção, de organização e de comercialização, incentivo ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas, sistema de extensão rural municipalizado – SERM, ações complementares de “combate à seca” e o Programa Leite de Todos.

Na Bahia, o órgão responsável é a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, que tem por objetivo “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da “agricultura familiar”, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.” A EBDA possui alguns postos avançados e escritórios locais nos municípios de Abaré, Chorrochó, Rodelas e Paulo Afonso.

Atualmente, os municípios de Abaré, Chorrochó, Macururé, Rodelas, Glória e Paulo Afonso vêm sendo atendidos pelo Programa Sertão Produtivo, executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, em parceria com a Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF da Secretaria de Agricultura da Bahia – SEAGRI. Beneficia diretamente famílias rurais com formação e assessoria técnico-pedagógica, com vistas ao melhoramento da produção agropecuária, a partir dos conteúdos da proposta de Convivência com o Semi-árido. Enfatiza o sistema de produção familiar, o qual é planejado em consonância às condições climáticas da região.

O IRPAA atua com uma equipe de agrônomos, técnicos, pedagogos e agentes rurais que orientam as famílias no incremento de atividades ligadas à apicultura, pequena agricultura de sequeiro e irrigada, caprinovinocultura de leite e corte,

beneficiamento de frutas, entre outras.

Em função da instalação dos projetos irrigados do reassentamento de Itaparica, a CHESF assumiu também a assistência técnica daquelas atividades, sobretudo no que tange à agricultura irrigada. Atualmente um convênio com a CODEVASF transferiu para esta a responsabilidade, e um sistema de ATER vem sendo mantido através de empresa terceirizada. Esse sistema de ATER é a experiência mais permanente no Território, de onde foi extraída boa parte das informações para a construção do diagnóstico a seguir.

Um estudo elaborado pela CODEVASF (Campos, 2006) sobre a comercialização no Sistema Itaparica, mostra que os beneficiários levantam sérias críticas quanto ao modelo de produção implantado. As principais queixas dizem respeito à qualidade do serviço e à insuficiente infra-estrutura; em relação à qualidade, referem-se à ausência de planejamento para que venha dar conta da padronização da produção, monitoramento da produtividade, visando aos mercados mais sólidos e/ ou orgânicos. Outra questão apontada é a necessidade de um maior apoio e orientação ao trabalho coletivo, sob a responsabilidade dos órgãos públicos e das organizações de cooperação e/ ou associativismo.

No olhar dos beneficiários, de um modo geral a assistência técnica cobre o atendimento imediato aos chamados de campo, no manejo da produção, porém deixa de lado a atenção à educação e orientação dos agricultores, a partir das potencialidades individuais de cada projeto e seus respectivos usuários.

Portanto, falta na ATER, oferecida, uma dedicação à formação da visão empreendedora e motivadora para o domínio e o empoderamento dos sistemas produtivos, comerciais, estruturais, sociais e o estabelecimento de um diálogo com as políticas públicas, proporcionando as condições verdadeiras da auto-sustentabilidade, na perspectiva de que a participação governamental seja efetiva e não simplesmente uma assistência pontual.

O levantamento feito pelo Plano Safra Itaparica (MOC, 2007), indica a dimensão da capacidade técnica nos municípios. Existiam 139 técnicos, pessoal

pertencente às assistências das seguintes instituições: CODEVASF, CHESF, IPA, EBDA, Bahia

Pesca, ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia), Prefeituras, COOTEC (Cooperativa de Trabalho e Ciências Agrárias e Meio Ambiente LTDA), DIPA (Distrito de Irrigação de Paulo Afonso), FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) e STR (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), Tabela 15.

A Tabela 15 também oferece elementos, no sentido de concluir que as condições para o beneficiamento e comercialização da produção nos municípios do Território, ainda se encontram em estágio primário. Significa dizer que a produção agropecuária se dirige basicamente ao abastecimento local e que os produtos, são comercializados, na maior parte, na condição *in natura*. Sendo assim, o reflexo dessa produção na demanda de assistência técnica também se torna pequena, tendo em vista que o grau de elaboração, controle da produtividade e da qualidade dos produtos também é pequeno.

Tabela 15. Quadro de pessoal da assistência técnica agropecuária no Território Itaparica. Fonte: Plano Safra Itaparica, 2007. Modificado.

Municípios	Entidades Prestadoras de ATER/ N° de Técnicos	Abastecimento	Beneficiamento / Comercialização	Financiamentos
Abaré	EBDA/ADAB/ CODEVASF/FETAG/PRE - FEITURA, COARA – Cooperativa dos Agricultores Reassentados de Abaré — 17 técnicos	Feira livre semanal, estrutura de mercado local		
Belém de São Francisco	IPA CODEVASF Sec. Agricultura 12 técnicos	Feira Livre, CEASA	CEASA – cebola	BN e BB
Carnaubeira	IPA e Cootec 01 técnico	Feira Livre		BN e BB
Chorrochó	Prefeitura (Sec. Agricultura) 04 técnicos/as	Feira Livre na Sede e em Barra de Tarrachil, Várzea da Ema, Caraíbas,		BN
Floresta	IPA e Cootec 05 técnicos/as	Feira Livre	Indústria (Particular)	BN e BB
Glória	Codevasf, EBDA, Adab, Prefeitura (Sec. Agricultura), Bahia Pesca 09 técnicos/as	Comércio local e feira Livre na Sede	Despolpadeira de Frutas, Casa de Farinha, Casa do mel,	BN e BB
Itacuruba	Ipa – 1 Agroº 6 T.A. 1 EP	Uma feira livre no Município		BN
Jatobá	Cootec e STR 04 técnicos/as			
Macururé	EBDA. ADAB	01 Feira na sede e outra em Formosa		BN

Paulo Afonso	EBDA, ADAB, Prefeitura, BAHIAPESCA, DIPA 28 técnicos/as	02 Feiras na sede, BTN (Bairro Tancredo Neves) e nos povoados, CEASA, Feira de Animais	Matadouro público, unidades de beneficiamento de pescado, salgadeira de couro, CEASA	BN e BB
Petrolândia	Chesf, Codevasf, Prefeitura e Cootec 40 técnicos/as	Feira livre local		
Rodelas	Codevasf e EBDA 18 técnicos/as	Feira livre	COOPAR (Cooperativa Autogestionária dos Agropecuaristas de Rodelas)	BN e BB
Tacaratu	IPA e Cootec visita temporária e acompanhamento a projetos de financiamentos	Feiras livres na sede, em Caraibeiras e no Brejo dos Padres	Pequenas casas de farinha (particulares) Venda direta da produção dos artesões pela cooperativa	BN e BB
TOTAL	139 TÉCNICOS	20 feiras, 1 CEASA, 1 mercado		2 bancos

7.10 Crédito Rural

O Plano Safra, construído em 2007, indicou um aumento significativo na aplicação de recursos de crédito, como pode ser observado na Tabela 16, mas sem uma melhoria na qualificação da aplicação, considerando assistência técnica e adimplência. O estudo demonstra uma significativa melhoria na postura dos agentes financiadores, mas sem conseguirem dar conta da complexidade de uma boa aplicação. As duas únicas instituições que atendem ao Pronaf são os Bancos do Brasil e do Nordeste.

O Plano Safra ainda é um instrumento desconhecido por grande parte dos agricultores, ainda que se trate de uma política pública governamental com relativa divulgação. Essa realidade compromete a eficiência e eficácia da aplicação da política do referido Plano, colocando como perspectiva a necessidade de, num futuro próximo, abrir processos de renegociação ou endividamento de parte significativa de agricultores. Existe uma desconexão da política de crédito com outras políticas, ocorrendo a aplicação de projetos de crédito sem assistência técnica suficiente nem capacitação dos agricultores. Na Tabela 15, estão indicados os municípios, as instituições de crédito e as instituições de assistência técnica existentes.

Não existe uma sistematização de experiências bem sucedidas em relação à boa aplicação de crédito, nem também um desencadeamento do desenvolvimento

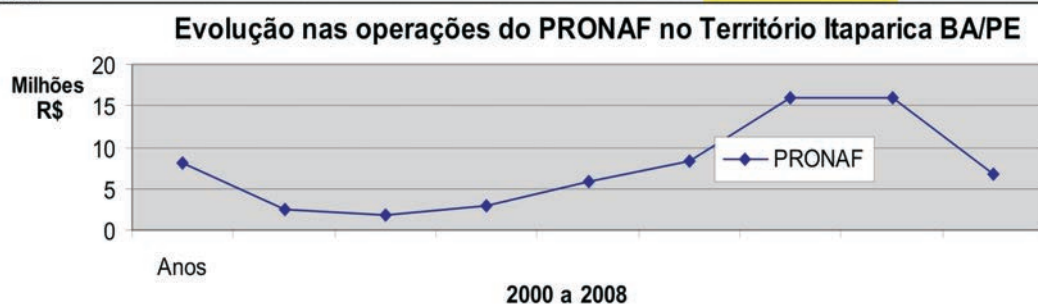
por meio dele. Ainda predomina a idéia do crédito agrícola como um instrumento de acesso ao dinheiro, enquanto uma solução imediata aos problemas dos empreendimentos. De modo geral, não há um planejamento da aplicação, associada ao planejamento global do empreendimento.

O Plano Safra de 1997 levantou uma demanda de 12.974 famílias, dentre um universo de 21.640, nas modalidades de Pronaf A, B, C, D, E, Mulher, Jovem, Agroecologia, Semi-árido, Biodiesel e Agroindústria, com o valor de R\$ 76.681.855,00 entre 2006 e 2007. (ver o detalhamento no Anexo 04).

Na Tabela 16, a seguir, observa-se um significativo incremento nas operações realizadas no período 2006-2007. Contudo, foram aplicados aproximadamente apenas 20% (R\$ 15.843.183,00) do valor sugerido pelo Plano Safra, confirmando assim o diagnóstico deficitário.

Tabela / figura 16. Montante do crédito rural do PRONAF e ano fiscal no Território Itaparica. Período 2000-2008. Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Modificado.

MUNICÍPIO	Ano									Total	%
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Abaré	209.891	6.000	222.983	28.977	313.747	585.152	670.147	1.020.123	321.956	3.378.975	5
Chorrochó	0	18.000	45.000	0	147.000	652.217	1.369.723	16.985	0	2.248.924	3
Glória	0	980.850	608.527	407.313	912.482	901.498	1.399.568	1.657.465	432.830	7.300.533	11
Macururé	0	0	0	152.610	138.379	298.716	678.032	0	33.000	1.300.737	2
Paulo Afonso	162.666	187.347	326.166	1.719.840	667.130	602.232	2.613.863	2.408.745	534.636	9.222.626	14
Rodelas	0	17.053	0	0	484.816	214.663	173.043	104.612	92.248	1.086.434	2
Sub-total	372.557	1.209.250	1.202.676	2.308.740	2.663.553	3.254.479	6.904.375	5.207.930	1.092.714	24.216.274	36
Belém S Francisco	959.993	69.930	165.500	75.494	283.338	130.542	1.795.367	3.553.278	1.430.770	8.464.213	12
Carnaubeira Penha	1.375.841	233.651	74.292	117.998	258.053	772.783	1.172.240	921.353	812.617	5.738.828	8
Floresta	1.924.558	669.209	120.807	226.282	947.880	2.125.896	2.705.679	2.938.107	1.035.909	12.694.326	19
Itacuruba	601.473	26.923	0	0	269.966	102.929	633.093	491.187	443.490	2.569.060	4
Jatobá	939.254	108.673	126.379	16.922	398.585	254.868	369.753	283.537	246.735	2.744.705	4
Petrolândia	1.353.065	102.297	36.364	64.664	351.670	1.035.099	893.033	1.128.753	1.157.229	6.122.174	9
Tacaratu	629.847	129.036	7.999	2.256	620.088	647.089	1.414.105	1.319.039	453.134	5.222.593	8
Sub-total	7.784.032	1.339.719	531.341	503.616	3.129.580	5.069.205	8.983.270	10.635.253	5.579.883	43.555.899	64
TOTAL	8.156.588	2.548.969	1.734.017	2.812.356	5.793.133	8.323.684	15.887.646	15.843.183	6.672.597	67.772.173	100



Dados atualizados, BACEN: Até 06/2008; BANCOOB: Até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 12/2008; BASA: Até 11/2008; BB: Até 11/2008; BN: Até 10/2008 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 09/02/2009 18:16:35.

A Tabela 16 evidencia uma progressão para os anos de 2006 e 2007, quando foi aplicado no Território um volume de crédito acima de 15 milhões de reais. Os municípios de Floresta, Paulo Afonso, Belém do São Francisco e Glória destacam-se com 19, 14, 12 e 11% dos recursos do PRONAF, respectivamente, representando assim 56% de todo o montante. Na outra ponta, aparecem os municípios que menos utilizaram esses recursos: Macururé, Chorrochó, Jatobá e Itacuruba, respectivamente com 2, 3, 4 e 4% dos recursos investidos, respectivamente. Observa-se que esses valores são maiores nos municípios onde a agricultura irrigada é mais desenvolvida, uma vez que essa atividade é mais dependente do crédito para o custeio das lavouras com insumos e mão de obra.

Também pode-se observar, na Tabela 17, que os municípios no Estado de Pernambuco utilizaram 64% do recurso aplicado nesse período, ao passo que os municípios da Bahia utilizaram apenas 36%. É provável que esses números tenham uma relação direta com a instalação dos perímetros públicos irrigados, com maior número em Pernambuco.

8. SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO

8.1 Educação

Analisando dados do IBGE referentes à educação no Território de Itaparica, dados de 2000 e 2007, constata-se um quadro de extrema precariedade muito semelhante ao que ocorria na educação em todo país, tanto em relação à oferta quanto à qualidade do ensino.

A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio. De acordo com dados do censo IBGE, ano 2000, havia no Território de Itaparica uma população de 41.401 crianças na faixa de 0 a 06 anos de idade, beneficiária, portanto, do atendimento em creche ou pré-escola. Porém, 70,63% das crianças na faixa de 0 a 06 anos não estariam usufruindo desse direito, pois apenas 1.552 crianças estavam sendo atendidas em creches, e 10.608, na pré-escola, o que representa 29.37% das crianças na faixa de 0 a 06 anos.

O Ensino Fundamental (1º Grau) abrange a faixa etária de 7 a 14 anos e com duração de oito anos. No Território de Itaparica, a população nessa faixa de idade

era de 45.789, sendo que o total de pessoas que frequentavam as séries do fundamental correspondia a 28.080 (61,32%) do total dessa faixa etária. Conclui-se que 38,68%, à época, estavam fora da escola. Uma sensível melhora pode ser observada, em 2007, quando foram matriculadas 56.883 crianças/adolescentes, conforme Tabela 17, demonstrando um incremento relevante, embora os dados mais gerais ainda não sejam conhecidos (IBGE, 2007) da população nessa faixa etária.

O ensino médio (2º Grau), com duração variável entre 3 e 4 anos, corresponde à faixa etária dos 15 aos 17 anos e tem como finalidade a consolidação e o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparação para o trabalho e para a cidadania, formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. No Território, conforme censo de 2000 existia uma população de 18.869 jovens, sendo que 12.243 frequentavam o ensino médio, correspondendo a 64,88%, portanto, estariam excluídos 35,12% dos jovens. Já os dados de 2007 indicam 16.675 matriculados no Território (IBGE), conforme Tabela 17.

Tabela 17. Número de alunos matriculados no Território Itaparica. IBGE, 2007. Modificado.

Município	Matriculados em 2007		Total
	Ensino Fundamental	Ensino médio	
Abaré	3.794	925	4.719
Chorrochó	2.805	802	3.607
Glória	3.066	722	3.788
Macururé	1.574	350	1.924
Paulo Afonso	18.078	5.697	23.775
Rodelas	1.417	244	1.661
Sub-total	30.734	8.740	39.474
Belém S. Francisco	4.090	1.467	5.557
Carnaubeira Penha	2.491	660	3.151
Floresta	6.112	1.871	7.983
Itacuruba	924	303	1.227
Jatobá	2.931	864	3.795
Petrolândia	5.977	1.620	7.597
Tacaratu	3.624	1.150	4.774
Sub-total	26.149	7.935	34.084
TOTAL	56.883	16.675	73.558

De um modo geral, o número de estudantes no ensino fundamental e médio é maior nos municípios baianos, uma vez que o número de habitantes é maior.

Sabe-se que o ensino médio em cursos técnicos ainda não é oferecido no Território, mas foi aprovada junto ao governo federal, em 2008, a instalação de uma unidade em Paulo Afonso, que deverá ser construída e funcionar nos próximos anos. Portanto, uma importante notícia para a melhoria da educação nesta região do São Francisco.

O ensino superior compreende a graduação e a pós-graduação. Os cursos da graduação têm duração de quatro a seis anos. Na pós-graduação, a duração varia de dois a quatro anos, para os cursos de mestrado, e entre quatro a seis anos para o doutorado. Para o nível de ensino superior foi considerada a faixa etária de 18 a 24 anos que, conforme o censo de 2000, correspondia a 39.019 jovens. Frequentando o nível de ensino superior foram encontrados 2.043 estudantes, que correspondia a 5,23%. Já em 2007 foram registrados 3.708 estudantes (IBGE).

As Faculdades existentes no Território, segundo dados obtidos nos seus sites, funcionam em Paulo Afonso, Belém de São Francisco e Floresta. Em Paulo Afonso funciona o Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia – UNEB com cinco cursos (Pedagogia, Matemática, Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca e Direito) e uma Faculdade de Ensino Superior (privada) com cinco cursos de graduação (Administração, Sistemas de Informação, Turismo, Letras e Direito) e onze de pós-graduação (Educação de Jovens e Adultos - EJA, Administração Hospitalar, Gestão Empresarial, Linguística Aplicada-Português, Literatura Brasileira, Análise Ambiental e Turismo, Gestão Empreendedora do Turismo, Informática na Educação, Finanças Corporativas, Marketing Estratégico, Linguística Aplicada – Inglês).

Em Belém de São Francisco funcionam duas faculdades: uma é privada e oferece o curso de Direito, e outra é o Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF, uma autarquia municipal que oferece hoje seis cursos de graduação (Física, Letras, História, Biologia, Geografia e Matemática) e cinco de pós-graduação (Ensino da Língua Inglesa, Educação Ambiental, Educação

Matemática, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Língua Portuguesa e Literatura).

Em Floresta funcionam duas faculdades privadas e, em 2008, o CEFET Petrolina deu início a um processo de expansão de seus cursos com a seleção das primeiras turmas, oferecendo o curso superior de Gestão da Tecnologia da Informação e Licenciatura em Química.

Além desses níveis, o sistema educacional atende aos alunos com necessidades específicas, preferencialmente, na rede regular de ensino. Atende também aos jovens e adultos que não tenham seguido ou concluído a escolarização regular, na idade própria, através dos cursos e exames supletivos.

Quanto à educação de jovens e adultos destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria, o censo de 2000 revela que no Território existiam 50.139 pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo. Entretanto, nos cursos de alfabetização de adultos, foram registrados apenas 2.093 alunos (4%).

As principais demandas levantadas nas plenárias do Fórum Territorial referem-se à qualificação do ensino (fundamental e o médio), considerando principalmente a ausência de contextualização da política pedagógica, questões ambientais e étnicas, refletidas na prática diária dos professores e alunos e na merenda escolar.

Outra carência é uma educação inclusiva nos diversos níveis de ensino, adequação dos espaços físicos, informatização, formação e acompanhamento psico pedagógico de professores e alunos. O transporte escolar existente é um serviço que precisa ser ampliado e qualificado em todo o Território.

8.2 Saúde e Saneamento

É grande o fluxo de atendimento nos postos de saúde e hospitais municipais. O número de PSF nos municípios do Território e de agentes comunitários de saúde ainda é muito reduzido, face à demanda, muito embora, nos últimos três anos, tenha havido um crescimento significativo do número de equipes de saúde da família em

todo país, inclusive no Território, embora não se tenha conseguido esses dados em tempo hábil.

Em alguns locais da área rural em que os PSF's ainda não foram implantados, o que contribuiria para tranquilizar a população, no sentido de garantir uma simples consulta médica, mostra que a população precisa se deslocar para os centros urbanos com essa finalidade. Além disso, a ausência de unidades de procedimentos de média e alta complexidade, incluindo serviços de CTI e UTIs, em municípios estratégicos do Território, tem obrigado os pacientes a se deslocarem para os grandes centros, acarretando custos no deslocamento e tratamento. O que se espera é o funcionamento satisfatório do programa TFD - Tratamento Fora do Domicílio.

Medidas urgentes precisam ser adotadas na área da saúde, em cumprimento às metas estipuladas pela política universal do Sistema Único de Saúde - SUS, de maneira que, assim procedendo, daria a devida cobertura a situações especiais, ou seja, as vítimas de acidentes de trânsito, principalmente em Abaré, (isto acontece em decorrência do forte movimento na BR 116) e vítimas de violência, fato muito presente em alguns municípios do Território.

Por conta dessas e de outras situações, é que a população e as entidades do Território Itaparica precisam se mobilizar, atuando junto ao poder público, ocupando espaços deliberativos (fóruns, conselhos municipais) na perspectiva de garantirem melhorias nos serviços de saúde de qualidade para todos.

Alguns dados precisam ser comentados: na Tabela 18 observa-se a carência e a má distribuição dos serviços de saúde no Território. Vê-se que Floresta e Paulo Afonso concentram grande parte dos leitos de internação e a mortalidade é maior entre os homens, por motivos de doenças infecciosas e parasitárias. Esse dado sugere que esses problemas podem estar relacionados à qualidade da água consumida na zona rural, questão que será abordada logo em seguida.

Tabela 18. Causas de óbitos hospitalares, estabelecimentos de saúde e leitos hospitalares no Território Itaparica. Fonte: IBGE, 2006, DATASUS 2007. Modificado.

MUNICÍPIO	Causas de óbitos hospitalares			Nº. Estabelecimentos de saúde	Nº. Leitos para internação
	Infecciosas / parasitárias	Externas e mortalidade	Mortalidade Homem/Mulher		
Abaré	1	0	6/4	10	28
Chorrochó	1	0	4/2	6	0
Glória	0	0	5/9	17	0
Macururé	1	0	4/1	8	0
Paulo Afonso	14	0	59/75	49	188
Rodelas	3	1	3/1	8	17
Sub-total / média	20	1	1,97	98	233
Belém S Francisco	1	0	14/19	9	46
Carnaubeira Penha	1	0	10/0	6	13
Floresta	4	0	14/11	9	125
Itacuruba	0	0	1/1	3	9
Jatobá	1	0	4/13	8	22
Petrolândia	5	0	14/22	12	52
Tacaratu	1	0	7/4	5	15
Subtotal / média	13	0	2,24	52	282
TOTAL / média	33	1	2,12	150	515

No que tange ao acesso à água, os dados obtidos no IBGE/SIDRA (Brasil 2000), indicam que 45.466 domicílios (74%) existentes no Território de Itaparica dispõem de água canalizada, seja em apenas um cômodo, seja na propriedade ou terreno. Verifica-se que a canalização é interligada à rede geral, poços, nascentes ou outra.

Constata-se, também, que os domicílios beneficiados com água canalizada, interligados à rede geral, representam 42.859 (70%) do total de domicílios do Território, enquanto 15.728 (25,70%) dos domicílios ainda não dispõem de água potável canalizada em seus domicílios.

Analisando a situação de abastecimento de água em cada Município, individualmente, constata-se que há desigualdade no atendimento, apesar da alta concentração do serviço em parte do Território. Observa-se que Carnaubeira da Penha se apresenta como o município com maior percentual (82%) de domicílios que não contam com água canalizada, seguido de Macururé (60%) e Chorrochó (53%). Essa situação é mais grave ainda nas residências rurais.

Os Municípios com maior percentual de domicílios que contam com água canalizada são: Rodelas (96%), Paulo Afonso (90,4%), Petrolândia (88%) e Itacuruba (87%). Essa situação favorável acontece porque os municípios de

Rodelas e Petrolândia estão na área sob influência do reservatório de Itaparica e beneficiados pela CHESF, por isso obedecem ao traçado urbanístico e a padrões sanitários regulados pela OMS.

Quanto à cidade de Paulo Afonso, porque foi construída sob a influência da política de implantação de hidrelétricas da CHESF, além do município vir executando uma série de serviços básicos na sede e no interior (saneamento, construção de casas populares, construção de unidades sanitárias, dentre outros).

Contudo, há que se reconsiderar que nas moradias rurais localizam-se os menores índices de serviços de água e esgoto, dado a dispersão geográfica e falta de uma política de saneamento mais consistente. Um dos programas que intervêm na realidade rural é o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, da ASA, além da perfuração de poços tubulares, que tem as limitações descritas no item 3.3. Como demonstra a Tabela 19, a seguir, já foram construídas 3.063 cisternas nos municípios e perfurados 876 poços, embora a maioria (611) não estejam instaladas. Neste caso existe outro Programa da ASA, chamado Bombas Populares – BAP, que já instalou nove bombas em poços tubulares.

Tabela 19. Abastecimento de água rural, cisternas e poços tubulares, no Território Itaparica. Fonte: CODEVASF, CPRM, CERB.

MUNICÍPIO	Cisternas familiares (ASA)	Poços tubulares			Bomba popular (BAP)
		Total	Instalados	Não Instalados	
Abaré	211	180	41	139	2
Chorrochó	220	109	8	101	-
Glória	129	21	1	28	-
Macururé	193	131	10	121	-
Paulo Afonso	419	67	40	27	-
Rodelas	-	18	8	10	-
Belém de São Francisco	270	87	44	43	3
Carnaubeira da Penha	329	5	3	2	3
Floresta	280	15	12	3	1
Itacuruba	90	19	5	14	-
Jatobá	328	27	9	18	-
Petrolândia	210	86	48	38	-
Tacaratu	384	111	44	67	-
TOTAL	3.063	876	273	611	9

- Sem dados

Em relação ao saneamento, IBGE/SIDRA, no ano 2000, os municípios do Território apresentam indicadores muito baixos em relação às médias dos Estados, a exemplo de Carnaubeira da Penha, que conta com apenas 22%, seguida de Macururé, com 28% dos domicílios atendidos com esgotamento sanitário.

Baseado nesta constatação, faz-se necessário intervir na implantação de sistemas de saneamento e esgotamento sanitário, com destino adequado dos resíduos, nas sedes municipais, agrovilas e zona rural.

Os dados referentes ao setor de saneamento apontam também para situações deficitárias, ou seja, a inexistência de fossa séptica em uma quantidade considerável de domicílios, sobretudo rurais, o que indica um elevado volume de lançamento de dejetos nos canais pluviais ou a céu aberto, favorecendo a contaminação do solo e a proliferação de doenças através da contaminação da água, por coliformes fecais.

A análise dos dados gerais indica que 71% do Território de Itaparica contam com esgotamento sanitário sendo que, destes, 43% estão interligados à rede geral ou pluvial; 21% adotam outra forma de esgotamento sanitário não especificado, e 7% utilizam fossa séptica.

A análise individualizada do que ocorre em cada município evidencia que, com exceção de Abaré e Macururé, na Bahia, e Carnaubeira da Penha, em Pernambuco, os demais municípios apresentam percentual superior a 50% de domicílios que, de alguma forma, contam com esgotamento sanitário.

Os municípios melhor posicionados são: Rodelas (90%), Paulo Afonso (87%), Itacuruba (83%) e Jatobá (78%). Também nestes casos fica evidente o forte investimento, por parte da Chesf, no caso das cidades reconstruídas, bem como dos antigos acampamentos, hoje cidades de Jatobá e Paulo Afonso.

A respeito das instalações sanitárias domiciliares, constata-se que no Território de Itaparica 66,6% dos domicílios possuem pelo menos um banheiro, que atende aproximadamente a 15% dos moradores. Entretanto, é significativo o percentual de

domicílios sem banheiro (33,4%). Equivale dizer que 88.221 pessoas (33%) não dispõem de banheiro em suas casas, sobretudo a população rural.

A situação individualizada demonstra que os municípios em melhores condições, apresentando percentuais acima dos 80% de domicílios que contam com banheiro são: Rodelas (86%), Paulo Afonso (82%) e Itacuruba (81%). Os municípios que apresentam percentuais baixos em relação às instalações sanitárias são: Carnaubeira da Penha (15%), Macururé (28%) e Chorrochó (40%).

Sobre a destinação dos resíduos sólidos, de um total de 61.194 domicílios, apenas 57% são atendidos com o serviço de coleta de resíduos na totalidade do Território Itaparica. Constata-se que domicílios não beneficiados com o serviço de coleta destinam o lixo de diversas formas: 24% jogam em terreno baldio, 12% queimam, 1% enterra e 6% dão outro destino não especificado.

Dentre os municípios que compõem o Território, ocupam melhor posição, em termos de domicílios atendidos com serviço de coleta: Paulo Afonso (80,5%), Itacuruba (73,6%) e Petrolândia (72%). Os Municípios de Floresta, Jatobá e Rodelas apresentam percentuais de atendimento na ordem de 50%.

As moradias, sobretudo nos bairros mais pobres e na zona rural são muito simples, e um número significativo de famílias vive em condições precárias. As casas possuem tamanho limitado e com estruturas em péssimas condições e carecem de reformas e/ ou construção para atendimento às famílias mais vulneráveis, no meio rural, nos bairros e principalmente nas comunidades indígenas.

8.3 Segurança Pública

A região do Submédio São Francisco é marcada por ciclos de violência. Isso se deve à longa história do jaguncismo, coronelismo e do mandonismo na região. Essas são figuras do modelo político de poder patrimonialista, arraigado na tradição de defesa de território e honra. Por muitos anos isso vem provocando guerras entre famílias, como em Belém de São Francisco e Floresta.

Associou-se a esse fenômeno, a formação de grupos armados de defesa territorial, na região, envolvidos com o cultivo da *Cannabis sativa* (maconha). As décadas de 1980 e 1990 viram um crescimento de ondas de violência que ceifou principalmente a vida de jovens, entre 15 - 32 anos nessa região. As taxas de morte chegaram a ser de 110 para cada 100 mil habitantes em Floresta, no ano de 1997, (Instituto Oswaldo Cruz).

Essa violência letal está vinculada à política de combate às drogas, que tem como regime de operação a erradicação dos cultivos. Cada área encontrada e isolada gera um contingente civil criminoso armado, que passa a operar com outras modalidades criminosas, tais como assaltos, roubos, furtos e latrocínios (assalto seguido de morte). A isso se junta a violência banal, aquela que ocorre em especial nos finais de semana, nos bares, com muita bebida alcoólica e que provoca mortes, sobretudo de segmentos juvenis.

Essas ações violentas têm gerado operações policiais de perseguição aos grupos criminosos, com situações indiscriminadas, até mesmo gerando grupos armados de matadores, que eliminam suspeitos de envolvimento com a cadeia produtiva da maconha.

Sabe-se que em grande parte das operações de erradicação de cultivos de cannabis sativa ninguém é preso. Falar em Polígono da Maconha e restringi-lo a algumas cidades de Pernambuco é uma atitude arbitrária e que não tem provocado os resultados expressos publicamente pelos aparelhos de repressão do Estado brasileiro. Por outro lado, criminaliza a região e cria condições de manutenção de uma lógica perversa. Alguns dados que comprovam o diagnóstico podem ser vistos na tabela 20 (Waiselfisz, 2007).

Como forma de conter a violência, o “Pacto pela Paz” vem sendo implementado pelo Governo do Estado de Pernambuco, acerca de dois anos, com redução de mortes, mas não se obteve números mais precisos para a composição desse diagnóstico .

Tabela 20. Taxa média de homicídios (em 100.000 habitantes), na população total, por arma de fogo e homicídios juvenis, 2002-2004, nos municípios do Território Itaparica. Fonte: Waiselfisz, 2007.

Município	Homicídio na população total	Homicídio por arma de fogo	Homicídios juvenis
Abaré	-	32,6	-
Chorrochó	-	-	-
Glória	-	-	-
Macururé	-	-	-
Paulo Afonso	-	-	-
Rodelas	-	38,8	-
Belém de São Francisco	-	-	79,1
Carnaubeira da Penha	-	26,2	-
Floresta	45,2	38,7	-
Itacuruba	35,1	43,9	-
Jatobá	-	-	-
Petrolândia	57,4	48,2	52
Tacaratu	-	-	-

(-) Taxas inferiores a 30/100.000

9. INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO, TRANSPORTE E ELETRIFICAÇÃO

As grandes extensões de terras com baixa densidade demográfica, a precariedade das estradas, dos transportes e das comunicações, historicamente foram fatores que contribuíram para o isolamento de alguns municípios do Território. Pequenas melhorias com relação a esses aspectos, só recentemente são registradas, mas ainda pode-se dizer que eles são fatores limitantes para uma maior integração dos municípios, como pode ser justificado a seguir:

- A telefonia fixa demorou muitos anos para ser ampliada e ainda são poucos os telefones públicos nas áreas rurais, o que dificulta a articulação dentro do Território e com outras localidades e entre as pessoas e instituições. Só nos últimos cinco anos é que a telefonia móvel começou a funcionar, geralmente nas cidades. Apenas as comunidades próximas das cidades conseguem utilizar os serviços móveis, com muita limitação e a altos custos, porque os códigos “DDD” para a discagem direta à distância são diferentes nos dois Estados.
- Mais recente do que a chegada da telefonia móvel e o serviço de internet, e este funciona em sua maioria só nas cidades. São serviços pagos por minuto de

uso, uma contraposição ao avanço dos serviços on line, muitas vezes gratuitos, que são ilimitados e de alcance mundial. De modo semelhante e precário são os serviços de comunicação via rádio (comunitárias, educativas) e TV para o atendimento às necessidades da população, o que também limita a interação do Território com as demais regiões.

- A matriz básica de transporte no Território, assim como em todo Brasil, é rodoviário, apesar do Território ter um grande potencial de navegabilidade pelo Rio São Francisco, a estruturação dessa modalidade é praticamente inexistente. A estrutura para o transporte aéreo é precária e somente Paulo Afonso conta com um aeroporto, mas encontra-se desativado para vôos comerciais acerca de dois anos.
- A precariedade pode ser constatada nas estradas, em vários trechos, principalmente das rodovias estaduais da Bahia, o que dificulta a integração das ações no Território e o escoamento da produção agropecuária, problemas que se somam aos altos índices de assaltos e de acidentes (já comentados no item referente à saúde). Na Tabela 21, a seguir, uma relação das estruturas que se encontram precárias.

Tabela 21. Estradas, aeroportos e portos no Território Itaparica e suas condições. 2008.

Estradas, aeroporto e portos	Condições
▪ BR 110, em Pernambuco, 75 km	Necessita conclusão da estrada
▪ PE 425 Floresta - Carnaubeira da Penha, 75 km	Necessita construção
▪ PE 360, 423 e 422	Necessita reforma
▪ PE, trecho Belém do São Francisco-Barra do Tarrachil, 6 Km)	Necessita reforma
▪ BA 210 a BR 116, Glória - Macururé, 60 Km, interligação	Pavimentação de estrada
▪ BA 210, trecho Paulo Afonso/Juazeiro 380 Km	Reforma definitiva
▪ BR 116, ponte do Ibó, BA-PE	Conclusão e liberação Imediata
▪ BA 304 e BR's 232 e 316	Necessita reforma
▪ Estradas vicinais nos municípios	Necessitam manutenção anual
▪ Aeroporto de Paulo Afonso	Necessita de estruturação
▪ Portos Fluviais nos municípios ribeirinhos	Necessita construção

No Território de Itaparica está localizado um dos maiores complexos de produção e exportação de energia elétrica do país. O Complexo de Paulo Afonso, formado pelas Usinas de Paulo Afonso I, II A, II B, III, IV e Apolônio Sales (Moxotó),

que produz 4.279.600 kW, energia gerada a partir da força das águas num desnível natural de 80 metros do Rio São Francisco. Toda operação é feita pela CHESF.

Localizada na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, a Usina de Xingó não está localizada dentro do Território, mas seu reservatório se estende até o município de Paulo Afonso e o sistema de transmissão está interligado ao sistema de Itaparica. É uma das Hidrelétricas mais modernas do Brasil (a maior da CHESF), representando mais de 25% de toda a capacidade instalada da empresa. A Usina pode gerar mais de três milhões de KW. é totalmente automatizada através do Centro de Controle Informatizado, são operadas as unidades geradoras da usina e a subestação elevadora de 500 kV.

Em que pese todo esse potencial energético, relata-se aqui um dos maiores contrastes no Território, qual seja, a estrutura de energia elétrica domiciliar e produtiva nas comunidades rurais é insuficiente, em especial para utilização em atividade produtiva. Apesar dos grandes avanços provenientes da execução do programa “Luz para Todos”, a demanda ainda é muito grande, especialmente nas propriedades rurais que necessitam de energia trifásica para operar motores acoplados a bombas de água, máquinas forrageiras e outros equipamentos necessários à produção rural.

De forma semelhante, a carência de eletrificação também atinge prédios públicos: escolas, postos de saúde e vias públicas de localidades rurais e urbanas. Outros elementos referentes à infra-estrutura produtiva, que se encontram disponíveis no Território, foram citados nos itens anteriores.

10. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Conforme já abordado no item 05, o Território Itaparica possui um expressivo contingente de atores sociais, composto por uma variedade de organizações da sociedade civil e instituições do poder público, envolvidas de alguma forma com as temáticas que compõem o foco principal da política de desenvolvimento territorial. Trata-se de um capital social, cujo potencial ficou demonstrado durante o processo de construção do Plano, tanto nos debates visando à caracterização da realidade,

quanto nos momentos dedicados à formulação das propostas. Embora o envolvimento desses atores não tenha se manifestado de maneira uniforme, o que é natural, é possível afirmar, com a devida segurança, que há um ambiente favorável à participação interativa, gerado pelo processo de mobilização em torno da construção do Plano.

Mas essa constatação não deve levar à conclusão de que já estejam presentes, no Território, as condições para o exercício da dimensão político-institucional, haja vista que um território não consiste simplesmente em uma região com atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores estabelecerem relações organizadas – mercantis e não-mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações que possam dinamizar a vida regional.

Nem todas as instituições, sejam as da esfera estatal ou da sociedade civil estão em condições de vivenciar, praticar essa dimensão do desenvolvimento territorial. Há desníveis entre elas quanto ao acúmulo de experiências no campo das relações institucionais, disponibilidades de recursos humanos e materiais, e algumas ainda revelam dificuldades em atuar em ambientes diferentes daqueles marcados pelas relações de “favorecimento”, algo que infelizmente ainda persiste no trato de questões de interesse público.

Por isso, o colegiado territorial responsável pela gestão do Plano deve “criar mecanismos ou processos de capacitação para os diversos segmentos da sociedade para uma melhor participação nas políticas públicas, no planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação dos resultados e seus impactos, incluindo os aspectos da gestão orçamentária e financeira dos programas voltados ao desenvolvimento sustentável”, como recomenda o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

PARTE 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA

O conhecimento dos problemas, das ações e das potencialidades do Território, apresentadas na primeira parte desse documento, é de fundamental importância para a elaboração e execução de um Plano de Desenvolvimento adequado às necessidades da população.

Da mesma forma, proporcionar a ampliação dos programas e projetos em execução ou mesmo aqueles que já estão consolidados, bem como a proposição de novos projetos, especialmente os de caráter intermunicipal, é de suma importância para uma integração ainda maior do Território, na perspectiva de alcançar os resultados esperados.

O desenvolvimento, aqui proposto, parte de um novo olhar sobre a realidade do Território, do reconhecimento das iniciativas locais, da participação social em todos os níveis de implementação das ações, do uso de tecnologias apropriadas às condições ambientais e culturais, e, sobretudo, pauta-se nas necessidades presentes e futuras da população rural e urbana. Tem como pressuposto básico a transformação da sociedade, enquanto promoção da justiça social e enfatiza a sustentabilidade como aquela que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras fazerem o mesmo.

Para alcançar os pressupostos estabelecidos, o Plano do Território de Itaparica se alicerça em quatro princípios básicos:

- *Cidadania* – a elevação e a consolidação do sentimento e da prática da cidadania, pensado como ferramenta pedagógica com a missão de despertar nos atores territoriais seu papel enquanto agentes sociais e políticos, sendo premissa para o sucesso de qualquer experiência que tenha como meta o desenvolvimento.
- *Mobilização Social* - a adoção desse princípio implica em mecanismos e estratégias para o fortalecimento do tecido social em todo o espaço do

Território. Optar pela mobilização significa dizer que a responsabilidade é de todos. E aos atores territoriais, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, caberá a missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Território, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, conquistando apoio para as atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente adaptadas às condições dos ecossistemas, sem esquecer de observar e respeitar a diversidade cultural do Território.

- *Desenvolvimento Solidário* - a construção e gestão do desenvolvimento territorial impõem o estabelecimento de ações conjuntas, com vistas ao rompimento das desigualdades humanas e micro-regionais, que só poderão ser operacionalizadas se alicerçadas e fortalecidas por laços de solidariedade, existentes no convívio cotidiano, entre as pessoas e as instituições.
- *Sustentabilidade* – entendimento da realidade como uma totalidade complexa, formada pelos sistemas integrados e que se sustenta mutuamente.

Etapas importantes do processo de construção deste Plano como o momento da elaboração e o momento do monitoramento, durante as fases previstas, significam ótimas oportunidades para potencializar a dinâmica da agricultura familiar no Território e de refletir e propor novas alternativas de desenvolvimento que contemplem os eixos: econômico, social, cultural, ambiental e institucional.

A meta neste processo todo de construção, é dinamizar os recursos naturais disponíveis e minimizar as limitações existentes no contexto regional. Revela-se, portanto, como um momento ímpar para a sensibilização e o comprometimento de outros atores e instâncias interessadas em fortalecer e multiplicar o conjunto de propostas apresentadas.

1. CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - VISÃO DE FUTURO

A concepção de desenvolvimento do Território parte da necessidade de mudança da realidade atual e da projeção de um futuro desejado. Nesse sentido, a motivação para a construção deste Plano pauta-se pela necessidade de materializar o conjunto de propostas apontadas pela população como instrumento capaz de iniciar e direcionar processos de mudanças, por meio da criação de novas oportunidades sociais e econômicas, articuladas no tempo e no espaço, em consonância com a conservação ambiental e cultural. Propostas estas que foram organizadas na Matriz do Plano por Eixos Temáticos, Programas e Projetos.

O desenvolvimento proposto será atingido, na medida em que houver participação social e legitimação institucional para o fortalecimento e estruturação dos sistemas produtivos e garantia dos direitos básicos da população.

A região se coloca no parâmetro do desenvolvimento sustentável e solidário, através do estímulo aos agentes territoriais que poderão apropriar-se da metodologia participativa, estabelecendo compromissos e objetivos comuns, tornando-se responsáveis por implementar e monitorar as ações planejadas.

2. OBJETIVOS DO PTDRS

2.1 Objetivo Geral

- Propor e orientar programas, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável e solidário do Território de Itaparica, a partir da mobilização social e da implementação das políticas públicas.

2.2 Objetivos Específicos

- Servir de instrumento de orientação e negociação das políticas com as instituições públicas, privadas e da sociedade civil, promotoras do desenvolvimento;
- Contribuir para a integração das políticas públicas no Território;

- Fomentar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e solidário, contribuindo na identificação das potencialidades e de novas oportunidades de geração de riquezas para a melhoria da qualidade de vida da população do Território;
- Contribuir para o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil.

3. EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS.

O conjunto de propostas apresentadas neste Plano visa à promoção do desenvolvimento integral do Território de Itaparica.

Do ponto de vista metodológico, as propostas estão agrupadas em 06 (seis) eixos estratégicos: 1) Desenvolvimento Econômico; 2) Gestão Ambiental; 3) Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer; 4) Saúde, Saneamento e Moradia; 5) Infra-estrutura; e 6) Ordenamento Agrário. Elas resultaram da visão coletiva dos atores sociais para a consolidação de um planejamento estratégico para todo o Território, envolvendo as organizações da sociedade civil, os governos municipais, estaduais e federal.

Entende-se que a organização das propostas indicadas nas plenárias e oficinas realizadas para construção deste Plano, focadas em eixos, programas e projetos, permitirá ao Território Itaparica construir, monitorar e qualificar seu Plano de Desenvolvimento Sustentável de forma consistente, sustentado em uma metodologia bem sucedida, reconhecida pela SDT/ MDA e já aplicada em outros Territórios.

Os programas e projetos, apresentados neste Plano, partem do conhecimento da realidade e da experiência acumulada pelas instituições locais, a partir de projetos pilotos já implantados e da análise crítica sobre os indicadores de desenvolvimento no Território. Dessas contribuições foi gerado um bloco de programas, que apontam uma série de projetos com temas relacionados, e que deverão envolver instituições, sintonizadas e articuladas para a intervenção no Território.

As proposições, a seguir, pretendem orientar a elaboração de outros instrumentos de planejamento mais detalhados, que terão abrangência territorial e se concretizarão nos recortes administrativos municipais e intermunicipais. Nesse sentido, o Plano será um instrumento orientador das políticas públicas e de todo processo de desenvolvimento no Território e vem para contribuir com a mudança de mentalidade da população e da administração pública, quanto à aplicação dos recursos públicos. Coloca ainda, à disposição da sociedade, uma metodologia que permite a priorização na execução e monitoramento das ações.

Considerando que o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é um instrumento de coordenação de políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e no âmbito do Governo do Estado da Bahia, que adotou os Territórios de Identidade como unidade de planejamento e de proposição de políticas públicas, expressa no PPA 2007 -20011, e em outros instrumentos governamentais, cabe à Coordenação Executiva do Fórum Territorial de Itaparica estimular a preparação e negociação desses projetos com os órgãos públicos e organizações da sociedade civil, desenvolvendo o diálogo sobre prioridades e alocação de recursos para apoiar tais projetos.

A política de desenvolvimento territorial, aqui proposta, destina-se a toda população do Território de Itaparica, entretanto, a prioridade será para as populações que, historicamente, foram excluídas do processo de desenvolvimento, sobretudo os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares.

4. MATRIZ DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE ITAPARICA

No contexto deste Plano, as propostas foram organizadas em duas partes, de forma que sejam facilmente compreendidas e gerenciadas, visando aos diferentes níveis de intervenção e execução das políticas públicas no Território.

Na primeira parte está o Quadro 01, onde estão organizados os Programas e Projetos, a partir dos indicadores de desenvolvimento e das demandas apresentadas durante o processo de discussão ocorrido no Território. Compete às organizações governamentais e não governamentais existentes no Território, animadas e articuladas pelo Fórum Territorial, buscarem parcerias com o Governo Federal e os Governos Estaduais da Bahia e Pernambuco e outros possíveis parceiros para discutirem estratégias de implementação dos projetos, com o objetivo de efetivar essas políticas em todos os níveis e setores da sociedade.

Na segunda parte, serão apresentadas as políticas de maior alcance, ou seja, indicativos para implementação de ações estruturantes de suporte aos programas e projetos, e que requerem a permanente leitura da realidade articulada às iniciativas locais, regionais e globais. Dentro das suas competências, a execução cabe aos Governos Municipais, Estaduais (Bahia e Pernambuco), com o apoio do Governo Federal.

Da parte da sociedade civil, a articulação do Fórum Territorial e o controle permanente nos espaços de definição e de implementação dessas políticas são absolutamente necessários para o alcance das proposições expostas a seguir:

4.1 Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico

Quadro 01. Matriz dos Eixos, Programas e Projetos de Dimensão Territorial.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE ITAPARICA		
Eixos	Programas	Projetos
1. Desenvolvimento Econômico	1.1 Pesca Artesanal e Aquicultura	1.1.1 Capacitação das Colônias e Associações de Pescadores visando à integração e valorização da atividade.
		1.1.2 Regulamentação da utilização do espaço do rio, do lago e nos açudes existentes no Território (outorga e licenças necessárias) para desenvolvimento das atividades.
		1.1.3 Implantação de infra-estrutura e aquisição de equipamentos e utensílios de produção da pesca artesanal e criação de peixes em tanque - rede ou de terra.

Continuação...

1- Desenvolvimento Econômico		1.1.4 Implantação de unidades de produção de alevinos para povoamento de tanques - redes, tanques - terra, açudes e o lago.
		1.1.5 Implantação de unidades de beneficiamento de pescado, fabricação de ração e gelo para aproveitamento total dos subprodutos.
	1.2 Caprino- ovino-cultura	1.2.1 Realização de diagnóstico da produção para orientar a organização e qualificação do sistema produtivo.
		1.2.2 Manejo e controle sanitário dos rebanhos, por meio de campanhas específicas, e instalação do acompanhamento de rotina (comunitário e individual).
		1.2.3 Implantação de sistemas de produção, controle de doenças nas culturas, armazenamento de forragens e manejo sustentável da caatinga para garantir a segurança alimentar do rebanho.
		1.2.4 Melhoramento genético do rebanho, através da aquisição de reprodutores e matrizes PO e transferência de embriões PO.
		1.2.5 Implantação de abatedouros municipais, adequação e funcionamento dos já existentes: Macururé, Belém de S. Francisco, Itacuruba, Floresta, Jatobá, Petrolândia para garantir a qualidade do produto.
		1.2.6 Instalação de agroindústrias intermunicipais para processamento de carne, leite e pele, (fábricas de ração, frigorífico, laticínio e curtume) para agregação de valor aos produtos e subprodutos.
	1.3 Horti- fruticultura	1.2.7 Realização de eventos na área do Território (feiras, exposições, comemorações) para desenvolver o sistema produtivo da caprinovinocultura.
		1.3.1 Implantação de áreas comunitárias para produção de frutas e hortaliças nos sistemas irrigado e de sequeiro, nas comunidades tradicionais, dos povos indígenas e agricultores familiares.
		1.3.2 Implantação de viveiros e estufas para produção de mudas nativas, frutíferas e formação de pasto apícola.
		1.3.3 Implantação e (reestruturação em Rodelas) de Unidades de Observação, Demonstração e Pesquisa.
		1.3.4 Adequação e modernização dos sistemas produtivos (irrigação localizada, drenagem e agroecologia).
		1.3.5 Implantação de sistema de certificação orgânica e agroecológica.
		1.3.6 Construção de Paking-house.

Continuação...

1- Desenvolvimento Econômico		1.3.7 Reestruturação das agroindústrias paralisadas (Chorrochó, Rodelas) e implantação de novas unidades de processamento para frutas cultivadas e nativas: pinha, caju, umbu, murici, araticum, tamarindo e subprodutos do coco (Rodelas, Macururé, Abaré, Belém, Floresta, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu), com base em estudos da
	1.4 Apicultura/ Meliponicul- tura	1.4.1 Realizar levantamento apibotânico para subsidiar os programas de incentivo à apicultura e meliponicultura.
		1.4.2 Capacitação para associações e grupos de apicultores e meliponicultores, na lógica dos APLs.
		1.4.3 Aquisição de materiais apícolas para os apicultores e meliponicultores.
		1.4.4 Implantação de entrepostos e casas de mel, adequadas às normas técnicas, fixas e móveis, nos pólos produtivos.
	1.5 Comercializa- ção	1.5.1 Estruturação de espaços físicos para realização de feiras agroecológicas nos pólos consumidores.
		1.5.2 Capacitação técnica de produtores e técnicos, voltada para o acesso aos mercados convencional, institucional, justo e solidário.
		1.5.3 Estruturação de bases de serviço territorial para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e aquisição de insumos.
		1.5.4 Reestruturação dos centros de abastecimento e construção de logística de armazenamento e transportes dos produtos.
		1.5.5 Reestruturação física e capacitação para a gestão das cooperativas e redes de comercialização do Território.
	1.6 Agro / Eco turismo	1.6.1 Promoção de feiras regionais e locais, apoio à participação em feiras nacionais e internacionais e capacitação das pessoas envolvidas para o desenvolvimento do artesanato local e regional (couro, fibra de banana, caroá, coco, tecelagem e subprodutos do peixe).
		1.6.2 Divulgação da gastronomia regional em publicações de nível nacional, através de sites, cartilhas, folhetos, cartazes e vídeos, voltados para o turista e para a população local das cidades.
		1.6.3 Criação de centros culturais para integração e promoção das ações culturais do Território, incluindo a capacitação, divulgação e comercialização dos produtos.
		1.6.4 Divulgação das linhas de crédito voltadas para o Agro Ecoturismo.

Continuação...

	1.7 Assistência Técnica	1.7.1 Apoio e fortalecimento das organizações (Associações, Cooperativas, STR's, ONGs) que prestam serviços complementares de assessoria técnica no Território.
		1.7.2 Capacitação continuada dos produtores para atendimento às demandas locais.
		1.7.3 Capacitação das organizações dos produtores e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável para o fortalecimento institucional.
		1.7.4 Implantação de Centros adequados para capacitações.
		1.7.5 Acompanhamento e orientação aos processos de aquisição e gestão do crédito.

4.2 Eixo 2 – Gestão Ambiental

2. Gestão Ambiental	2.1 Monitoramento Ambiental dos Sistemas Produtivos	2.1.1 Capacitação dos trabalhadores para incentivo à produção agroecológica ou orgânica em todos os sistemas produtivos.
		2.1.2 Implantação de estruturas e sistemas de gestão e monitoramento ambiental no âmbito dos municípios (Secretarias, Departamentos, Conselhos).
		2.1.3 Monitoramento ambiental dos sistemas produtivos e extrativistas (aquicultura, pesca artesanal, caprino-ovinocultura, hortifruticultura, apicultura, ecoturismo e outros).
		2.1.4 Implantação de Centros com serviços de recolhimento de embalagens de produtos químicos.
	2.2 Conservação e Preservação do Bioma Caatinga	2.2.1 Revitalização e preservação de APP's (Áreas de Preservação Permanente) dos rios, riachos, afluentes, nascentes, lagoas, açudes, barragens e canais.
		2.2.2 Recuperação da Caatinga e das áreas degradadas com plantios de espécies nativas e proteção das áreas em risco de desertificação.
		2.2.3 Implementação de licenciamento ambiental e demais licenciamentos formais dos empreendimentos econômicos.

4.3 Eixo 3: Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer

3 Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer	3.1 Políticas educacionais e contextualização do processo ensino – aprendizagem	3.1.1 Elaboração de Proposta Político -Pedagógica contextualizada para desenvolvimento do ensino nas escolas das redes públicas municipais e estaduais (campo e cidade), a exemplo da educação no campo.
		3.1.2 Formação continuada dos educadores/ as na perspectiva da contextualização do ensino à realidade do Território, com adesão do padrão de uma educação inclusiva.
		3.1.3 Formação continuada dos gestores/as educacionais na área de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação, voltada para a contextualização do ensino à realidade local.
		3.1.4 Contextualização dos Currículos e Projetos Pedagógicos, com inserção da matéria de educação ambiental nas grades curriculares.
		3.1.5 Produção e distribuição de material didático, contextualizados à realidade do Território nas escolas.
	3.2 Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos no Território.	3.2.1 Construção e adequação das escolas para atender as necessidades dos diferentes níveis e modalidades da educação.
		3.2.2 Implantação de Centros de Referência da Mulher, destinados à prevenção/ tratamento da violência doméstica.
		3.2.3 Implantação do Programa de Documentação da Família.
		3.2.4 Estruturação de espaços físicos para as sedes dos Conselhos Municipais (espaço de discussão, monitoramento e avaliação das políticas públicas).
		3.2.5 Implantação de Albergues para a população de rua.
		3.2.6 Implantação de creches, abrigos e espaços de apoio às pessoas da terceira idade, pessoas com necessidades especiais e tratamento para usuários de drogas e acompanhamento às suas famílias.
		3.2.7 Implantação de projetos na área da produção e de serviços para geração de emprego e renda para jovens e mulheres no Território, conforme potencialidade de cada município.
	3.3 Valorização da Cultura regional	3.3.1 Realização de diagnóstico do potencial cultural e elaboração de um Guia Cultural e Turístico do Território.
		3.3.2 Implantação de Centro de Referência da Cultura no Território para apoio ao desenvolvimento da cultura regional.

Continuação...

		3.3.3 Realização de eventos para o fortalecimento das manifestações e diversidades culturais do Território.
		3.3.4 Implantação de áreas de lazer e esporte, inclusive esportes náuticos para as comunidades rurais, respeitando a diversidade cultural local.
		3.3.5 Construção e/ou reestruturação de quadras poliesportivas e bibliotecas nas escolas, bibliotecas municipais e Centros de Informática nas zonas rural e urbana.
		3.3.6 Implantação e/ou reestruturação de cinemas, teatros e museus nos municípios do Território.

4.4 Eixo 4 – Segurança Alimentar, Saúde, Saneamento e Moradia

4. Segurança Alimentar, Saúde, Saneamento e Moradia	4.1 Segurança Alimentar e Nutricional	4.1.1 Implantação de estruturas para promover a Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios do Território: Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e Feiras Volantes.
		4.1.2. Implantação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA's
	4.2 Saúde Preventiva	4.2.1 Formação continuada e apoio às equipes de Agentes de Saúde da Família.
		4.2.2 Ampliação dos programas de saúde preventiva: vacinação, saúde bucal, atendimento à terceira idade, vigilância epidemiológica.
		4.2.3 Implantação do Programa Projovem nas zonas rural e urbana.
		4.2.4 Ampliação do número de laboratórios de análises química e biológica.
		4.2.5 Reestruturação e capacitação dos Conselhos Municipais de Saúde, visando ao seu fortalecimento.
		4.2.6 Implantação de Centros de Medicina Fitoterápica.
		4.2.7 Implantação de Farmácias Populares.
	4.3 Atendimento à Saúde	4.3.1 Desprecarização dos vínculos empregatícios dos profissionais da área de saúde.
		4.3.2 Instalação e estruturação de Unidades de Saúde Bucal Fixa nos PSF's e móvel para bairros e zona rural.
		4.3.3 Descentralização do Atendimento Médico.
		4.3.4 Implantação de Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS.

Continuação...

	4.4 Saneamento e Moradia	4.4.1 Implantação de sistemas de saneamento e esgotamento sanitário, com tratamento e destino final adequado dos resíduos, nas sedes municipais, agrovilas e zona rural.
		4.4.2 Construção e ou reforma de moradias das famílias em situação de vulnerabilidade social, na sede e meio rural.
		4.4.3 Implantação de aterros sanitários adequados.
		4.4.4 Implantação de sistema de tratamento para reutilização da água servida em atividades agrícolas e demais pertinentes.
		4.4.5 Criação de cooperativas, de usinas de reciclagem e implantação do sistema de coleta seletiva do lixo para desenvolvimento da cultura de preservação do meio ambiente e geração de renda.

4.5 Eixo 5 – Infra-Estrutura

5. Infra-Estrutura	5.1 Estradas	5.1.1 Manutenção das estradas intermunicipais e das estradas vicinais.
		5.1.2 Construção e pavimentação de estradas para acesso aos pólos produtivos.
		5.1.3 Construção de portos fluviais para acesso público ao Rio São Francisco.
		5.2.1 Construção de cisternas para captação e armazenamento de água potável nas escolas e em todas as instalações coletivas da zona rural.
	5.2 Abastecimento de água	5.2.2 Ampliação do sistema de abastecimento de água em cidades, comunidades rurais e vilas, a partir da adução do Rio São Francisco e/ ou de seus afluentes perenes.
		5.2.3 Construção e/ ou restauração de cisternas para armazenamento de água de chuva destinadas ao abastecimento humano nas comunidades rurais, com capacitação para as famílias beneficiadas sobre gestão e qualidade da água.
		5.2.4 Implantação de infra-estrutura hídrica diversificada para abastecimento humano e produção agropecuária familiar.
		5.2.5 Implantação de estações de tratamento de água (com correção de sais em Belém de São Francisco) para as sedes e comunidades rurais e recuperação dos sistemas existentes.
	5.3 Eletrificação e Iluminação Pública	5.3.1 Expansão e manutenção da iluminação nas vias públicas urbanas e localidades rurais.

Continuação...

		5.3.2 Eletrificação e iluminação rural e urbana, residencial e para a produção agropecuária.
	5.4 Comunicação	5.4.1 Acesso ao sinal de telefonia móvel, nas zonas rural e urbana, em todos os municípios do Território.
		5.4.2 Acesso aos sistemas de internet banda larga e de alta velocidade em todos os municípios do Território.
		5.4.3 Implantação de sistemas de rádios e tv's comunitárias, educativas, digitais e aberta em todo a base Territorial, bem como melhoria dos sistemas já existentes.

4.6 Eixo 06: Ordenamento Agrário

6 Ordena- mento Agrário	6.1 Regularização Fundiária	6.1 Levantamento fundiário nos municípios do Território.
		6.2 Elaboração do zoneamento agroecológico e sócio-econômico dos municípios.
		6.3 Identificação e regularização dos Territórios indígenas e quilombolas, e das áreas de fundos de pasto, ribeirinhos e ilhas.
		6.4 Regularização das áreas de reassentamento e indenizadas pela CHESF na área irrigada e sequeiro.
		6.5 Regularização e estruturação das áreas dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária com implementação das políticas, de leis existentes para o setor.

5. PROJETOS A PARTIR DOS EIXOS

5.1 Eixo 1 – Desenvolvimento Econômico

A Região que compreende os municípios do Território de Itaparica tem sua economia caracterizada pela agricultura irrigada, piscicultura, agricultura de subsistência nas áreas de sequeiro e criação de caprinos e ovinos, a qual responde por 33% da criação de todo o Estado de Pernambuco e 27% da criação de todo o Estado da Bahia, com destaque para os Municípios de Abaré, Paulo Afonso, Macururé e Chorrochó na Bahia; Floresta, Carnaubeira da Penha, Belém de São Francisco e Tacaratu em Pernambuco, que, historicamente, são pólos de criação de caprinos e ovinos.

A caprinovinocultura - Criada de forma extensiva é uma atividade desenvolvida pela maioria das famílias nos municípios do Território nos dois Estados. Os rebanhos de caprino apresentam-se com boa adaptação às condições climáticas da região, porém, o manejo sanitário deficiente dos animais e das pastagens, seja cultivado ou natural, e a falta de prática de armazenamento de forragens, resultam em altos índices de mortalidade da criação, sobretudo nos períodos de estiagens prolongadas.

Para desenvolver de forma adequada esse sistema e alavancar este mercado promissor, faz-se necessário investir em programas de capacitação das famílias, na melhoria da infra-estrutura de produção, de processamento e de comercialização dos produtos.

Na pesca artesanal e aquicultura - Os principais limitantes para um melhor desempenho deste sistema produtivo no Território estão relacionados com a pouca capacidade de articulação e valorização das colônias de pescadores, à falta de regulamentação e legalização para a utilização da água e do espaço do rio e dos lagos, falta de estrutura física para a pesca artesanal e a aquicultura, pouca produção e oferta de alevinos, carência de unidades de beneficiamento do pescado, bem como a falta de estrutura para a fabricação e oferta dos insumos: gelo, ração e materiais de pesca.

É imperativo o desenvolvimento de estratégias para capacitação e articulação das Colônias e Associações dos Pescadores artesanais e aquicultura, estruturação física para desenvolver a produção, o processamento e a comercialização deste sistema produtivo.

O Beneficiamento e a comercialização da produção, voltadas para a agricultura familiar, de um modo geral conta com estruturas de beneficiamento e comercialização insuficientes, com isso a atividade não se apresenta como etapa consistente no contexto dos sistemas de produção do Território. O que existem são pequenas iniciativas funcionando precariamente, outras estão paradas, por não serem adequadas ao tipo de atividades para a qual foram destinadas, ou mesmo por falta de manutenção.

Atualmente o beneficiamento da produção, seja de frutas cultivadas ou de frutas nativas, está em expansão no Brasil, e apresenta possibilidade viável para a geração de emprego e melhoria da renda das famílias no Território. Porém, a agricultura familiar do Território continua enfrentando dificuldades por não ter a infraestrutura adequada e suficiente para desenvolver o beneficiamento.

Trabalhar a manipulação de alimentos exige procedimentos e estruturas adequadas, de acordo com os critérios e normas pré-estabelecidos por segmentos de controle desse setor. Para isso o Território apresenta como estratégia a construção, estruturação e / ou adequação de unidades de processamento e / ou beneficiamento de frutas e dos produtos e subprodutos da pecuária e da pesca: carne, leite, pele, pescado e mel.

Em seguida, estruturas são propostas para viabilizar a comercialização justa da produção, tais como: estruturação de espaços físicos para realização de feiras agroecológicas; estruturação de Bases de Serviço Territorial, centros de abastecimento, logística de armazenamento e transportes dos produtos e, sobretudo, o investimento na capacitação e fortalecimento para a gestão das cooperativas e da rede de comercialização do Território.

Para o **Ecoturismo** existe no Território um potencial ainda não desenvolvido inclusive associando à história da região, cultura indígena, religião, belezas naturais, que poderá ser desenvolvido de forma sustentável e com ele contribuir para o incremento da renda familiar. Para isso serão necessários investimentos para ampliação e melhoria da infra-estrutura existente, na qualificação dos serviços prestados em atendimento, transporte, hospedagem, alimentação, segurança, entretenimento e comunicação, entre outros, além da elaboração de um planejamento estratégico que inclua os agricultores familiares, ribeirinhos, colonos, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais como atores diretos nestes segmentos.

5.1.1 Projetos do Programa: Pesca Artesanal e Aquicultura

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.1	Pesca Artesanal e Aquicultura
Projeto: 1.1.1	Capacitação das Colônias e Associações de Pescadores visando à integração e valorização da atividade
Diagnóstico:	Existência de Associações empenhadas na engorda de Tilápia Nilótica da linhagem chitralada em tanque-rede, sendo 04 associações em Petrolândia e 06 associações em Jatobá e Itacuruba. Todos esses empreendimentos dependem da compra de alevinos. Sem esta atividade a piscicultura na região não é sustentável. Grande número de pescadores artesanais desenvolve a atividade como única forma de sobrevivência
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral, agricultores familiares, pescadores
Justificativa:	Garantir a existência e subsistência da atividade de piscicultura na região, sobretudo nos municípios de Pernambuco. Resguardar grupos em risco: jovens ociosos, pessoas desempregadas, pescadores artesanais, produtores rurais de agricultura familiar vulnerabilizados pela pobreza. Atender a incerteza de sustento familiar relacionada à pesca extrativista, visando ao bom andamento dos grupos, associações empenhados na engorda do pescado, potencializando a cadeia produtiva. Gerar sustentabilidade e renda, com consciência ecológica. A atividade possui um grande potencial em todo o Território.
Objetivos:	Envolver todas as associações, colônias e grupos informais de pesca e aquicultura e realizar capacitações sobre o desenvolvimento da atividade; Melhorar a infra-estrutura de produção através do fomento e do crédito; Suprir mercado local com pescado; Aumentar a produtividade entre os criadores já existentes; Incentivar ações associativas e cooperativas; Garantir a sustentabilidade de todo o processo da aquicultura relacionada à produção da Tilápia.
Metas	Capacitar 580 famílias em todos os municípios do Território para exercer a atividade com sustentabilidade econômica e ambiental. Capacitar as famílias para beneficiar o pescado (filetagem, defumados, embutidos) e agregar valor ao produto. Capacitar para aproveitamento dos subprodutos do pescado (couro, vísceras, escamas). Garantir suporte técnico para ter e manter boa produção (qualitativa e quantitativa)
Cronograma	Até 2010
Estratégias	Garantir junto aos órgãos reguladores a concessão de licenças para a atividade (SEAP em especial) Celebrar convênios com parceiros para suporte técnico. Facilitar acesso a financiamentos e/ou apoio de parceiros/ investidores, locais, nacionais ou estrangeiros.

Continuação...

Arranjos Institucionais	Prefeituras, Governo estadual, CODEVASF, CHESF, Instituto Xingó, Banco do Brasil, BNB, MI, MDA, MDS, DRS, IPA, IBAMA, SEBRAE.
Indicadores de resultado e impacto	Atendidas as demandas da categoria dos pescadores, estabelecidas em cada município do Território banhado pelo São Francisco ou águas da barragem. Mercado abastecido com pescado produzido dentro do Território. Sustentabilidade da cadeia produtiva.
Gestão	Colônias e Associações de pescadores, Fórum do Território e Bahia Pesca.
Custos	Orçar projeto.

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.1	Pesca Artesanal e Aquicultura
Projeto: 1.1.3	Implantação de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e utensílios de produção da pesca artesanal e criação de peixes em tanques-rede e de terra
Diagnóstico:	Existência de Associações empenhadas na engorda de Tilápia Nilótica da linhagem chitralada em tanques-rede. Falta de equipamentos necessários (barcos, redes, isopor, freezer) para que os pescadores possam exercer a atividade.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral e pescadores
Justificativa:	É preciso garantir a subsistência da atividade de piscicultura e pesca artesanal na região, sobretudo nos municípios banhados pelo Rio São Francisco e açudes. Resguardar grupos em risco: jovens ociosos, pessoas desempregadas, pescadores artesanais, produtores rurais de agricultura familiar vulnerabilizados pela pobreza. Atender a incerteza relacionada à pesca extrativista, visando ao bom andamento dos grupos e associações empenhadas na engorda do pescado, garantindo a sustentabilidade da cadeia produtiva; Gerar sustentabilidade e renda com consciência ecológica; Grande potencialidade em todo o Território.
Objetivos:	Envolver todas as associações e promover capacitações das colônias e grupos informais de pesca e aquicultura sobre o desenvolvimento da atividade. Incentivar ações associativas e cooperativas. Tornar possível o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, a partir da utilização do potencial local, natural e humano. Garantir a sustentabilidade de todo o processo da aquicultura e pesca artesanal
Metas	Melhoria da infra-estrutura de produção através do fomento e do crédito Garantir suporte técnico para ter e manter boa produtividade (qualitativa e quantitativa). Em conformidade com as leis de impacto ambiental, aumentar o número de famílias/ grupos e/ ou associações empenhadas na atividade

Continuação...

	representando em média 300 famílias diretamente beneficiadas. Criar espaço no mercado interno (municipal) e externo (estadual, particularmente dentro do Território)
Cronograma	Até 2010
Estratégias	Garantir junto aos órgãos reguladores a concessão de licenças para a atividade (SEAP em especial) Celebrar convênios com parceiros para suporte técnico. Facilitar acesso a financiamentos e/ou apoio de parceiros/ investidores, locais, nacionais ou estrangeiros.
Arranjos Institucionais	Prefeitura, Governo estadual, CODEVASF, CHESF, Instituto Xingó, BB, BNB, MI, MDA, MDS, DRS, IPA, IBAMA, SEBRAE.
Indicadores de resultado e impacto	Atendidas as demandas da categoria dos pescadores, estabelecidas em cada município do Território banhado pelo São Francisco ou águas da barragem. Mercado abastecido com pescado produzido dentro do Território. Sustentabilidade da atividade.
Gestão	Fórum Territorial e Colônias e Associações de pescadores
Custos	Orçar projeto.

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.1	Pesca Artesanal e Aquicultura
Projeto: 1.1.4	Implantação de unidades de produção de alevinos para povoamento dos tanques-rede, tanques-terra, açudes e o lago.
Diagnóstico:	Atividades da pesca artesanal e da piscicultura em expansão e com alta viabilidade no Território e todos os grupos dependem da compra de alevinos, inclusive de outras regiões.
Localização	Todos os municípios que compreendem o Lago de Itaparica, margeados pelas águas de inundação e/ou do próprio Rio.
Público Beneficiário:	População rural e urbana, agricultores familiares, pescadores.
Justificativa:	Garantir a subsistência da atividade de piscicultura na região, sobretudo nos municípios margeados pelo Rio e pelo Lago Oferecer oportunidades de trabalho para jovens ociosos, pessoas desempregadas, pescadores artesanais, produtores rurais de agricultura familiar vulnerabilizados pela pobreza. Atender a incerteza relacionada à pesca extrativista, visando ao bom andamento dos grupos e associações empenhadas na engorda do pescado, dando força à cadeia produtiva. Gerar sustentabilidade e renda com consciência ecológica. É uma atividade de grande potencialidade em todo o Território
Objetivos:	Produzir alevinos para atender às demandas das famílias e dos grupos empenhados na atividade da pesca Manter boa produtividade entre os criadores já existentes Garantir suprimento para futuros produtores. Incentivar ações de associativismo e cooperativismo. Tornar possível o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, a partir da utilização do potencial local, natural e humano.

Continuação...

	Garantir a sustentabilidade de todo o processo da aquicultura e da pesca artesanal, particularmente dentro do Território.
Metas:	Manter motivadas e aumentar o número de famílias, grupos, associações e colônias de pescadores empenhadas na atividade. Garantir suporte técnico para ter e manter boa produção (qualitativa e quantitativa) Fornecer condições para ampliação das atividades já existentes dentro do Território Criar espaço no mercado interno (municipal) e externo (estadual, particularmente dentro do Território)
Cronograma	Até 2010.
Estratégias	Garantir junto aos órgãos reguladores a concessão de licenças para a atividade (SEAP em especial) Celebrar convênios com parceiros para suporte técnico. Facilitar acesso a financiamento e/ ou apoio de parceiros/ investidores, locais, nacionais ou estrangeiros.
Arranjos Institucionais	Prefeitura, Governo estadual, CODEVASF, CHESF, Instituto Xingó, BB, BNB, MI, MDA, MDS, DRS, IPA, IBAMA, SEBRAE.
Indicadores de resultado e impacto	Categoria de pescadores com produção própria de alevinos Mercado abastecido com pescado produzido dentro do Território. Sustentabilidade da atividade Criada cadeia produtiva independente.
Gestão	Associações beneficiadas com o projeto implantado.
Custos	-----

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.1	Pesca Artesanal e Aquicultura
Projeto: 1.1.5	Implantação de unidades de beneficiamento de pescado, fabricação de ração e gelo para aproveitamento total dos subprodutos, dentro das exigências do SIF (Sistema de Inspeção Federal)
Diagnóstico:	Faltam estruturas adequadas para fabricação de ração e de gelo, obrigando os pescadores a adquirir esses insumos de outras regiões, o que eleva os custos de produção. Falta de unidades para beneficiar o pescado no próprio município, a produção é vendida fresca, in natura, por falta de estrutura de beneficiamento e armazenamento do pescado. Com isso, os pescadores se tornam reféns da ação dos atravessadores, a produção é vendida a preços baixos, o que acaba desmotivando a categoria dos pescadores e mantendo-os numa situação de vulnerabilidade econômica e social.
Localização	Borda do Lago de Itaparica e do Rio São Francisco
Público Beneficiário:	População rural e urbana, pescadores e piscicultores.
Justificativa:	Atender à crescente demanda para agregar valores ao produto in natura, distribuindo-o localmente e escoar para outros mercados o excedente do consumo local.

Continuação...

	Diminuir a ação dos atravessadores na região, que embora contribuam para escoamento da produção, pagam preços injustos e incompatíveis com o trabalho dos pescadores. Melhor aproveitamento dos subprodutos e potencial do pescado. Gerar sustentabilidade e renda com consciência ecológica.
Objetivos:	Promover melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e pescadores artesanais valorizando sua atividade Incentivar ações associativas e cooperativas
Metas:	Estruturar e organizar a cadeia produtiva da pesca Adquirir SIF para possibilitar uma produção de qualidade e condições para inserir os produtos do pescado no mercado formal. Tornar o centro de filetagem uma casa de apoio aos pescadores da região que agregarão valores ao seu produto e terão à disposição câmara fria para estocagem do pescado eviscerado, filetado ou defumado, pronto para entrega no mercado. Suprir demanda do mercado local e externo. Desenvolver atividades paralelas para geração de renda, sobretudo para jovens e mulheres, com o uso dos subprodutos do pescado (couro, vísceras, carcaças, escamas), atualmente desprezados. Aproveitamento das vísceras do peixe para produzir biodiesel, sabendo-se que 10% do peixe é composto de vísceras; destas, 60% é gordura e, desse total, 80% podem ser transformado em biodiesel.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias	Celebrar convênios com parceiros para suporte técnico. Facilitar acesso a financiamento e/ ou apoio de parceiros/ investidores, locais, nacionais ou estrangeiros. Identificação de mercado em potencial
Arranjos Institucionais	Prefeituras, Governos estaduais, CODEVASF, CHESF, Instituto Xingó, BB. BNB, MI, MDA, MDS, DRS, IPA, EBDA, Bahia Pesca, SEBRAE, PETROBRÁS.
Indicadores de resultado e impacto	Unidade em funcionamento em cada município do Território Pescadores e produtores, exercendo suas atividades com maior entusiasmo e credibilidade. Mercado abastecido com pescado produzido dentro do Território. Independência econômica, sustentabilidade, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Independência e autonomia da cadeia produtiva do pescado e auto-suficiência. Volume crescente de pescado beneficiado pelas próprias associações Empregada a mão-de-obra ociosa das famílias de pescadores e agricultores. Comercialização sendo feita com sucesso, com independência de atravessadores.
Gestão	Associações, Cooperativa de Aquicultura e Pesca e Bahia Pesca.
Custos	-----

5.1.2 Projetos do Programa: Caprinovinocultura

Eixo: 1	Infra-estrutura
Programa: 2	Caprinovinocultura
Projeto: 1.2.1	Organização da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura
Diagnóstico:	O sertão de Itaparica, situado na parte oeste do Estado de Pernambuco, é uma região de economia predominantemente de base rural, caracterizada pela agricultura irrigada, pesca, piscicultura e exploração das áreas de sequeiro com agricultura de subsistência e a pecuária. Na pecuária, a ovinocaprinocultura é um segmento significativo, mantendo a liderança com um rebanho de 586.600 cabeças, seguida de bovinocultura com 59.220 cabeças. O rebanho de ovinos e caprinos da região de Itaparica representa 20,44% do rebanho do Estado de Pernambuco, sendo que o município de Floresta se destaca como maior representante dessas duas atividades pecuárias com mais de 50% do rebanho caprino-ovino e cerca de 30% do rebanho bovino. É um sistema produtivo com influência econômica em todo o Território; Neste contexto, observa-se a necessidade de promover continuamente o desenvolvimento sustentável da ovinocaprinocultura, atendendo por um lado à demanda de alimentos seguros, em maior escala, e por outro lado, gerando emprego e renda, agregando valor e sustentabilidade às condições de vida do (a) cidadão (ã).
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	Agricultores familiares e não familiares
Justificativa:	Importância do rebanho em volume e produção, Boa localização, situando-se próximo a centros consumidores e perímetros irrigados; Boa adaptação dos animais ao clima semi-árido. Grande parte dos rebanhos caprinos e ovinos ainda são criados de forma tradicional, sem os cuidados necessários para a obtenção de um produto de qualidade, certificado, economicamente viável e compatível com as exigências do mercado atual. Em Pernambuco, embora já estejam consolidadas algumas mudanças localizadas, em termos de manejo e investimentos tecnológicos, e a inserção de algumas raças de grande potencial genético para a produção de carne e leite, ainda existem limitações que impedem a obtenção de melhores resultados, destacando-se dentre outras, a pouca organização dos produtores de economia familiar; baixa qualificação do produtor; necessidade de orientação quanto ao manejo do rebanho, em função da maior exigência do mercado, especialmente de peles; necessidade de executar técnicas atualizadas e adequadas à atividade, favorecendo a produção e a rentabilidade econômica e necessidade de dotar a atividade de uma visão empreendedora.
Objetivos:	Estruturação da cadeia da caprinovinocultura no Território Itaparica;
Outros Projetos a serem Implementados	Realização de diagnósticos da produção para orientar a organização e qualificação do sistema produtivo; Manejo e controle sanitário dos rebanhos, por meio das campanhas específicas e acompanhamento de rotina (comunitário e individual); Implantação de sistemas de produção, controle de doenças das culturas, armazenamento de forragens e manejo sustentável da caatinga para garantir a segurança alimentar do rebanho;

Continuação...

	Melhoramento genético do rebanho, através da aquisição de reprodutores e matrizes PO e transferência de embriões PO; Implantação de abatedouros municipais e adequação e funcionamento dos existentes: Macururé, Belém de S. Francisco, Itacuruba, Floresta, Jatobá e Petrolândia para garantirem a qualidade do produto; Instalação de agroindústrias intermunicipais para processamento de carne, leite e pele (fábricas de ração, frigoríficos, laticínio e curtume), para agregação de valor aos produtos e subprodutos; Realização de eventos (feiras, exposições, comemorações) para desenvolver e divulgar o sistema produtivo da caprinovinocultura.
Metas:	Realizar diagnóstico no âmbito do Território; Elaborar e cumprir o calendário de campanhas específicas; Garantir acompanhamento de rotina aos produtores; Realizar estudo e ações para controle das pragas e doenças das culturas forrageiras; Realizar dias de campo em todas as comunidades dos municípios para incentivar o armazenamento de forragens; Realizar festivais de forragens, como forma de motivar o cultivo e armazenamento de suporte forrageiro. Adquirir e distribuir animais de raças apropriadas ao clima da região para melhoramento genético dos rebanhos; Implantar e/ou reestruturar 13 abatedouros municipais, sendo 01(um) em cada município; Implantar agroindústrias de beneficiamento dos produtos e subprodutos nos pólos produtores, orientadas por levantamento de viabilidade econômica; Realizar feiras municipais e regionais para incentivar o desenvolvimento do sistema produtivo.
Cronograma	2008 a 2011
Estratégias	Para que sejam corrigidos os gargalos existentes, faz-se necessário o fortalecimento das organizações dos produtores; A mudança do padrão tecnológico da unidade produtiva; A estruturação do segmento processador de carnes e peles; A capacitação empreendedora das comunidades visando à valorização dos produtos e à melhoria das condições de comercialização; A adequação do crédito e da infra-estrutura complementar de apoio à articulação entre os diversos atores da cadeia. Com a execução do projeto, espera-se um aumento da oferta quantitativa e qualitativa dos produtos; Uma melhoria nos processos de utilização dos recursos naturais; retenção de maior número de empregos no campo; Elevação da renda das comunidades produtivas e incremento na produção do desenvolvimento local integrado e sustentável. Diante de todas essas vocações naturais e históricas, convém afirmar que a região está apta para o desenvolvimento do APL indicado. Realização das reuniões setoriais, envolvendo as organizações (Cooperativas e Associações) de produtores.
Arranjos Institucionais	Fórum de Caprinovinocultura, Fórum Territorial, Rede de Comercialização, MDA, MI, CONAB, Prefeituras municipais,

Continuação...

Indicadores de resultado e impacto	Número de organizações e parceiros envolvidos no projeto; Caprinovinocultores participando do desenvolvimento da cadeia produtiva; Promovido a organização dos produtores Incentivado o melhoramento genético do rebanho Produtores possuindo suporte forrageiro armazenado; Produtores capacitados sobre todas as etapas do sistema produtivo da caprinovinocultura; Melhorada a genética dos rebanhos Produtores utilizando a caatinga de forma sustentável
Gestão	Cooperativas regionais. Ex: COOPERCAPRI-Floresta/PE
Custos	Diagnóstico sobre as organizações de Produtores: 13 x 50.000 = R\$ 650.000,00 ATER Especializada e Gerencial: R\$ 1.400.000,00 Capacitação Técnica e Gerencial: 100 de 4 módulos de 16h = R\$ 800.000,00 Manejo reprodutivo: R\$ 2.600.000,00 Manejo alimentar e hídrico: R\$ 2.600.000,00 Manejo Sanitário: R\$ 1.300.000,00 PRONAF 2.200 AGF X 12.000,00 = R\$ 26.400.000,00 Agroindustrialização: BA (Barra do Tarrachil) R\$ 10.000.000,00, PE (Floresta) R\$ 6.000.000,00 Certificação de origem, desenvolvimento e registro de marca e embalagem: R\$ 200.000,00

5.1.3 Projetos do Programa: Hortifruticultura

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico.
Programa: 1.3	Hortifruticultura.
Projeto: 1.3.1	Implantação de áreas comunitárias orgânicas ou agroecológicas para produção de frutas e hortaliças nos sistemas irrigados e de sequeiro, nas comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.
Diagnóstico:	Necessidade de desenvolver atividades produtivas, para geração de emprego e renda para jovens, mulheres, inclusive nas comunidades dos indígenas e quilombolas, com sustentabilidade econômica e ambiental. Atualmente existe no Território uma crescente demanda dos produtores interessados em converter a produção convencional em orgânica. Percebe-se a necessidade de buscar a sustentabilidade do setor através de uma produção limpa. O modelo de produção adotado até o momento tem incentivado a produção de alimentos de forma convencional (uso de agrotóxicos, adubos químicos, etc). Toneladas de agrotóxicos são despejados no meio ambiente, contaminando os rios, os alimentos, intoxicando a população, causando doenças graves e mortes. Necessidade de revitalização do Rio São Francisco e seus afluentes.
Localização	Nos 13 municípios do Território de Itaparica.

Continuação...

Público Beneficiário:	Agricultores Familiares, Índios e Quilombolas (diretos), População rural e urbana (indireta)
Justificativa:	A agricultura está presente em praticamente todos os municípios do Território de Itaparica, empregando mão-de-obra, e garantindo renda para boa parte da população. A cadeia da hortifruticultura agroecológica o aumento de escala, dentro da agricultura familiar orgânica, deve se constituir na principal alternativa para alcançar a sustentabilidade.
Objetivos:	Aumentar a produção, o acesso e o consumo de alimentos orgânicos, de forma sustentável, através da introdução de sistemas agroecológicos de cultivo para fortalecer a produção orgânica, através da participação dos agricultores familiares e comunidades tradicionais. Aumentar a segurança da renda pelo fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares, produzindo crescente quantidade de produtos orgânicos de qualidade e de gerenciamento do processo de produção, de forma efetiva e sustentável. Promover a recuperação, a gestão e a preservação ambiental, através da introdução e fortalecimento de sistemas agroecológicos de cultivo. Suprir carência de produtos limpos do mercado territorial. Promover melhoria da qualidade de vida dos agricultores, valorizando a atividade e oferecendo produtos de melhor qualidade. Incentivar ações coletivas e associativas; Buscar a certificação junto às entidades certificadoras de produtos agroecológicos, assim como organizar a rede de sementes dentro do Território.
Metas:	Implantar projeto - piloto com áreas de produção agroecológica nos 13 municípios do Território com 10 produtores p/ município em 02 ha de sua propriedade. Implantar 260 hectares de produção orgânica familiar em toda área do Território, (13 x 10 x 02= 260) Capacitar 130 Famílias de agricultores familiares;
Cronograma	De 2009 a 2011
Estratégias	Promover capacitações e oficinas com o objetivo de discutir o papel da agricultura familiar e a sustentabilidade da atividade produtiva, criando condições objetivas para a melhoria de renda e qualidade de vida, pela via da reconstrução da consciência coletiva; Intermediar, junto às instituições financiadoras, as propostas construídas coletivamente; Promover seminários municipais para os agricultores familiares; Monitorar os resultados das ações;
Arranjos Institucionais	CODEVASF, IPA, BNB, CHESF, EBDA, Secretarias Municipais de Agricultura.
Indicadores de resultado e impacto	Mão-de-obra local e regional qualificada e ocupada; Fortalecimento e ampliação da produção agrícola de forma sustentável. Fortalecimento do comércio justo sem a presença de atravessadores.
Gestão	Secretarias Municipais de Agricultura e/ ou Desenvolvimento Econômico, Conselhos de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis.
Custos	-----

5.1.4 Projetos do Programa: Apicultura e Meliponicultura

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.4	Apicultura e Meliponicultura
Projeto: 1.4.1	Realizar levantamento apibotânico para subsidiar os programas de incentivo à apicultura e meliponicultura
Diagnóstico Setorial	A apicultura no Território de Itaparica conta hoje com a participação de aproximadamente 400 famílias exercendo a atividade com uma produção anual em média de 150 toneladas, de forma deficiente na produtividade (média de 19Kg/colméia); Os apicultores estão desmotivados e pouco se reúnem em grupos para a realização das atividades; A atividade é pouco organizada e pouco explorada, diante do potencial existente; Não há estudo socializado, voltado para o desempenho e fortalecimento desse sistema produtivo na região.
Localização	Em todos os municípios do Território
Público Beneficiário:	400 famílias de apicultores do Território de Itaparica.
Justificativa:	A apicultura está presente em praticamente todos os municípios do Território de Itaparica, empregando mão-de-obra e garantindo renda para boa parte da população. Para que esse sistema produtivo alcance a sustentabilidade e a competitividade faz-se necessário promover a formação e dar uma visão sistêmica ao setor, estimulando o desenvolvimento de ações coordenadas e sustentadas, tornando seus produtos mais atraentes e com melhores condições de comercialização.
Objetivos:	Diagnosticar as potencialidades da cadeia produtiva da apicultura, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, com base na realidade socioeconômica das áreas de abrangência da apicultura no Território.
Metas:	Analisar a estrutura e funcionamento da apicultura em 13 municípios do Território; Caracterizar os principais agentes envolvidos na cadeia produtiva: produtores, indústria de insumos, cooperativas, agentes de distribuição e comercialização, consumidores e as relações entre os mesmos; Identificar causas e conseqüências dos entraves na cadeia produtiva da apicultura; Identificar questões relevantes que dificultam a inserção nos diversos mercados; Identificar políticas públicas (regional e nacional) para desenvolver esse sistema produtivo Motivar os apicultores a desenvolverem atividades conjuntas; Sistematizar informações e dados sobre esse sistema produtivo.
Cronograma:	Até dezembro de 2009.
Estratégias:	Como ponto de partida, será levada a proposta para ser discutida com a comunidade; Encaminhar propostas objetivas para a melhoria do desempenho da atividade; Promover junto com estes apicultores, em suas comunidades, oficinas de trabalho para qualificação da atividade; Intermediar, junto às instituições financiadoras, as propostas construídas coletivamente.

Continuação...

Arranjos Institucionais:	Instituições dos Estados de Pernambuco e Bahia: SEBRAE, SENAR, IPA, EBDA e ONGs que prestam assessoria neste sistema.
Indicadores de resultado e impacto	Identificado o potencial e as oportunidades para desenvolver esse sistema produtivo.
Gestão	Associações dos Apicultores dos municípios e cooperativas
Custos	R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.4	Apicultura e Meliponicultura
Projeto: 1.4.2	Capacitação para Associações e Grupos de Apicultores e Meliponicultores, na lógica dos APLs.
Diagnóstico Setorial:	A meliponicultura no Território de Itaparica é explorada ainda de forma rudimentar, tendo a maioria dos criadores os seus cortiços em troncos de árvores. Diversas espécies (jandaíra, moça-branca, papa - terra, mandaçaia, manduri, etc.) são exploradas de forma desorganizada e sem condições higiênicas adequadas, além da falta de informação sobre a conservação da biodiversidade. A atividade gera uma renda ainda insuficiente, pois o que predomina é a exploração extrativista, que consiste na destruição do enxame e na retirada do mel em troncos de árvores, destruindo seu habitat e erradicando-as, na iminência da extinção das espécies, entre outros danos.
Localização	Todos os povoados dos municípios do Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	300 famílias de apicultores e meliponicultores do Território de Itaparica.
Justificativa:	A apicultura e a meliponicultura surgem como uma opção entre as atividades tradicionais, por apresentarem características que possibilitam a conservação da biodiversidade. No entanto, observa-se uma carência de informações e de estrutura que possibilitem o desempenho dessa atividade de forma racional e sustentável por parte dos produtores rurais. A presente proposta pretende desenvolver a criação de abelhas sem ferrão como ferramenta de auto-sustentação, através do repasse de informações sobre uma tecnologia adequada.
Objetivos:	Capacitar os apicultores e meliponicultores para desenvolver a apicultura e meliponicultura como uma atividade auto-sustentável nas comunidades do Território de Itaparica.
Metas:	Capacitar 300 produtores para aperfeiçoar-se na atividade da apicultura e meliponicultura;
Cronograma:	Início junho de 2009 a junho de 2010.
Estratégias:	Buscar recursos junto aos governos municipais, estaduais e federal, através de seus programas de incentivos à agricultura familiar; Levantar recursos nas instituições financeiras e outras fontes reembolsáveis e não reembolsáveis; Solicitar ao SEBRAE, SENAR, ONG's e outras instituições, a promoção

Continuação...

	de capacitação, seminários e outros eventos para atender os meliponicultores; Realizar campanhas educativas para incentivar a preservação das abelhas nativas na caatinga e nas áreas de reserva ambiental.
Arranjos Institucionais:	Instituições dos Estados de Pernambuco e Bahia: SEBRAE, SENAR, IPA, EBDA e ONGs que prestam assessoria neste sistema produtivo.
Indicadores de resultado e impacto	Aperfeiçoado os conhecimentos dos produtores sobre o sistema produtivo. Número significativo de famílias empenhadas na atividade Padronizada a exploração da meliponicultura; Minimizada os impactos negativos dos “meleiros” sobre o meio ambiente Despertada a motivação para o associativismo e o cooperativismo dos meliponicultores.
Gestão	Associações de Apicultores e Cooperativas
Custos	Associações de Apicultores e Cooperativas

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.4	Apicultura e Meliponicultura
Projeto: 1.4.3	Aquisição de materiais apícolas para os apicultores e meliponicultores
Diagnóstico Setorial:	A meliponicultura no Território de Itaparica é explorada ainda de forma rudimentar, tendo a maioria dos criadores os seus cortiços em troncos de árvores. Diversas espécies (jandaíra, moça-branca, papa - terra, mandaçaia, manduri, etc.) são exploradas de forma desorganizada e sem condições higiênicas adequadas, além da falta de informação sobre a conservação da biodiversidade. A atividade propicia uma renda ainda insuficiente, pois o que predomina é a exploração extrativista, que consiste na destruição do enxame e na retirada do mel em troncos de árvores, destruindo seu habitat e erradicando-as, na iminência da extinção das espécies. Mesmo os apicultores que já despertaram para a importância de organizar o sistema, não conseguem implementar sua atividade por falta de estrutura adequada, começando da captura dos enxames até o envasamento dos produtos.
Localização	Todos os povoados dos municípios do Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	300 famílias de Apicultores e Meliponicultores do Território de Itaparica.
Justificativa:	A apicultura e meliponicultura surgem como uma opção entre as atividades econômicas tradicionais da região, por possuir características que possibilitam a conservação da biodiversidade, além disso, a região apresenta grande potencial e diversidade florística. No entanto, observa-se que as estruturas existentes nos municípios ainda são inadequadas e insuficientes, de forma que não atendem às necessidades dos apicultores e agricultores. A atividade da apicultura e meliponicultura poderão ser desenvolvidas como estratégia econômica importante para complementação da renda dos produtores de forma sustentável.

Continuação...

	Para isso, faz –se necessária a aquisição de equipamentos adequados e suficientes para o desenvolvimento dessa atividade produtiva, tais como: equipamentos de proteção individual, kits de colméias padronizadas, equipamentos para estruturação de apiários.
Objetivos:	Desenvolver a apicultura e meliponicultura como uma atividade auto-sustentável nas comunidades do Território de Itaparica.
Metas:	Implantar apiários e meliponários nos povoados dos municípios do Território para 300 famílias; Adquirir kits para 300 produtores para aperfeiçoarem-se na atividade da apicultura e meliponicultura; Promover ações para atingir um número de 50 colméias por produtor.
Cronograma:	Início junho de 2009 a junho de 2010.
Estratégias:	Buscar recursos junto aos governos municipais, estaduais, e federal através de seus programas de incentivos à agricultura familiar; Levantar recursos nas instituições financeiras e buscar outras fontes de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis; Solicitar do SEBRAE, SENAR, ONG's, outras instituições para desenvolverem projetos de fortalecimento do sistema da apicultura Promover integração dos meliponicultores no âmbito do Território; Implantar uma cooperativa de meliponicultores a nível Territorial.
Arranjos Institucionais:	SEBRAE, SENAR, ONG's, Secretarias de Agricultura, IPA, EBDA, SEAGRI.
Indicadores de resultado e impacto	300 apicultores com sistema produtivo implantado e em funcionamento; Estruturada a cadeia produtiva do mel no Território; Implantado o associativismo junto aos apicultores e meliponicultores
Gestão	Associações dos apicultores e cooperativas
Custos	R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais)

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.4	Apicultura e Meliponicultura
Projeto: 1.4.4	Implantação de entrepostos e casas de mel, fixas e móveis, adequadas às normas técnicas, nos pólos produtivos.
Diagnóstico Setorial:	A produção de mel no Território de Itaparica é realizada hoje por aproximadamente 400 famílias, de forma extrativista ou rudimentar, com deficiências em todo o processo, ou seja, desde a produção até a comercialização dos produtos. Conta com uma produção anual de 150 toneladas de mel in natura, com uma média de 19 kg por colméia, o que representa um volume muito abaixo do potencial. Outro fator que impede o desempenho da atividade é a falta de unidade adequada para o beneficiamento da produção, ocasionando barreiras na comercialização, na distribuição do mel para o mercado e favorecendo a ação dos atravessadores.
Localização	Nos Municípios de Paulo Afonso, Abaré, Glória, Rodelas e Macururé na Bahia; Petrolândia, Jatobá e Floresta em Pernambuco.
Público Beneficiário:	500 famílias de apicultores e meliponicultores do Território de Itaparica.

Continuação...

Justificativa:	A apicultura está presente em praticamente todos os municípios do Território de Itaparica, empregando mão-de-obra e garantindo complemento de renda para boa parte da população. Devido à prática de atravessadores que se organizam para impôr preços irrisórios aos produtos desta cadeia e desmotivam os produtores em função dos baixos rendimentos econômicos. Diante da situação de insegurança e baixo retorno econômico, há necessidade urgente de intervenção nessa realidade, através da melhoria do sistema de produção, agregação de valor ao produto, e organização da cadeia da comercialização. A implantação de casas e entrepostos de mel adequados às normas técnicas, nos pólos produtivos, são itens imprescindíveis para o bom desempenho e aperfeiçoamento do processo produtivo e comercial deste produto na região. A expectativa é a de que as casas possibilitem o beneficiamento do mel e a fabricação de derivados, facilitando a comercialização diretamente para os consumidores, seja para os mercados convencional, institucional ou solidário.
Objetivos:	Aumentar a produção da apicultura no Território de Itaparica; Agregar valor e melhorar a qualidade da produção; Possibilitar a diversificação dos produtos apícolas no Território; Facilitar o acesso aos mercados consumidores; Proporcionar o aumento da renda das famílias apicultoras e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.
Metas:	Implantar entrepostos de mel no Território, com registro no SIF; Adquirir duas Unidades Móveis de extração de mel, como anexas ao entreposto; Implantar casas de mel nos pólos produtivos, com registro no SIF; Capacitar 400 produtores para desenvolver, de forma adequada, as atividades do beneficiamento e comercialização do mel; Beneficiar toda a produção de mel no próprio Território; Padronizar a produção da apicultura e meliponicultura; Organizar a comercialização coletiva do mel e de seus derivados
Cronograma:	Março de 2009 a junho de 2010.
Estratégias:	Buscar recursos junto aos governos municipais, estaduais, e federal, através de seus programas de incentivo à agricultura familiar; Fazer gestão para obter recursos através das instituições financeiras e de outras fontes reembolsáveis e não reembolsáveis. Solicitar do SEBRAE, SENAR, ONG's e outras instituições, a promoção de capacitações, seminários e outros eventos para atender aos apicultores; Promover a integração dos apicultores no âmbito do Território Itaparica;
Arranjos Institucionais:	SEBRAE, SENAR, ONG's, Secretarias Municipais de Agricultura, IPA, BNB, BNDES, CODEVASF e CHESF.
Indicadores de resultado e impacto	Aumentada a produção de mel e seus derivados nos municípios do Território; Redução da ação dos atravessadores na cadeia do mel Promoção de uma renda familiar de pelo menos um salário mínimo/ mês para cada apicultor.
Gestão	Associações e Cooperativa de Apicultores
Custos	R\$ 3.000.000,00 (três milhões)

5.1.5 Projetos do Programa: Comercialização

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.5	Comercialização
Projeto: 1.5.1	Estruturação de espaços físicos para realização de feiras agro-ecológicas nos pólos consumidores
Diagnóstico Setorial	A base econômica do Território é predominantemente a agricultura, sobressaindo-se frutas e verduras para o abastecimento do mercado local e regional. Um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores no Território é a garantia de uma comercialização regular, com preços justos e estáveis durante todo o ciclo produtivo. Atualmente, no Território, há uma crescente demanda dos consumidores interessados nos produtos de procedência “limpa” mas não existe logística organizada para realizar o fornecimento contínuo de produtos, numa cadeia direta produtores – consumidores.
Localização	Todos os municípios que compõem o Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	Agricultores familiares.
Justificativa:	Criar espaços físicos apropriados para exposição dos produtos da agricultura familiar, de modo que eles sejam uma referência para o público-alvo consumidor, é um passo muito importante no Território Itaparica, pois certamente fortalecerá todo o processo de organização e, conseqüentemente, melhorará a renda das famílias envolvidas com esta atividade. A criação dos espaços físicos funcionará ainda como o lócus para melhor identificação e atendimento da demanda dos consumidores dos produtos agro-ecológicos, garantindo a devida acomodação, higiene e a qualidade de origem dos produtos.
Objetivos:	Fortalecer a organização da produção familiar de base agro-ecológica; Agregar valor à produção agrícola; Gerar segurança e soberania alimentar; Gerar novas oportunidades de mercado de forma sustentável, solidária e justa; Garantir o acesso aos produtos “livres de agrotóxicos e insumos químicos” para a população.
Metas:	Organizar 13 espaços físicos para funcionamento de feiras agro-ecológicas, com produtos oriundos da agricultura familiar em cada um dos 13 municípios do Território de Itaparica; Reduzir a ação dos atravessadores em 20 %, até o ano de 2010, e nos anos seguintes, a uma taxa de 10% por ano; Capacitar as famílias envolvidas para atuar nos espaços de comercialização de produtos agro-ecológicos.
Cronograma:	De 2009 até 2015.
Estratégias:	Promover capacitações e oficinas com o objetivo de discutir o papel da agricultura familiar e a sustentabilidade dessa atividade produtiva, criando condições objetivas para a melhoria da qualidade de vida das famílias; Sensibilizar os gestores públicos municipais para darem apoio a essa importante iniciativa de geração de emprego – renda, em benefício das famílias de cada município. Intermediar, junto às instituições financiadoras, as propostas que

Continuação...

	alcancem a geração de renda, fruto da agricultura familiar; Promover seminários municipais para os agricultores familiares, organizações envolvidas e consumidores para sensibilização e divulgação da proposta.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras Municipais, CHESF, CODEVASF, Embrapa, EBDA, IPA, Conselhos Municipais, Associação de Produtores Rurais, ONG's, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Estados, Universidades Públicas e Privadas.
Indicadores de resultado e impacto	Aumentada a renda das famílias trabalhadoras Reduzida a ação dos atravessadores; Aumentada a venda direta aos consumidores Fortalecimento do comércio justo e solidário.
Gestão	Rede de Comercialização e Cooperativas de Produção do Território, Secretarias Municipais de Agricultura e/ ou Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Rural Sustentável e Associações de Produtores.
Custos	R\$ 500.000,00 por mercado público

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.5	Comercialização
Projeto: 1.5.3	Estruturação de Bases de Serviço Territorial para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e aquisição de insumos.
Diagnóstico Setorial:	Um grande volume da produção está sendo comercializado sem valor agregado, em razão da falta de conhecimentos por parte dos agricultores familiares, no tocante às questões relativas a processos produtivos. Assim, a Base de Serviço é um instrumento que poderá facilitar o intercâmbio e articulação entre grupos produtores, ampliando suas capacidades produtivas e comerciais. A Base de serviço visa contribuir para a estruturação, planejamento e operacionalização do sistema de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e economia solidária, especialmente aqueles provenientes de uma atuação em Rede. A precária situação em que se encontra grande parte dos agricultores familiares do Território de Itaparica é devida à pouca organização para a produção e comercialização, abrindo espaço para a ação dos atravessadores que têm a sua margem de lucro considerável.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	Agricultores/ as familiares
Justificativa:	Uma das dificuldades apontadas pelos agricultores do Território Itaparica está relacionada à falta de autonomia nos processos comerciais. Entende-se que tais processos estão apoiados em três grupos de ações práticas: 1) organização da produção e desenvolvimento dos produtos, de acordo com os mercados pretendidos; 2) logística e distribuição das mercadorias; 3) venda propriamente dita e/ ou disputa por mercados consumidores.

Continuação...

	3) venda propriamente dita e/ ou disputa por mercados consumidores. Nesse contexto, os agricultores do Território se encontram vulneráveis no momento da comercialização da produção, pois não dispõem de uma estratégia eficiente de articulação dos produtores, planejamento e operacionalização da comercialização junto aos mercados consumidores. Experiências bem sucedidas de sistemas de comercialização são capazes de contribuir com a organização e operacionalização da produção familiar, essas ferramentas podem ser disponibilizadas aos produtores e são de baixo custo. A Base de Serviço é um instrumento capaz de transformar a realidade dos produtores familiares através da comercialização eficiente de seus produtos, gerando maior autonomia através da autogestão dos empreendimentos.
Objetivos:	Implantar a Base de Serviço no Território de Itaparica para organização e efetivação de compra de insumos e venda de produtos; Estruturar o processo de comercialização do Território, visando à inserção das associações e cooperativas aos vários mercados existentes. Agregar valor aos produtos, através da organização dos produtores e de boas práticas de comercialização; Melhorar a renda dos produtores, através da aquisição de insumos a preços mais baixos e da venda de sua produção a preços justos.
Metas:	Implementar processo de comercialização coletiva no Território de Itaparica junto aos agricultores familiares Garantir o processo de produção e colheita dos produtos da agricultura familiar, obedecendo a padrões de qualidade; Instalar galpões de pós-colheita em todos os Perímetros de Itaparica; Estruturar uma logística de transporte para os Ceasa's de Recife, Fortaleza, Paulo Afonso, Aracaju e Salvador.
Cronograma	Até 2010
Estratégias	Institucionalizar a Base de Serviço; Sensibilizar o serviço de ATER para o devido apoio a esta iniciativa, sob a responsabilidade da CODEVASF, IPA e EBDA.
Arranjos Institucionais:	Cooperativas de Produção do Território Itaparica, CODEVASF, CHESF, SEAGRI, SARA, PRORURAL, CAR, BNDS, BNB e BB.
Indicadores de resultado e impacto	Acesso de forma direta, aos mercados, pelos agricultores familiares; Redução da ação dos atravessadores na aquisição da produção dos agricultores; Melhoria da qualidade da produção e da qualidade de vida dos agricultores familiares.
Gestão	Rede de Comercialização e Cooperativas de Produção do Território
Custos	-----

Eixo: 1	Desenvolvimento Econômico
Programa: 1.5	Comercialização
Projeto: 1.5.5	Reestruturação física e capacitação para a gestão das cooperativas e Rede de Comercialização do Território
Diagnóstico Setorial	A ausência de políticas públicas adequadas que contribua ao desenvolvimento da comercialização dos produtos agrícolas favorece as condições para a exploração indiscriminada dos intermediários no processo de escoamento da produção da agricultura familiar para os mercados das principais capitais do nordeste. Os intermediários mantêm e reforçam a dependência dos agricultores nos mercados onde atuam e ajudam a promover o individualismo, a competição, a falta de organização e a desinformação na área da comercialização entre os produtores do Território. Mensalmente, os intermediários movimentam volumes e cifras muito expressivas, pagando aos produtores a menor parte dos ganhos com a venda de seus produtos. Por outro lado, as estruturas organizativas destinadas à comercialização da produção da agropecuária familiar, ainda são bastante frágeis. Elas necessitam de espaço físico adequado, aperfeiçoamento das competências técnicas, apoio técnico e financeiro para se adequarem aos novos conceitos e práticas do desenvolvimento sustentável e solidário.
Localização	Território de Itaparica
Público Beneficiário:	Produtores (as) agrícolas, pescadores (as), piscicultores, criadores de animais, extrativistas, artesãos, dentre outros que integram os grupos, associações, comunidades, cooperativas e Redes do Território de Itaparica.
Justificativa:	O Território de Itaparica é composto por unidades de produção agropecuária diversificada, onde se localizam os projetos irrigados e as áreas de produção de sequeiro dos projetos do Sistema Itaparica, ocupados exclusivamente por agricultores familiares, e as demais áreas produtivas pertencentes aos municípios que integram o Território. A produção está descentralizada, desorganizada e concorrendo entre si por oportunidades (compradores) que contribuem para a manutenção dessa condição. O principal canal de escoamento da produção é formado por intermediários (atravessadores) que a transportam para mercados atacadistas das CEASAS das capitais do Nordeste. A ATER existente nos projetos irrigados não consegue organizar e estruturar as organizações coletivas para que sejam realizadas atividades de produção e comercialização conjuntas. Portanto, os empreendimentos produtivos do Território de Itaparica necessitam de apoio dos governos e órgãos competentes para que seja realizado um processo de “concertação”, no sentido de orquestrar a revitalização dos instrumentos de comercialização e gestão dos sistemas produtivos, conduzindo-os para os processos de desenvolvimento territorial sob a ótica da sustentabilidade, comprometendo-os com objetivos comuns e responsáveis por implementar ações planejadas coletivamente.
Objetivos:	Oferecer aos produtores e produtoras do Território de Itaparica oportunidades para escoar sua produção diretamente no mercado, através da Rede de Comercialização e Cooperativas do Pólo Itaparica; Oportunizar, aos produtores, experiências com o associativismo e o cooperativismo e o trabalho em Rede;

Continuação...

	Contribuir para melhoria dos indicadores de qualidade de vida da classe trabalhadora, através dos ganhos obtidos com a venda direta; Impulsionar o fortalecimento do trabalho coletivo; a produção responsável; uso correto dos recursos naturais; Integrar o sistema de ATER para que as ações na produção possam contribuir para um processo de comercialização continuado e sustentável.
Metas:	Estruturar as Cooperativas e Redes do Território de Itaparica que praticam a comercialização coletiva para que funcionem com eficiência e eficácia; Estruturar unidades de venda direta para atendimento da demanda; Estipular que a Unidade de venda direta possa comercializar um caminhão de produtos por dia, após o primeiro mês de operação; Realizar um processo de capacitação para 100 lideranças do Território em Gestão de Empreendimentos Associativos.
Cronograma	A comercialização via Rede Itaparica terá início no segundo semestre de 2009.
Estratégias	Articular com os produtores interessados em realizar venda direta, a organização das cargas que deverão iniciar o processo na unidade de venda; Cadastrar os participantes; estabelecendo as regras de participação no projeto. Articular parcerias com as instituições que compõem e contribuem no desenvolvimento dos Projetos para disponibilizarem profissionais; Constituir parceria com a CEASA-PE para que haja apoio na estruturação da unidade de venda direta.
Arranjos Institucionais:	Cooperativas e Rede de Comercialização do Pólo Itaparica, CHESF, CODEVASF, SDT, MDA, Prefeituras, ONGs.
Indicadores de resultado e impacto	Aumento considerável da renda familiar. Fortalecimento e otimização do desempenho do trabalho coletivo;
Impacto:	Atuação diferenciada do trabalho da ATER; Produção organizada e orientada às demandas e exigências do mercado comprador; Produtores participando da prática da comercialização; Auto - sustentabilidade produtiva e comercial.
Gestão	Rede de Comercialização e Cooperativas de Produção do Território.
Custos	R\$ 650.000,00/ano para o Território

5.2 Eixo 2 – Gestão Ambiental.

Apesar do Território de Itaparica apresentar grande potencial produtivo (agropecuário, pesqueiro, geração de energia, turismo) persiste, na maioria dos municípios, os problemas econômicos, sociais e ambientais que contribuem para o aumento da pobreza rural.

As políticas públicas que financiaram as atividades econômicas e que se propunham a desenvolver a região contribuíram, significativamente, para a degradação ambiental e os efeitos são gravíssimos: poluição, desertificação, erosão, assoreamento, diminuição da biodiversidade, vegetação nativa substituída por campos irrigados e maciços florestais de Algaroba (*Prosopis juliflora*). As matas ciliares do Rio São Francisco e dos Riachos também foram tombadas e a fauna se encontra ameaçada. A população local sente os efeitos da dilapidação dos recursos naturais.

Importante frisar, que a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica causou alteração no ecossistema local, e que a própria formação do lago, já é o grande causador de todo o impacto ambiental e social. Dentre outras consequências, certamente a diminuição da biodiversidade dos peixes é um dos pontos fortíssimos a considerar em qualquer análise sobre as questões do meio ambiente.

A opção pela agricultura irrigada também é outro fator que durante décadas e mais décadas vem contribuindo para a degradação ambiental, pois são utilizados desordenadamente os agroquímicos, o que provoca a poluição dos solos, das águas e graves problemas de saúde à população. Apesar dos esforços do poder público e das entidades que lidam com as questões ambientais, ainda assim o problema persiste e é visível em toda a região do Submédio São Francisco.

Verdade é que as ações até então propostas para o desenvolvimento da região, nem sempre se aliaram às questões do desenvolvimento integrado, e sustentável, muito menos na perspectiva de compreensão do Território como uma unidade a ser preservada localmente, mas aliada ao conjunto global. Superar essas dificuldades de modo a reduzir as desigualdades sociais existentes e os problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais torna-se um grande desafio para todos os órgãos e entidades que atuam na promoção do desenvolvimento do Território.

A seguir, um breve comentário sobre o monitoramento dos sistemas produtivos e a conservação e preservação do bioma caatinga, posteriormente, está descrito um dos projetos que será desenvolvido no Eixo da Gestão Ambiental, outros poderão ser elaborados ao longo do tempo, tendo como referência a Matriz

apresentada anteriormente e a partir de iniciativa própria e mobilização das organizações do Território.

Monitoramento dos sistemas produtivos faz-se necessário como forma de superar parte dos problemas ambientais identificados. Além disso, apresenta um projeto de capacitação dos produtores com o objetivo de fazer a transferência do modelo de produção para um sistema agroecológico, visando à integração harmônica do ser humano com o meio ambiente.

A **Conservação e preservação do bioma caatinga** incluem ações de revitalização e preservação de áreas de grande interesse ecológico (rios, riachos, afluentes, nascentes, lagoas, açudes, serras, grutas e barragens), além da implantação do licenciamento ambiental dos empreendimentos.

5.2.1 Projetos do Programa: Monitoramento Ambiental dos Sistemas Produtivos

Eixo: 2	Gestão Ambiental
Programa: 2.1	Monitoramento Ambiental dos Sistemas Produtivos
Projeto: 2.1.1	Capacitação dos agricultores no processo de transição agro-ecológica em todos os sistemas produtivos
Diagnóstico Setorial	Existência de diversas Associações de Produtores que por falta de uma assistência técnica que priorize a sustentabilidade do setor, tem incentivado a produção de alimentos de forma convencional (uso de agrotóxicos, adubos químicos, etc.).
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	Agricultores familiares (diretos), população rural e urbana (indiretamente).
Justificativa:	A agricultura está presente em praticamente todos os municípios do Território de Itaparica, empregando mão-de-obra e garantindo renda para boa parte da população. A cadeia da hortifruticultura agro-ecológica busca alcançar sustentabilidade e competitividade, porém, é preciso promover a formação de uma visão sistêmica no setor, estimulando o desenvolvimento de ações coordenadas e sustentadas para tornar seus produtos mais atraentes e com melhores condições de comercialização.
Objetivos:	Introdução de sistemas agro-ecológicos de cultivo para fortalecer a produção orgânica, através da participação dos agricultores familiares. Aumentar a segurança da renda pelo fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares de produzir, processar, gerenciar e comercializar uma crescente quantidade de produtos orgânicos; Aumentar a produção, o acesso e o consumo de alimentos orgânicos de forma sustentável; Promover a recuperação, a gestão e a preservação ambiental;

Continuação...

	Suprir o mercado territorial da carência de produtos agro-ecológicos certificados; Promover melhoria de qualidade de vida dos agricultores, valorizando a atividade e oferecendo uma melhor qualidade dos produtos.
Metas:	Capacitar cerca de 2.000 (dois mil) agricultores familiares; Buscar a certificação junto às entidades competentes, certificadoras de produtos agro-ecológicos, assim como organizar a rede de sementes dentro do Território.
Cronograma	De 2009 até o ano de 2012
Estratégias	Promover capacitações e oficinas para discussão do papel do agricultor familiar na sustentabilidade da atividade produtiva, criando condições objetivas para a melhoria de renda e qualidade de vida, pela via da (re) construção da consciência coletiva; Celebrar convênios com os parceiros para suporte técnico; Intermediar junto às instituições financiadoras, as propostas construídas no processo coletivo. Promover seminários municipais e intermunicipais para os agricultores familiares e organizações envolvidas no processo.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras Municipais, CHESF, CODEVASF, Embrapa, EBDA, IPA, Conselhos Municipais, Associação de Produtores Rurais, ONG's, Banco do Nordeste, Sindicatos Rurais, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretarias de Agricultura dos Estados BA e PE, Universidades Públicas e Privadas.
Indicadores de resultado e impacto	Crescente demanda para implementar a proposta nas propriedades. Número de propriedades em processo de conversão Número de famílias sensibilizadas com a proposta Número de eventos para discussão do tema sendo realizados no Território.
Gestão	Secretarias Municipais de Agricultura e/ ou Desenvolvimento Econômico, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.
Custos	-----

5.3 Eixo 3 – Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.

O Território de Itaparica é uma região com muitos entraves sociais, porém com um grande potencial econômico e sócio-ambiental a serem desenvolvidos. Em se tratando da área educacional, a pretensão é fazer com que os programas relacionados, a seguir, contribuam para que a educação escolar produza e fortaleça um saber que provoque a melhoria das condições de vida da população do Território, numa perspectiva de “educação contextualizada”, desmistificando um imaginário criado ao longo de décadas de que esta é uma região inviável.

A educação contextualizada, aqui proposta, não se restringe apenas a uma relação de conteúdos e metodologias de ensino, envolve também os processos e as intencionalidades dos projetos de escola e sociedade que se almeja, bem como as dimensões de tempo e espaço na escola e os procedimentos de pesquisa e produção de saberes. Para isso é imprescindível implementar uma política de valorização do quadro de profissionais da educação, realizando o acompanhamento psicopedagógico; fazendo a ampliação, qualificação, informatização e adequação dos espaços escolares, com uma satisfatória infra-estrutura de transporte e merenda escolar para atendimento à educação infantil, educação especial, educação de jovens e adultos até as universidades.

A Proposta de educação contextualizada deve ser gerida como política de engajamento coletivo, pois integra ações dispersas, cria sinergias e encontra soluções viáveis para os problemas relacionados à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, ao tempo em que desenvolve um sentimento de pertencimento ao seu ambiente, por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Em relação à cultura e ao lazer é preciso redescobrir, promover maior integração e valorizar o que há de mais diverso em cada município, criando oportunidades para possibilitar o fortalecimento das manifestações e diversidades culturais do Território.

A implantação de estruturas físicas para o esporte e o lazer, considerando as diferentes modalidades existentes e a diversidade cultural local, é uma necessidade e faz parte das demandas advindas tanto das comunidades urbanas e rurais de todo o Território.

5.3.1 Projetos do Programa: Políticas educacionais e contextualização do processo ensino–aprendizagem

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.1	Políticas educacionais e contextualização do processo ensino–aprendizagem.
Projeto: 3.1.1	Elaboração de Proposta Político Pedagógica contextualizada para desenvolvimento do ensino nas escolas da rede pública municipal (campo e cidade).

Continuação...

Diagnóstico:	Educação descontextualizada e distante da realidade local. Esta educação não atende às necessidades dos alunos e não leva ao desenvolvimento da região. Falta de acompanhamento técnico para implementação de políticas públicas, já existentes no âmbito federal, visando ao desenvolvimento sustentável do Território e de acordo com a realidade local. Os planos pedagógicos que orientam os currículos escolares são desarticulados da realidade local e não contribuem para a investigação das dificuldades vivenciadas no Território. O ensino desenvolvido nas escolas acaba incentivando principalmente os jovens a migrarem do campo para a cidade. Isto contribui para o aumento dos problemas sociais existentes, como a violência, o desemprego e o “inchaço” na periferia das cidades.
Localização:	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	População do Território (crianças, jovens, adultos).
Justificativa:	Para que a educação contextualizada se concretize, seguindo os princípios da Convivência com o Semi-árido, ela deve ser incorporada nos planos educacionais dos três níveis de governo e implementada de acordo com a competência de cada esfera. Este é um caminho imprescindível para o desenvolvimento do Território de Itaparica, com o objetivo de que as crianças, os jovens e os adultos sejam integrados nos programas e projetos educacionais, na perspectiva da inclusão social e da convivência harmoniosa com o meio ambiente. O alcance desse estágio depende da mobilização social e dos instrumentos de controle funcionando efetivamente nos municípios do Território (conselhos, fóruns, outros). Em sendo assim, a construção da Proposta Político-Pedagógica deve ser um primeiro instrumento de engajamento coletivo, que vai potencializar a discussão e o encontro de soluções viáveis para os problemas relacionados à educação. É preciso desenvolver um sentimento de pertencimento e atribuir um valor à história. Nessa perspectiva, a estratégia passa pela mobilização de todos os agentes educacionais, com vistas à definição das ações que levarão ao fortalecimento de uma consciência coletiva e indispensável às mudanças sociais.
Objetivos:	Ampliar políticas públicas para o desenvolvimento do Território, com foco na realidade local; Valorizar a cultura do Território considerando a identidade e a linguagem regionais, respeitando-as como um fazer humano e social. Reorientar os currículos escolares, considerando as necessidades específicas de cada município que integra o Território Itaparica.
Metas:	Mobilizar os municípios para adequação da metodologia do ensino tradicional ao modelo contextualizado de convivência com o semi-árido; Construir a Proposta Político - Pedagógica dos 13 municípios, em sintonia com a política macro do Território; Criar e/ou fortalecer os Conselhos Municipais de Educação (CME); Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); Conselhos Municipais de Cultura, outros, observando inclusive, se já tem a lei de criação em cada município do Território.
Cronograma	Até o ano de 2015.
Estratégias	Estudo aprofundado da realidade, das potencialidades e demandas regionais.

Continuação...

	Mobilização de todos os atores educacionais, especialmente, as DIREC's, Secretarias e Conselhos de Educação para a construção da Proposta;
Arranjos Institucionais:	Prefeituras, CHESF, CODEVASF, Conselhos, Ministério da Educação, Secretarias de Educação dos Estados da Bahia e Pernambuco, DIREC's, Rede de Educação do Semi-Árido-RESAB, Universidades públicas e privadas.
Indicadores de resultado e impacto	Proposta Político - Pedagógica elaborada e sendo uma diretriz para os municípios; Implementação da Proposta em todo sistema de ensino da rede pública municipal Modelo de Desenvolvimento levando em consideração as particularidades, potencialidades e desafios da região.
Gestão	Prefeituras, Conselhos, Ministério da Educação, Secretarias de Educação dos Estados da Bahia e Pernambuco, DIREC's, Rede de Educação do Semi-Árido-RESAB.
Custos	-----

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.1	Políticas educacionais e contextualização do processo ensino-aprendizagem
Projeto: 3.1.2	Formação continuada dos educadores/ as da rede pública na perspectiva da contextualização do ensino à realidade do Território e educação inclusiva
Diagnóstico	Baixo rendimento nos indicadores das avaliações aferidas pelo MEC; Alto índice de evasão escolar; Índice elevado de repetência em todos os níveis de ensino; Ensino fora da realidade local, sobretudo nas escolas do campo; Carência de profissionais habilitados para lidar com pessoas com necessidades especiais; Não cumprimento da legislação educacional, face à ausência de políticas públicas específicas para atender a essa demanda no Território (necessidades especiais); Cresce o número de matrículas de pessoas com necessidades especiais (crianças, jovens e adultos), nas escolas regulares; Não há um acompanhamento específico e especializado para esse público.
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	População do Território.
Justificativa:	Face aos problemas diagnosticados, é preciso desenvolver um processo de formação continuada com o quadro de professores dos diversos níveis (da alfabetização à universidade) para reflexão, adequação e contextualização da prática educativa, tendo em vista o atendimento às necessidades locais. Os cursos de formação para educadores nos níveis de graduação e especialização, com uma visão holística sobre o semi-árido, também são extremamente necessários para atender as demandas do Território nas suas especificidades (uma delas são as pessoas com necessidades especiais).

Continuação...

	Melhoria na assistência e no acompanhamento especializado aos diversos tipos de necessidades, evitando transtornos e dificuldades de aprendizagem, já diagnosticados.
Objetivos:	Melhorar os indicadores de avaliação sobre a educação desenvolvida nos municípios do Território.
Metas:	Possibilitar a graduação de todos os educadores do Território até 2012. Oferecer cursos de pós-graduação (mestrado e especialização) que contemplem pelo menos 60% dos educadores, até 2015. Capacitar os profissionais de educação para implantar e/ou ampliar a educação contextualizada e inclusiva para atender, principalmente, às pessoas com necessidades especiais. Universalizar o atendimento (com qualidade) e acompanhamento aos alunos com necessidades especiais. Adequar o currículo de Educação de Pessoas Jovens e Adultos à realidade local Realizar atendimento preventivo, com encaminhamento a especialistas, nas áreas de saúde vocal, bucal, psicológica e "ortomotora" - para 100% dos educadores, até 2012. Implementar um programa de qualificação nas mais diversas e nos seguintes períodos: 1. qualificação nas especificidades: sexualidade e gênero, afro-descendência, educação inclusiva, meio ambiente, educação para o trânsito, até 2012. 2. qualificação na área de inclusão digital para os profissionais da educação, extensivo aos discentes, até 2012. 3. qualificação nas etapas específicas: educação infantil, educação de jovens e adultos; ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, até 2015. 4. qualificação para 100% dos profissionais que atuam com educação do campo, até 2015. 5. qualificação para merendeiras, auxiliar de serviços gerais, auxiliares administrativos e vigilantes, até 2012.
Cronograma:	De 2009 a 2015.
Estratégias:	Pactuar parcerias com as administrações dos municípios do Território, universidades e centros de pesquisas, entidades com experiências na área educacional para discutir, formular e implementar propostas para o desenvolvimento da educação. Promover formação continuada para atender às especificidades do Território, contemplando os profissionais da educação e os gestores municipais. Realizar censo para identificação das diversas deficiências em todos os municípios do Território até 2009 Formar equipe multidisciplinar: pediatra, enfermeiro, dentista, clínico geral, nutricionista, pedagogo, assistente social e psicólogo até 2010.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras, CHESF, CODEVASF, RESAB, ONGs, UNICEF/ BA, Conselhos, Ministério da Educação, Secretarias de Educação dos Estados da Bahia e Pernambuco, Universidades, DIREC.
Indicadores de resultado e impacto:	Novos cursos implantados na região para formação de quadro de educadores/as Educação contextualizada com a realidade local sendo trabalhada em todos os municípios Desenvolvimento sustentável local fortalecido e reconhecido regional e nacionalmente.

Continuação...

Gestão	Comissão Territorial de Acompanhamento e Gestão Permanente; Secretarias Municipais de Educação, Universidades Estadual e Federal.
Custos	-----

5.3.2 Projetos do Programa: Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos.

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.2	Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos.
Projeto: 3.2.1	Construção e adequação das escolas para atender às necessidades dos diferentes níveis e modalidades da educação
Diagnóstico	As instalações são insuficientes e inadequadas para atender aos diferentes níveis de educação dos municípios, em especial à educação infantil, assim como para atender às diferentes modalidades de educação nos municípios.
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	População do Território.
Justificativa:	Necessidade de adequação à Lei nº 9394/96, para implantação das escolas de tempo integral e educação especial; Tornar os espaços educacionais adequados e prazerosos, atraindo os educandos no sentido de frequentá-los regularmente. Oferecer educação de qualidade e inclusiva para a população do Território.
Objetivos:	Universalizar e qualificar o atendimento aos alunos nas escolas da rede pública.
Metas:	Ampliar e adequar os espaços físicos para educação infantil, oferecendo: área de lazer, berçário, refeitório, área verde, sanitário, espaço para amamentação, dormitório, enfermaria, sala para psicólogo, brinquedoteca, salas ambientadas para educação artística, literatura e salas de recursos multifuncionais, até 2015. Ampliar e adequar espaços físicos para o ensino fundamental I e II: sala ambiente, área verde, laboratório de informática, biblioteca, quadra poli-esportiva coberta, área de lazer, cantina e refeitório, salas multifuncionais, salas de suporte técnico-pedagógico, auditório, laboratórios para diversas linguagens artísticas, piscina, pista de atletismo e vestiário até 2012. Ampliar e adequar arquitetonicamente para acessibilidade até 2010. Ampliar e adequar espaços físicos para educação de jovens e adultos, com enfoque para as oficinas profissionalizantes. Adequar os espaços físicos para a educação especial. Realizar acompanhamento psicológico para professores e alunos das escolas da rede pública Implantar de laboratórios de ciências e artes nas escolas
Cronograma:	De 2009 até o ano de 2015.

Continuação...

Estratégias:	Articulação e integração das instituições públicas e civis: Prefeituras, Conselhos, Sindicatos e outras instituições envolvidas com a educação. Articulação com Secretarias de Educação dos Estados da Bahia e Pernambuco e com o Ministério da Educação Mobilização em rede para cumprimento das normas previstas em lei. Criação de consórcios intermunicipais para gestão dessa política.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras, CHESF, CODEVASF, Conselhos, Ministério da Educação, Secretarias dos Estados da Bahia e Pernambuco, RESAB, DIREC, Universidades, Ministérios do Desenvolvimento Social, das Cidades, e da Cultura.
Indicadores de resultado e impacto	Fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Universalização do atendimento à educação inclusiva. Melhoria dos indicadores da educação nos municípios do Território.
Gestão	Secretarias Municipais de Educação e Saúde; DIREC. Consórcio Territorial
Custos	R\$ 26.000.000,00

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.2	Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos.
Projeto: 3.2.4	Estruturação de espaços físicos para sede dos conselhos municipais (espaço de discussão, monitoramento e avaliação das políticas públicas).
Diagnóstico	Alguns municípios do Território ainda não implantaram Conselhos Municipais e boa parte dos que assim o fizeram, permanecem desarticulados e não cumprem adequadamente suas funções. Capacitações não são realizadas ou acontecem esporadicamente. Essa falta de qualificação compromete a atuação dos conselheiros, além de não terem espaços adequados para a realização das reuniões de trabalho (salvo exceções).
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	Conselhos Municipais População em geral.
Justificativa:	Os Conselhos municipais desempenham importante papel no processo de desenvolvimento da sociedade democrática, pois acompanham e fiscalizam o poder público na gestão das políticas públicas, buscando a universalidade da cobertura do atendimento e uniformidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, garantido a descentralização e a democracia da gestão administrativa, com a participação da comunidade. Portanto, a Casa dos conselhos é um projeto de grande valor social, pois além de facilitar o diálogo e a integração de todos os Conselhos Municipais, em um mesmo espaço físico, torna-se um local de referência para a comunidade, para o intercâmbio com o Ministério Público, Conselho Tutelar e outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Já existe no Território uma experiência bem sucedida e em funcionamento no município de Paulo Afonso onde estão organizados os Conselhos Municipais no mesmo espaço físico, ou seja, na “Casa dos Conselhos Municipais”.

Continuação...

Objetivos:	Garantir espaço adequado para o trabalho dos Conselhos Municipais; Melhorar as formas de atuação e o controle social das políticas públicas.
Metas:	Criar em todos os municípios as Leis Municipais pertinentes a cada Conselho, conforme legislação nacional e estadual (do Idoso, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, Tutelar, da Mulher, da Pessoa com Deficiência, da Segurança Alimentar e Nutricional, outros); Envolver o legislativo municipal para a criação dos Conselhos, dentro da maior brevidade (ver quais os Conselhos que os municípios não criaram ainda). Capacitar todos os conselheiros dos 13 municípios do Território; Implantar e manter a Casa dos Conselhos Municipais, assegurando espaço físico, recursos humanos e recursos materiais apropriados nos 13 municípios do Território (salvo outra situação, sabe-se que somente Paulo Afonso atingiu esse estágio).
Cronograma:	2009 – 2012 (correspondente ao período do próximo PPA Municipal)
Estratégias:	Conhecer <i>in loco</i> experiências já implantadas e em funcionamento, a exemplo de Paulo Afonso – BA; Garantir recursos nos orçamentos dos municípios para esta ação. Buscar apoio dos Conselhos Estaduais (BA e PE).
Arranjos Institucionais:	A implantação deste Projeto é de responsabilidade das Prefeituras Municipais que integram o Território de Itaparica; Conselhos Estaduais de BA e PE; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais - AATR como entidade de apoio.
Indicadores de resultado e impacto	Conselhos criados por Lei Municipal; Casas dos Conselhos implantadas e em funcionamento em todos os municípios do Território.
Gestão	Fórum Territorial de Itaparica (acompanhamento dos resultados; aperfeiçoamento das ações).
Custos	Recursos do orçamento municipal.

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.2	Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos.
Projeto: 3.2.5	Implantação de albergue para a população de rua
Diagnóstico	Diariamente as cidades maiores do Território recebem pessoas que comumente não têm parentes na cidade e acabam se instalando no exterior dos prédios públicos ou em construções abandonadas, sobretudo próximas dos terminais rodoviários. Para acolher este segmento da população, as iniciativas têm partido mais da sociedade civil do que do próprio poder público, a exemplo de distribuição de alimento e de agasalho.
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	População de rua, constituída por homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes.

Continuação...

Justificativa:	Com a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS (modelo de gestão da política de Assistência Social, de caráter descentralizado e participativo), a implantação de um Albergue caracteriza-se como um serviço especial de alta complexidade destinado à população de rua, como também para as pessoas da própria cidade, que porventura tenham perdido as suas moradias e as referências familiares. Basicamente, os serviços do Albergue se resumem ao abrigo em sistema de pernoite, com direito ao café da manhã, e na abordagem sócio-educativa por profissionais qualificados, como forma de garantir a boa convivência no albergue e os encaminhamentos que se fizerem necessários, tais como: contatos com parentes, providências de passagens, etc.
Objetivos:	Atender à população de rua com serviços qualificados, especialmente nos municípios em que o fluxo migratório seja um fenômeno social crescente.
Metas:	Implantar 02 albergues sendo 01 em Paulo Afonso e 01 em Floresta, que garanta pernoite, café da manhã e a abordagem sócio-educativa. A capacidade de atendimento deverá ser definida a partir da realidade de cada município.
Cronograma:	2009 – 2012 (corresponde ao período do próximo PPA Municipal)
Estratégias:	Visitar municípios com experiências bem sucedidas; Equipe técnica e de apoio asseguradas para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações; Apoiar as experiências das entidades da sociedade civil que trabalham com a população de rua. Apoiar a população usuária dos serviços com passagens ou outros benefícios eventuais.
Arranjos Institucionais:	A implantação deste Projeto é uma responsabilidade das Prefeituras Municipais; Parceria com a sociedade civil organizada.
Indicadores de resultado e impacto:	Albergues funcionando e apresentando resultados satisfatórios; População de rua com vínculos familiares identificados e ou restabelecidos.
Gestão	Prefeituras Municipais sob a coordenação das Secretarias de Desenvolvimento Social; Fórum Territorial de Itaparica (acompanhamento dos resultados; aperfeiçoamento das ações).
Custo	Recursos do orçamento municipal Recursos das entidades não-governamentais.

Eixo: 3	Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer.
Programa: 3.2	Educação e Inclusão Social de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos.
Projeto: 3.2.7	Implantação de projetos na área da produção e de serviços para geração de emprego e renda, destinados aos jovens e mulheres do Território, conforme potencialidade de cada município.
Diagnóstico	População ociosa de jovens e mulheres, sem perspectiva de emprego e renda.

Continuação...

	Famílias sem sustentabilidade econômica. Necessidade de implementação da política do primeiro emprego Alto índice de migração da população para os centros urbanos, sobretudo os jovens, por falta de oportunidades de trabalho em seus municípios de origem. Altos índices de desemprego, o que serve de estímulo ao ingresso no tráfico e criminalidade. Território com impacto negativo por conta da produção de drogas ilícitas ("Polígono da Maconha").
Localização	Território de Itaparica.
Público Beneficiário:	Jovens e mulheres rurais e urbanos
Justificativa:	O Território de Itaparica possui grande potencial econômico, seja na área da produção agropecuária, da pesca, da apicultura, do extrativismo, da industrialização de produtos, do artesanato ou na área do turismo. Nesta região podem ser desenvolvidas diversas iniciativas para assegurar a geração de emprego e de renda para a população.
Objetivos:	Possibilitar a geração de emprego e renda para mulheres e jovens nos municípios onde residem; Garantir a participação da juventude na formulação de políticas públicas, estimulando o protagonismo juvenil e promovendo a geração de emprego e renda.
Metas:	Estimular o cooperativismo e iniciativas de geração de emprego e renda nos 13 municípios do Território; Criar ou reestruturar as cooperativas com a participação dos jovens; Reestruturar as associações produtivas para que elas fortaleçam o trabalho e renda; Inserir a juventude em programas e projetos econômicos e sociais, de acordo com o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Capítulo V, do art. 60 a 69).
Cronograma:	Até 2012
Estratégias:	Promover seminários para debater com o público alvo estratégias de superação das dificuldades (desemprego, migração, ausência de oportunidades); Garantir uma permanente articulação do Território com os Estados, municípios e governo federal; Promover a integração dos jovens de todos os municípios que compõem o Território; Promover capacitações específicas e qualificação profissional nas áreas de interesse da juventude, de acordo com as potencialidades locais; Implantar estruturas físicas para desenvolver ações de geração de renda Criar Comissão Territorial da Juventude. Criar Conselhos Municipais da Juventude e realizar periodicamente as Conferências, de forma paritária: governo e sociedade civil.
Arranjos Institucionais:	Ministérios da Cultura, do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Educação; ONGs, SEBRAE; Governos Estaduais de Pernambuco e Bahia; Prefeituras Municipais; CODEVASF, CHESF, BAHIA PESCA.
Indicadores de resultado e impacto	Redução dos índices de migração, sobretudo dos públicos jovem e adulto. Iniciativas de geração de emprego e renda em pleno funcionamento Redução dos índices de criminalidade no Território e região; Jovens atuando como protagonistas do desenvolvimento territorial

Continuação...

	Redução dos índices de criminalidade no Território e região; Jovens atuando como protagonistas do desenvolvimento territorial
Gestão	Comissão Territorial da Juventude
Custos	R\$ 3.900.000,00 (Três milhões e novecentos mil reais)

5.4 Eixo 4 – Segurança Alimentar, Saúde, Saneamento e Moradia

A implementação das ações da política pública de saúde no Território de Itaparica precisa avançar muito, tanto no aspecto da prevenção como também na parte curativa. Do ponto de vista mais estrutural, é preciso superar problemas antigos como o combate à fome e às carências nutricionais de uma parcela significativa da população, equipar as unidades hospitalares e os postos de saúde, contratar e qualificar as equipes de profissionais para atendimento à população nos serviços de média e alta complexidade.

De acordo com a avaliação dos representantes municipais, as ações de **saúde preventiva** são insuficientes e não atendem de forma adequada às demandas da população. Para minimizar a pressão sobre o atendimento ambulatorial é imprescindível universalizar o acompanhamento às famílias, através das equipes de saúde da família, vigilância epidemiológica, dentre outros.

Em relação ao **saneamento**, conforme dados apresentados anteriormente, os municípios do Território apresentam indicadores muito baixos, a exemplo de Carnaubeira da Penha, apenas 23% dos domicílios são atendidos com esgotamento sanitário. Os dados referentes à fossa séptica também são deficitários, o que indica proliferação de doenças através da contaminação da água. Baseado nestas constatações, é preciso investir urgentemente na implantação de sistemas de saneamento e esgotamento sanitário nas sedes municipais, agrovilas e zona rural.

As **moradias** nos bairros mais pobres e na zona rural são muito carentes e um número significativo de famílias vive em condições precárias. Para melhorar as condições de moradia dessa população, são apresentadas, neste Plano, proposições que destacam: reforma e/ ou construção de moradias no meio rural,

inclusive nas comunidades indígenas e nos bairros periféricos. A seguir, os projetos sugeridos neste eixo:

5.4.1 Projetos do Programa: Segurança Alimentar e Nutricional

Eixo: 4	Saúde, Saneamento e Moradia.
Programa: 4.2	Segurança Alimentar e Nutricional
Projeto: 4.1.1	Implantação de estruturas para promover a Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do Território: Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, Feiras Volantes.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População das áreas urbana e rural dos municípios que compõem o Território e que se encontra em situação de vulnerabilidade social.
Justificativa:	Apartir do ano de 2003, os municípios brasileiros estão tendo uma maior oportunidade para implementar programas de segurança alimentar e nutricional, com o apoio do Governo Federal e em sintonia com o Programa Fome Zero. Para isso, os municípios devem tomar a iniciativa de elaborar seus projetos, em atendimento aos editais e enviá-los dentro dos prazos estabelecidos ao MDS, para desenvolver diversas ações e assim promover a segurança alimentar e nutricional da população, tais como: Implantação de Restaurante Popular, Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária e o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, dentro das modalidades da Compra Direta Local e Comercialização Direta, através da implantação de Feiras Volantes. Todos os municípios do Território de Itaparica poderão desenvolver importantes ações de segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de minimizar a insegurança alimentar de segmentos populacionais que se encontram no campo e na cidade.
Objetivos:	Reduzir as carências nutricionais da população com um alimento originado de processos seguros, em quantidade e qualidade suficientes.
Metas:	Implantar as ações de segurança alimentar em todos os municípios, de acordo com as demandas e o perfil populacional do município.
Cronograma:	2009 – 2011 (corresponde ao período do PPA federal e estadual)
Estratégias:	Municípios elaborarem seus Projetos, conforme sua realidade local; Contratação de equipe multiprofissional que cuide do planejamento e da execução das ações; Integração das ações (diálogo entre os municípios); Capacitação permanente das equipes Fortalecimento de parcerias institucionais.
Arranjos Institucionais:	A implantação deste Projeto é uma responsabilidade das Prefeituras Municipais que compõem o Território, sob a responsabilidade das Secretarias de Desenvolvimento Social com o apoio do Governo Federal e Governos estaduais (BA e PE).
Indicadores de resultado e impacto:	Famílias superando a situação de insegurança alimentar; População mais consciente sobre a importância e o valor nutricional dos alimentos.

Continuação...

Gestão	Secretarias de Desenvolvimento Social e COMSEA de cada município, exercendo o papel de acompanhamento e controle social. Fórum Territorial de Itaparica (acompanhamento dos resultados das ações e reforço à gestão junto aos governos federal e estadual)
Custos	Assegurados primeiramente nos orçamentos municipais e buscando a parceria com os governos federal e estadual

5.4.2 Projetos do Programa: Atendimento à Saúde

Eixo: 4	Saúde, Saneamento e Moradia.
Programa: 4.3	Atendimento à Saúde
Projeto: 4.3.3	Descentralização do Atendimento Médico
Diagnóstico:	Ainda é grande o fluxo de atendimento nos postos de saúde e hospitais municipais; Número reduzido de PSF's nos municípios do Território Número reduzido de agentes comunitários de saúde
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral do campo e da cidade.
Justificativa:	População da zona rural tem dificuldade para se deslocar até as unidades de saúde localizadas nas sedes dos municípios; Baixo poder aquisitivo da população. Grande fluxo de pacientes buscando atendimento médico nos postos de saúde e nos hospitais das sedes dos municípios; Interferência no atendimento médico do hospital, dos pacientes com atendimento ambulatorial; Alto número de atendimentos por número de médicos disponíveis em cada município.
Objetivos:	Oferecer atendimento médico de melhor qualidade especialmente nas comunidades rurais mais vulneráveis, através de unidades móveis de saúde. (ônibus)
Metas:	Reduzir o fluxo de atendimento nos ambulatorios e hospitais; Aumentar o número de atendimentos especialmente nas comunidades carentes; Melhorar os atendimentos médico, odontológico e ambulatorial; Promover a educação em saúde nas comunidades rurais com serviço móvel.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias:	Articulação do Território com os órgãos competentes na esfera estadual e no plano federal, visando à implementação do serviço móvel com quadro de profissionais capacitados.
Arranjos Institucionais:	Secretarias de Saúde dos Estados, Ministério da Saúde, Prefeituras Municipais e Conselhos Municipais.
Indicadores de resultado e impacto:	Melhoria da assistência médica, com ênfase nas comunidades rurais. Atendimento médico de melhor qualidade; Atendimento ambulatorial nas comunidades rurais
Gestão	Fórum Territorial de Saúde
Custos	-----

5.4.3 Projetos do Programa: Saneamento e Moradia

Eixo: 4	Saúde, Saneamento e Moradia.
Programa: 4.4	Saneamento e Moradia
Projeto: 4.4.1	Saneamento e Moradia
Diagnóstico:	Saneamento básico insuficiente, sem tratamento do esgoto, causando poluição do solo e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A coleta de lixo é insuficiente e inadequada, com o destino final dos resíduos em lixões, que geralmente estão posicionados na entrada dos centros urbanos, causando poluição ambiental e doenças para a população e os animais. Casas na zona rural, na sua maioria, não têm banheiros nem fossas. O sistema de esgotamento e tratamento de esgotos nos 13 municípios do Território funciona de forma precária e grande parte da população está totalmente descoberta pelos serviços de saneamento. A população da área rural é a mais afetada e isso se constitui num grave problema de saúde pública.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral
Justificativa:	Dejetos ainda são lançados sem tratamento adequado, causando poluição e destruição dos ecossistemas aquático e terrestre, e trazem sérios prejuízos econômicos e ecológicos para a população local. Alto número de internamentos motivados por doenças intestinais, entre outras, o que ocasiona a necessidade de investimento público em saúde curativa. Pesquisas comprovam que cada real investido em saneamento se economiza quatro reais em tratamento ambulatorial Portanto, faz-se necessário juntar esforços para ampliar os investimentos nas ações de saneamento, tanto na área urbana como na área rural.
Objetivos:	Implantar sistemas de saneamento e esgotamento sanitário com destino final adequado dos resíduos, nas sedes municipais, agrovilas e zona rural. Melhorar a qualidade de vida das populações residentes no Território através do meio ambiente limpo e saudável. Dotar os municípios (sedes, distritos e povoados) de sistema de saneamento, o que significa: coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos. Implantar programas de saneamento a dotar as residências da área rural, dos povoados e distritos com fossas e sanitários adequados. Evitar a contaminação dos mananciais e do solo por resíduos sólidos e esgoto doméstico e industrial no Território.
Metas:	Implantar saneamento básico e sistema de tratamento de esgotos nas sedes dos municípios, distritos e povoados do Território Itaparica.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias:	Convidar os dirigentes do Programa de Revitalização do Rio São Francisco para uma audiência pública sobre o tema. Implementar programa de educação ambiental Criação ou revitalização de Fórum Territorial de Meio Ambiente
Arranjos Institucionais:	Ministério da Integração, Ministério da Saúde, FUNASA, Secretarias de Saúde de PE e BA, CODEVASF, CERB, EMBASA, SAAE, COMPESA.

Continuação...

Indicadores de resultado e impacto:	Redução das doenças causadas pela falta de saneamento 100% dos municípios com sistema de tratamento de esgoto implantado. 100% da população urbana e rural coberta com sistemas de saneamento adequado.
Gestão	Compartilhada entre os órgãos competentes e sociedade organizada com atuação no setor.
Custos	-----

Eixo: 4	Saúde, Saneamento e Moradia.
Programa: 4.4	Saneamento e Moradia
Projeto: 4.4.2	Construção e ou reforma de moradias das famílias em situação de vulnerabilidade social, na sede e meio rural.
Diagnóstico:	Déficit habitacional na área urbana e rural e um grande número de residências improvisadas (taipa, papelão, outros) são situações presentes em todos os municípios do Território; Número crescente de famílias que saem do campo e constroem suas casas de forma precária nas periferias das cidades num processo de favelização; Famílias que vivem no campo são obrigadas a viver em condições de moradia precárias, onde não dispõem de sanitários adequados.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População das áreas urbana e rural dos municípios que compõem o Território, e que se encontra em situação de vulnerabilidade social.
Justificativa:	Muitas famílias se encontram em situação de desemprego ou inseridas no mercado informal, garantindo precariamente o sustento da família. Dessa forma se necessita de políticas públicas para melhoria das condições de vida. Projetos de construção de moradias populares têm dado bons resultados, pois promovem a melhoria da qualidade de vida das famílias, geram emprego e renda, impulsionam a economia local e contribuem para o desenvolvimento das potencialidades e habilidades da população. Com ações dessa natureza, o poder público municipal reduz o déficit habitacional existente, entra em sintonia com a Lei de Habitação de Interesse Social e capta recursos do Tesouro Nacional para investimento e dinamização da economia dos pequenos municípios interioranos.
Objetivos:	Oferecer condições de habitação para as famílias sem casa ou em situação de risco; Melhorar a qualidade de vida da população urbana e rural nos 13 municípios do Território de Itaparica; Aumentar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda para os jovens e adultos. Contribuir para a redução do fenômeno migração da população do Território de Itaparica
Metas:	Expandir as ações de construção - reforma e ampliação de casas, levando em conta critérios sócio-econômicos das famílias; Expandir a construção de unidades sanitárias completas. Criar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda. Substituir todas as casas de taipas existentes no Território por construções em alvenaria.

Continuação...

Cronograma:	2008 – 2011 (corresponde ao período do PPA federal e estadual)
Estratégias:	Municípios elaborarem Projetos de acordo com a sua realidade; As 13 Prefeituras do Território deverão contratar equipe multiprofissional que cuide do planejamento e da execução das ações relacionadas à moradia popular; Levantamento das necessidades de moradia em nível rural e urbano nos 13 municípios do Território; Intersetorialidade das ações em caráter permanente (sobretudo as Secretarias afins ao problema social). Promover seminários e audiências públicas sobre a questão da moradia no Território de Itaparica.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras Municipais que compõem o Território, com o apoio do Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social, INCRA, Caixa Econômica Federal, Governo Federal e Governos Estaduais (BA e PE)
Indicadores de resultado e impacto:	Famílias morando melhor e de forma digna Redução de doenças epidemiológicas Aumento do emprego e renda
Gestão	Poder público e sociedade civil organizada, através da participação nos Conselhos Municipais da Assistência Social – CMAS e/ ou nos Conselhos Municipais de Habitação em cada município; Fórum Territorial de Itaparica cabe o acompanhando dos resultados das ações e reforçar à gestão junto aos governos federal e estaduais BA e PE.
Custos	Assegurados primeiramente nos orçamentos municipais e buscando a parceria com os governos federal e estadual

5.5 Eixo 5 – Infra-Estrutura

As **estradas** são um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo, prestação de numerosos serviços e escoamento da produção. Tal grau de importância exige, das instâncias responsáveis, a construção e manutenção das rodovias, o que corresponde a uma elevada responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento. Essa responsabilidade precisa ser dividida com os agentes territoriais para que cumpram com a sua imperiosa capacidade de produzir o dinamismo que gera o desenvolvimento.

Assim, ampliar a malha rodoviária do Território ou mesmo recuperá-la não é somente designar a um grupo de pessoas e empresas a tarefa de se realizar as obras. Há exemplos de que essas práticas sem critérios, não resolvem os problemas nesse campo. O necessário e urgente é pensar melhor como tornar as rodovias mais seguras e duradouras.

Abastecimento de Água: o Território de Itaparica apresenta características geo-ambientais diversificadas e com elevado potencial hídrico disponível, no entanto a ausência de políticas de distribuição desse recurso constitui-se em um dos maiores problemas enfrentados pela população.

A construção e/ou manutenção de infra-estruturas hídricas constituem-se em elementos básicos para o processo de desenvolvimento social e produtivo no Território. Sistemas de armazenamento de água de chuva e subterrânea, como barragens de pequeno/ médio portes, cisterna, calçadão, barragem subterrânea, caldeirão de pedra, poços tubulares com dessalinizadores mediante destinação adequada dos resíduos e pequenas adutoras do Rio São Francisco, entre outras tecnologias, deverão ser adotadas para atender às necessidades de abastecimento humano e para produção agropecuária das comunidades, distritos e povoados.

A eletrificação rural domiciliar e produtiva no Território Itaparica, onde se localiza um dos maiores complexos de produção e exportação de energia elétrica do país, é uma tarefa urgente ante a perplexidade desse contraste entre tão grande oferta de energia e comunidades pobres sem atendimento ou uma agropecuária limitada por redes elétricas monofásicas, sobretudo no lado baiano do Território.

A importância do insumo energético para o desenvolvimento econômico e social do Território constitui-se numa unanimidade, visto que o desenvolvimento rural passa pela necessidade de políticas complementares ao advento da eletrificação para desenvolver a capacidade de produção das principais potencialidades existentes.

5.5.1 Projetos do Programa: Abastecimento de Água

Eixo: 5	Infra-estrutura
Programa: 5.2	Abastecimento de água
Projeto: 5.2.3	Construção e ou restauração de cisternas para armazenamento de água da chuva para abastecimento humano nas comunidades rurais (com capacitação para as famílias beneficiadas sobre gestão e qualidade da água)

Continuação...

Diagnóstico:	Os 13 municípios do Território apresentam deficiência no sistema de abastecimento de água para consumo humano, sendo caracterizada pelas interrupções no fornecimento, populações fora do sistema e dificuldades de gestão dos sistemas de abastecimento; Número de cisternas e poços artesianos insuficientes nas comunidades e propriedades rurais; Transporte de água para o abastecimento de comunidades rurais através de carros-pipa, animais e pelas próprias pessoas, de um modo geral ainda é um quadro muito comum no interior dos municípios e até nas periferias das cidades; Água de qualidade duvidosa é armazenada em carros-pipa e muitas vezes vendida à população rural, devido à ausência de estruturas de armazenamento e distribuição de água que atendam satisfatoriamente às famílias e comunidades.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População Rural.
Justificativa:	Problemas de saúde, relacionados ao consumo de água contaminada, é a principal causa de doenças da população rural no Território de Itaparica, sendo alto o número de internamentos devido às doenças intestinais. A utilização de carros-pipa no abastecimento de água, além de ser de qualidade duvidosa é insuficiente para o consumo familiar, o custo é elevado e ainda potencializa a manutenção da dependência política pelas comunidades. Esse quadro vem sendo superado gradativamente com experiências bem sucedidas de implantação de cisternas domiciliares para captação e armazenamento de água das chuvas. Essa tecnologia se encontra em expansão e é uma das políticas públicas do setor de abastecimento de água em áreas rurais apoiadas pelo Governo Federal. Inclusive, no Território existem instituições capacitadas para implantação dessa tecnologia social. Por conta desses fatores positivos, a construção de cisternas deve ser ampliada dentro da maior brevidade para garantir esse recurso de primeira necessidade à população rural.
Objetivos:	Melhorar a qualidade de vida das populações residentes no Território através do acesso à água de qualidade. Dotar os municípios (sedes, distritos e povoados) de sistema de abastecimento de água potável. Reduzir os índices de internações causadas por doenças intestinais.
Metas:	Implantar cisternas para abastecimento de água em 100% dos distritos e povoados do Território Itaparica, contemplando residências e estabelecimentos comunitários rurais. Ampliar os programas de universalização do uso de água potável.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias:	Fazer gestão junto aos Ministérios e Secretarias Estaduais para ampliação das ações dos Programas P1MC, P1+2 e Água para Todos.
Arranjos Institucionais:	Ministério da Integração, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Funasa, Secretarias de Saúde de PE e da BA, CODEVASF, CERB, EMBASA, SAAE, COMPEA e Superintendência de Recursos Hídricos de PE.
Indicadores de resultado e impacto	100% dos municípios com sistema de abastecimento de água implantado e funcionando de forma adequada; Número de cisternas e poços artesianos instalados;

Continuação...

	Redução da utilização de carros - pipa (só para o abastecimento em períodos de estiagem).
Gestão	Órgãos públicos, Entidades Sociais e Fórum do Território de Itaparica.
Custos	-----

Eixo: 5	Infra-estrutura
Programa: 5.2	Abastecimento de Água
Projeto: 5.2.4	Implantação de infra-estrutura hídrica diversificada para abastecimento humano e produção agropecuária familiar
Diagnóstico:	Grande parte das unidades produtivas dos agricultores familiares não dispõe de fonte segura de água para o desenvolvimento do seu potencial. Com a forte irregularidade das chuvas na região, a produção agrícola se torna inviável sem uma fonte de água permanente que garanta às plantas completarem seu ciclo produtivo. O Território de Itaparica tem um grande potencial de recursos hídricos em seus reservatórios superficiais, subterrâneos, açúdes e rios. Contudo, há pouco aproveitamento do potencial hídrico para produção de agricultura irrigada e pecuária. Mesmo estando localizado às margens do Lago de Itaparica, o Território ainda conta com grande parte da população sem acesso à água para o consumo humano e produção agropecuária de forma adequada. Na área da caatinga existem vários riachos com grande potencial hídrico que ainda são pouco aproveitados.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	A população em geral das comunidades rurais, prioritariamente os agricultores/ as familiares.
Justificativa:	Constantes prejuízos, especialmente nos períodos de secas, causados pela escassez de água. O Território de Itaparica conta com grande quantidade de água que precisa ter democratizado, principalmente em benefício das comunidades rurais que ainda sofrem com a falta para o consumo humano, animal e produção agropecuária; A implantação de infra-estrutura para condução e armazenamento de água nas comunidades rurais, aliada à adoção de sistemas eficientes de irrigação, poderão alavancar a produção agrícola e pecuária e aumentar a renda de centenas de famílias rurais e urbanas do Território e gerar desenvolvimento econômico; As condições de solo, água e clima no Território podem viabilizar um forte processo de atração de agroindústria, através da produção e oferta de matéria prima; A realidade heterogênea, do Território, em relação à disponibilidade de água, exige a implantação de infra-estrutura diversificada para o atendimento das necessidades adequadamente.
Objetivos:	Estruturar o sistema de abastecimento hídrico no Território Itaparica; Reduzir os prejuízos causados pelas estiagens; Garantir água para a criação animal, sobretudo nos períodos de estiagem; Dotar áreas agricultáveis com sistemas de irrigação adequados ambientalmente.

Continuação...

Metas:	Construir barragens de pequeno / médio portes visando ao aproveitamento do potencial hídrico dos mananciais existentes; Implantar projetos dotados de estações de bombeamento e adutoras, para potencializar a produção agropecuária; Ativar poços artesianos perfurados e não instalados; Perfurar 20 poços artesianos nos municípios da Bahia e 25 em Pernambuco; Implantar pequenas e médias adutoras, levando água do Rio São Francisco a todas as comunidades com mais de 10 moradores e a menos de 15 km da margem do rio ou lago; Ampliar as ações do Programa P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) e P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) para todas as comunidades do Território que atendam às exigências dos referidos programas.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias	Retomar projetos estruturantes de construção de barragens, açúdes e poços artesianos a exemplo de Barragem do Careta nos municípios de Chorrochó, Macururé e Abaré; Ampliação dos Programas P1MC, P1+2, Água para Todos
Arranjos Institucionais	MI-CODEVASF, CERB, CAR, PRORURAL, Secretaria de Recursos Hídricos de Pernambuco e Bahia; ASA - Articulação do Semi-árido
Indicadores de resultado e impacto	Número de infra-estruturas hídricas construídas no Território; Número de agricultores familiares atendidos; Número de empregos e ocupações gerados com a implantação das infra-estruturas hídricas.
Gestão	Compartilhada entre órgãos governamentais, comunidades beneficiadas e Fórum Territorial.
Custos	-----

5.5.2 Projetos do Programa: Eletrificação e Iluminação Pública

Eixo: 5	Infra-estrutura
Programa: 5.3	Eletrificação e Iluminação Pública
Projeto: 5.3.2	Eletrificação e Iluminação rural e urbana, residencial e para a produção agropecuária
Diagnóstico:	Comunidades desprovidas de energia doméstica bem como para produção, em especial para utilização em atividade produtiva.
Localização	Todos os municípios do Território
Público Beneficiário:	Agricultores familiares, populações ribeirinhas e das áreas de sequeiro.
Justificativa:	Apesar dos grandes avanços provenientes da execução do programa Luz para Todos, a demanda ainda é muito grande, especialmente nas propriedades rurais que necessitam de energia trifásica para o funcionamento de motor-bomba e outros equipamentos necessários à produção rural.
Justificativa:	Universalizar o acesso à Energia Elétrica Pública, residencial e para produção principalmente na zona rural do Território; Modernizar os processos produtivos através da utilização de equipamentos movidos à energia elétrica.

Continuação...

Metas:	Atingir todas as residências e estabelecimentos do Território Itaparica com energia residencial, convencional ou solar; Expansão e manutenção da iluminação nas vias públicas urbanas e localidades rurais; Eletrificação dos estabelecimentos públicos: escolas e postos de saúde; Implementar eletrificação rural trifásica, para atender demanda das comunidades rurais.
Cronograma:	Até 2011
Estratégias	Intensificar e fiscalizar a implementação do Programa Luz para todos. Realizar audiências públicas do Programa no Território visando à correção de distorções.
Arranjos Institucionais	COELBA, CELPE, CHESF, CODEVASF, Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente.
Indicadores de resultado e impacto	Cem por cento (100 %) das propriedades rurais eletrificadas
Gestão	Órgãos governamentais do setor, comunidades beneficiadas e Fórum Territorial.
Custos	-----

5.5.3 Projetos do Programa: Comunicação

Eixo: 5	Infra-estrutura
Programa: 5.4	Comunicação
Projeto: 5.4.3	Implantação de sistemas de Rádio e TV Comunitários, educativas, digitais, abertos no âmbito territorial, e melhoria dos sistemas já existentes.
Diagnóstico:	Municípios isolados e com dificuldades de integração; Ausência de sinal local e regional de TV, dificultando a integração territorial; Dificuldade de articulação entre as instituições do Território.
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral, agricultores familiares e não familiares.
Justificativa:	Necessidade de comunicação rápida e eficiente para facilitar a articulação entre os municípios Território, e do Território com outras localidades.
Objetivos:	Melhorar a comunicação do Território Propiciar a estruturação de um programa de comunicação territorial Implantar emissoras educativas de TV e rádio com alcance territorial.
Metas	Implantar 01 emissora TV de alta definição com alcance territorial; Implantar 01 emissora de rádio FM educativa com alcance territorial;
Cronograma:	Até 2011
Estratégias	Solicitar audiência com Ministério das Comunicações Elaborar projeto financeiro; Identificar fontes de financiamento; Estar atento à abertura de editais e elaborar projetos para que os municípios do Território possam concorrer a recursos públicos.

Continuação...

Arranjos Institucionais	Governo dos Estados de PE e BA, CHESF, CODEVASF, Ministério da Integração, Ministério das Comunicações, BNDES, PETROBRÁS.
Indicadores de resultado e impacto	Emissoras de Rádio e TV em funcionamento
Gestão	Criação de GT de gestão
Custos	Criação de GT de gestão

Eixo: 5	Infra-estrutura
Programa: 5.4	Comunicação
Projeto: 5.4.1	Implantação de Sistema de Telefonia Móvel no Território Itaparica.
Diagnóstico:	Salvo exceções, como o município de Paulo Afonso, os demais que integram o Território estão isolados e com dificuldades de comunicação, devido à inexistência de sinal de telefonia móvel (Tacaratu, por exemplo, pelo menos até o final de 2008 não tinha sinal de qualquer operadora).
Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral, agricultores familiares e não familiares.
Justificativa:	Dentro da maior brevidade possível, é fundamental criar mecanismos para instalação da telefonia móvel como elemento facilitador à integração do Território com as demais regiões, assim como para beneficiar todos os cidadãos que residem nos municípios do Território.
Objetivos:	Melhorar os mecanismos de comunicação do Território; Ampliar as opções de acesso às informações a nível territorial e nacional.
Metas	Disponibilizar sinal de telefonia móvel em 100 % dos municípios do Território; Acessar (com qualidade) o sinal das principais operadoras de telefonia móvel em todos os municípios do Território;
Cronograma:	Até 2011
Estratégias	Solicitar audiência com Ministério das Comunicações.
Arranjos Institucionais	Governo dos Estados de PE e BA, CHESF, CODEVASF, Ministério da Integração, BNDES, ONGs, Empresas de Comunicação e Telefonia.
Indicadores de resultado e impacto	Sinal de telefonia móvel presente e de qualidade satisfatória em todos os municípios do Território
Gestão	Criação de GT de Gestão
Custo	-----

5.6 Eixo 6 – Ordenamento Agrário

Observando que a estratégia de desenvolvimento territorial tem como uma de suas diretrizes o incentivo ao “**desenvolvimento sustentável, considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária**” e, principalmente pela natureza das ações previstas no eixo do desenvolvimento econômico do Plano, o êxito na implementação da política de desenvolvimento territorial na região depende, necessariamente, do tratamento à situação fundiária.

Tendo em vista a realidade retratada na primeira parte deste Plano, precisamente no tópico da **estrutura fundiária**, é imperativa a necessidade de realização de um diagnóstico para identificar a quantidade, o tamanho e a distribuição social das posses e propriedades, bem como o quantitativo de terras públicas. Outro ponto importante é que seja promovido um amplo processo de regularização fundiária, levando-se em conta as especificidades do Território. Para alcançar esses objetivos, devem ser implementadas as seguintes ações:

- 1) Promover a Caracterização Fundiária do Território:
 - Identificar e cadastrar as propriedades e posses;
 - Identificar as áreas das comunidades indígenas, das comunidades quilombolas e das áreas de fundos de pasto;
 - Identificar e arrecadar as terras devolutas.
- 2) Demarcar os perímetros de todas as áreas de sequeiro, vinculados aos projetos de irrigação;
- 3) Demarcar o perímetro da cota de segurança da represa de Itaparica;
- 4) Desenvolver um programa de reordenamento fundiário do Território, mediante:
 - Titulação das posses dos agricultores familiares, de acordo com o módulo rural da região;
 - Redistribuição das terras arrecadadas aos agricultores sem terra ou que possuam áreas inferiores ao módulo rural;
 - Reconhecimento dos territórios indígenas;
 - Reconhecimento dos territórios quilombolas;
 - Titulação das áreas de fundos de pasto.

6. INDICATIVOS DE AÇÕES DE SUPORTE AOS PROGRAMAS E PROJETOS

São políticas de maior alcance, de caráter estruturante e de suporte aos programas e projetos. Sua execução cabe aos Governos dos Estados da Bahia e de Pernambuco, bem como ao Governo Federal, considerando este o papel do Estado que permite o dinamismo entre as iniciativas locais e globais. A mobilização do Fórum Territorial é absolutamente necessária para o alcance dessas proposições.

6.1 Serviços de Assistência Técnica - ATER

Segundo relato do público beneficiado pela Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, nos municípios do Território, este serviço tem sido prestado quando do atendimento imediato aos chamados de campo e ao manejo da produção, mas sem a devida atenção aos processos educativos que dizem respeito ao desenvolvimento das potencialidades individuais de cada município, acompanhamento à gestão dos créditos, comercialização, entre outros.

A ATER precisa ainda se deter na execução das etapas de planejamento e monitoramento para que a produtividade e a qualidade dos produtos sejam melhoradas e que cheguem aos mercados mais sólidos, inclusive os orgânicos.

A orientação aos trabalhadores numa linha mais pedagógica, desenvolvendo um processo sócio-educativo, também é outra meta importante para o trabalho da ATER, na perspectiva de que o processo de organização se fortaleça e as associações e cooperativas de produção e comercialização alcancem os resultados pretendidos.

Tudo isso requer o apoio dos Governos Estaduais e Federal, e nesse ponto os trabalhadores levantam duas demandas para que sejam absorvidas, em se tratando da ATER:

1) Reestruturação da “ATER oficial”, ou seja, que ela seja renovada desde a sua concepção, que esta assessoria técnica e extensão rural atenda as famílias em toda a cadeia produtiva, de forma continuada e adequada à realidade climática, agro-ecológica e cultural das famílias, incluindo os povos e comunidades

tradicionais do Território;

2) Capacitação e avaliação continuada das equipes técnicas para melhoria da ATER por meio de seminários, cursos, demais atividades sendo realizadas com frequência no Território e os resultados devem ser compartilhados com todos os atores sociais.

As propostas apontadas para a melhoria deste serviço indicam que se faz necessário atender a todas as classes de trabalhadores do campo, sejam agricultores familiares, pescadores, comunidades indígenas, quilombolas para dar conta das demandas dos diversos sistemas produtivos que apresentam limitações, mas também muitas potencialidades.

Outro aspecto a mencionar, é a importância de apoiar e investir no fortalecimento das organizações: associações, cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e em organizações não-governamentais, que prestam serviços complementares de assessoria técnica no Território. Destaca-se ainda a necessidade de implantação de Centros de Apoio para a realização das capacitações dos trabalhadores.

6.2 Serviços de Conservação e Preservação do Bioma Caatinga

O Território de Itaparica se destaca por tamanha riqueza e diversidade da fauna e flora, com paisagens exuberantes em suas unidades geoambientais, patrimônio histórico e arqueológico nas localidades de Surubabel, Serra Grande, Carnaubeira da Penha, Serra da Arapuá, Raso da Catarina, Fonte Grande e outras.

Embora os governos tenham realizado algumas ações no sentido de promover **a conservação e preservação do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso, do Raso da Catarina, Parque Nacional Canyon do São Francisco e Reserva Biológica Serra Negra**, constata-se a falta de uma infra-estrutura adequada, bem como a falta de pessoal capacitado para promover a gestão ambiental e a implantação de sistemas de monitoramento nas diferentes unidades ambientais. Além disso, sabe-se que nesses locais há uma série de conflitos pela disputa dos recursos naturais.

Diante do exposto, faz-se necessário desenvolver um planejamento mais detalhado e realizar ações de preservação e conservação dessas unidades de proteção, sem esquecer de incluir a Bacia do Rio Moxotó. Os planos de conservação da biodiversidade, dessas unidades, devem levar em consideração a população local ou do entorno como potencialidades para revitalizar e preservar esse patrimônio.

6.3 Infra-Estrutura de Educação e Inclusão Social no Território

Nas últimas décadas, o crescimento populacional do Território de Itaparica, com a influência das hidrelétricas da região foi elevado e ocorreu a um ritmo que tornaram as políticas públicas pouco eficazes para o atendimento às necessidades básicas da população. Paralelamente, a economia regional não teve, no mesmo período, o dinamismo necessário à geração de novos postos de trabalho, no volume e ritmo demandados pelo aumento populacional.

Para possibilitar o processo de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e consequentemente a redução das desigualdades sociais, é preciso garantir investimentos para a ampliação do ensino, pesquisa e extensão, cujas atividades são realizadas por instituições de ensino superior.

O Território abrange dois Estados, por isso a necessidade de mobilização pela implantação de duas instituições de Ensino Superior, sendo um Campus da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e um da UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A implantação do Campus da UNEB está prevista para o município de Abaré, contemplando os estudantes dos municípios de Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas; O município de Glória, em virtude da pequena distância em relação à Paulo Afonso, continuará sendo atendido pelo Campus desta cidade, que inclusive já beneficia os alunos locais com os diversos cursos nas áreas de Ciências Humanas e Exatas.

A implantação do Campus da UNIVASF poderá ser instalado no município de Belém do São Francisco e beneficiará simultaneamente municípios dos dois

Estados, quais sejam: do lado de Pernambuco - Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu; do lado da Bahia, dada à proximidade com Belém do São Francisco: Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas.

Além dos Campos Universitários, é preciso que haja também mobilização pela implantação das extensões de Escolas Técnicas Profissionalizantes em benefício das populações do Território de Itaparica.

6.4 Infra-Estrutura de Atendimento à Saúde

Nos últimos anos houve um crescimento representativo do número de equipes do Programa Saúde da Família-PSF em todo o país, com reflexos positivos no Território. Apesar do avanço, ainda existe uma enorme carência no atendimento em todos os municípios, e os mais afetados são as comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades rurais.

Para a superação dos indicadores na área da saúde e evitar o deslocamento de pacientes em situação de risco a longas distâncias, deve-se investir na ampliação e estruturação do Programa Saúde da Família-PSF, na qualificação de suas equipes, colocar em funcionamento os serviços de média e alta complexidade, modernizar e melhorar o atendimento nos Centros de Saúde existentes, implantar CTÍ's e UTÍ's, assegurar o funcionamento de hospitais em municípios estratégicos do Território (Hospitais Regionais) e garantir o funcionamento do SAMU em todos os municípios do Território.

6.5 Segurança Pública

A segurança pública no Território de Itaparica, nesta última década, foi objeto de debate nos diversos espaços da sociedade, tanto no âmbito do Território como fora dele. Os índices de violência desta região vem crescendo ano a ano, essa situação é preocupante, pois coloca em risco o desenvolvimento do Território.

As causas dessa situação de insegurança não se restringem apenas às desigualdades de classe, mas também às discriminações étnico-raciais que levam grandes contingentes da população local a situações de riscos e até sub-humanas,

caracterizadas pela falta de estruturas para o trabalho como terra e água, ausência de oportunidades de trabalho, de educação, de lazer, de saúde, de esporte, de moradia e de outras políticas suficientes e adequadas para atendimento às necessidades da população.

Enfrentar a violência no Território requer ações conjuntas para implementação de políticas estruturais, desencadeadas pelo Estado e em parceria com a sociedade organizada, na perspectiva da mudança de valores e de comportamentos. Essa é uma grande tarefa que não será executada a contento sem a consciência do papel e da responsabilidade que cada um deve assumir.

Sem dúvidas, o maior responsável pela garantia e provimento da segurança é o Estado e para isso, as políticas devem ser executadas em duas instâncias:

1) A partir da mudança de uma educação deficitária para uma educação contextualizada e igualitária, na qual coloca como centro o ser humano e a valorização da vida, bem como à criação e estruturação de oportunidades de educação, trabalho e renda para o desenvolvimento da população;

2) A partir da qualificação, ampliação e aparelhamento das forças policiais existentes no Território.

Asaber:

- 2.1. Aumento e fortalecimento dos efetivos das Polícias Civil e Militar e formação humana continuada (incluindo a Polícia Científica);
- 2.2. Aquisição de viaturas e aparelhamento das Polícias Civil e Militar para obtenção de resultados mais rápidos nas investigações e repressões;
- 2.3. Integração a nível interestadual das Polícias Civil e Militar e destas com a comunidade;
- 2.4. Ampliação da atuação da Polícia Federal para o combate ao tráfico de drogas;
- 2.5. Ampliação da estrutura de cadeias e presídios com implantação de centros de recuperação para desenvolvimento de atividades sócio-educativas e profissionalizantes;
- 2.6. Implantação de Postos Policiais de apoio, na área rural de todos os

municípios do Território;

2.7. Implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM;

2.8. Implantação de Centros de Ressocialização para adolescentes em conflito com a Lei (ECA – 8.069/90, art. 112);

6.6 Infra-estrutura de Estradas

As estradas federais e estaduais, que dão acesso aos municípios do Território, principalmente do lado baiano, estão em condições precárias de conservação. Essa situação contribui para o isolamento dos municípios, depreciação de veículos, dificuldade de escoamento da produção, em consequência, grande porcentagem de perda da produção, além de contribuir significativamente com o aumento da prática de assaltos na região.

Frente a esses fatos, torna-se urgente um planejamento em sintonia com ações para recuperar a malha viária que liga os municípios do Território aos principais centros urbanos, compreendendo os seguintes trechos: conclusão da BR 110, construção da PE 425, reforma das PE's 360, 423 e 422, reforma do trecho Belém de São Francisco à Barra do Tarrachil, ambas no lado pernambucano. Pavimentação da estrada interligando a BA 210 a BR 116, reforma da BA 210, conclusão e liberação da Ponte de Ibó - BR 116, reforma da BA 304 e BR's 232 e 316 no lado baiano.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano foi elaborado com o propósito de orientar programas, projetos e ações de desenvolvimento sustentável e solidário no Território de Itaparica, para isso será necessária a permanente mobilização social para tomar parte do planejamento e implementação das políticas públicas normatizadas pelas instâncias federal, estadual e municipal.

No que tange à esfera governamental, o Plano norteará as políticas dos Ministérios, assim como as ações que estão sob a responsabilidade dos Governos dos Estados da Bahia e Pernambuco e das 13 (treze) Prefeituras Municipais que fazem parte do Território de Itaparica.

Na perspectiva de conduzir o Território para o caminho do desenvolvimento sustentável, impulsionando a superação dos problemas econômicos, sociais e ambientais, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, propôs esse formato de planejamento que foi acatado por todos os atores sociais envolvidos na tarefa de construção do Plano. Vale ressaltar, que o Território de Itaparica, singular por ser interestadual e geograficamente contínuo, levou em conta os critérios multidimensionais e potencializou um relacionamento já existente entre as instituições e grupos sociais diversificados, que reforçou a coesão e a identidade sócio-cultural.

As propostas contidas nesse documento são orientadoras para o processo de negociação e acompanhamento da execução das políticas públicas nas mais diversas áreas (educação, infra-estrutura, saúde etc) e certamente, vai propiciar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e solidário, com a participação pró-ativa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações, assentamentos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro.

Portanto, este Plano é fruto de um grande processo de construção coletiva, que demandou tempo, reflexão e troca de conhecimentos e experiências entre os atores sociais do Território de Itaparica, por isso deve ser utilizado como instrumento que contribuirá para o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil, na perspectiva da construção do desenvolvimento sustentável e solidário do Território.

10. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. 1975. Ministério das Minas e Energia. Mapa das ocorrências minerais.
- _____. 2000. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. www.sidra.ibge.gov.br
- _____. 2006. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Anuário Mineral Brasileiro.V.34.Site: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=789>
- CAMPOS, Ricardo Luna. 2006. Estudo da produção e de mercado da rede de comercialização do Polo Itaparica. CODEVASF. 50p.
- CARVALHO, O e EGLER, C.A.G. 2003. Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste Semi-Árido. Fortaleza. Banco do Nordeste.
- CODEVASF. 2001. Almanaque Vale do São Francisco. 1a ed.
- _____. 2004. Relatórios de Acompanhamento de ATER.
- CONDEPE/FIDEN. 2006. <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepeFidem>
- CONEJO, José Lotufo. 2005 (Coord.). Disponibilidade e demandas de recursos hídricos do Brasil. Brasília, ANA/MMA.
- DRYNET. 2009. Boletim Drynet, Uma iniciativa Global para um futuro às terras secas. Instituto Sertão, Articulação no Semi-árido Brasileiro e União Européia. www.dry-net.org.
- EMBRAPA. 2000. Zoneamento Agroecológico do Nordeste – ZANE. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Solos e EMBRAPA Semi-árido. Software.
- FIPE/USP. 2008. Nível de atividade do agronegócio no Estado da Bahia e nos seus territórios de identidade, 2002 a 2006 e Nível de atividade do agronegócio familiar no Estado da Bahia, 2002 a 2006, Relatório Final. Secretaria da Agricultura, irrigação e reforma agrária da Bahia SEAGRI-BA. 248p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. 1981. Questão fundiária: Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra, 5a ed.
- IBGE. 2000. Censo demográfico de 2000. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. www.ibge.gov.br.
- _____. 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Atlas Nacional do Brasil.
- _____. 2002. Ministério do Planejamento. Pesquisa da pecuária municipal. Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. www.ibge.gov.br.
- _____. 2005. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pesquisa da pecuária municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. www.ibge.gov.br.
- _____. 2006. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Agropecuário, resultados preliminares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
- _____. 2007. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo populacional. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

- INCRA, 2006. Sistema Nacional de Cadastro Rural, Site: www.incra.gov.br
- INCRA/FAO. 2000. (Coord.). Guanziroli, Carlos Enrique, Cardim, Silvia Elizabeth de C. S. Novo retrato da agricultura familiar, o Brasil redescoberto. 80p.
- JC ONLINE. 2007. site: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/digital2.html>
- MALVEZZI, Roberto. 2007. Semi-árido - uma visão holística. Brasília: Confea. 140p.
- MARQUES, Juracy (Org.). 2006. Ecologias do São Francisco. 373p.
- MDA. 2005. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, guia para o planejamento. Documento de Apoio nº. 2. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília. 63p.
- MMA. 2004. Ministério do Meio Ambiente. Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação / organizadores: José Maria Cardoso da Silva, Marcelo Tabarelli, Mônica Tavares da Fonseca, Livia Vanucci Lins. Brasília DF, 382 p.
- _____. 2006. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria executiva Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. Brasília, 340p.
- _____. 2007. Ministério do Meio Ambiente, Censo estrutural da pesca, estatística de desembarque pesqueiro, 2006. Relatório Final. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 199p.
- _____. 2007. Ministério do Meio Ambiente. Atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil / Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba; Marcos Oliveira Santana, organizador. Brasília.
- MME. 2002. Ministério das Minas e Energia. Site: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/285/prog285.htm
- MOC. 2007. Plano Safra Territorial, Território de Itaparica. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Movimento e Organização Comunitária. 50p.
- SEPULCRI, Odilio. 2005. Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER-PR). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná. CPE. 161 folhas.
- SUASSUNA, Cynthia Carneiro de Albuquerque. 2005. Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidroelétricos: o caso de Petrolândia-PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais. XIV, 345 folhas.
- UFPE/NEPE. Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade. Povos Indígenas de Pernambuco. Site: <http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/index.htm>
- VIEIRA, Vicente. 1999. Água Doce no Semi-Árido, in: Rebouças, Aldo et ali, Águas Doces no Brasil, São Paulo, SP.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. 2007. Mapa da Violência nos municípios Brasileiros. Organização dos Estados Ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura–OEI.191p.

ANEXO 01.**1. Trajetória dos Municípios do Território de Itaparica**

Fonte: Almanaque Vale do São Francisco, Codevasf, 1ª ed., 2001.

Abaré. A região era primitivamente habitada por indígenas. Na primeira metade do século XIX, Nicolau Tolentino, procedente de Salvador, chegou para administrar terras recebidas de seu pai por doação, organizando a Fazenda Abaré, local onde posteriormente edificou a capela de Santo Antonio. Em torno da construção religiosa foram erguidas outras moradias, formando-se um povoado com a mesma denominação da fazenda. Município criado em 19/07/1962, com parte dos territórios dos distritos de Abaré e de Ibó desmembrados de Chorrochó.

Chorrochó. Uma pequena povoação formada por casebres, integrando o município de Curaçá, após a chegada de Antonio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, que construiu uma igreja. Mais tarde, sob a invocação do Senhor do Bonfim, ela foi catalisadora de novos agrupamentos populacionais. Município criado com o território desmembrado de Curaçá, em 22/08/1919. Foi extinto em 1924, sendo novamente anexado à Curaçá. Restaurado, mais uma vez foi de Curaçá em 12/12/1952.

Glória. Habitada inicialmente por indígenas, o núcleo inicial de colonização portuguesa ocorreu devido às “Entradas e Bandeiras”. A atividade pecuária fixou os primeiros habitantes. Curral dos Bois foi a primeira denominação da localidade. Com o desenvolvimento do comércio e o aumento da população, começa o lento, mas progressivo crescimento da comunidade. Município criado com a denominação Vila de Santo Antonio da Glória do Curral dos Bois, e sede no povoado de mesmo nome, com território desmembrado de Jeremoabo, em 15/05/1886, recebendo o nome de Glória em 1931.

Macururé. Habitada inicialmente pelos indígenas Rodelas, a área foi “colonizada” por brancos no final do século XIX, quando da formação de uma fazenda de nome Tim-Tim, nas margens do riacho do mesmo nome, mais tarde denominada Três Irmãos. No início do século XX, com a construção de uma capela em louvor ao Senhor do Bonfim, formou-se à sua volta o povoado Senhor do Bonfim (a denominação foi alterada em 1938). O Município foi criado com território do distrito de Macururé e parte do território do distrito de Glória, em 27/07/1962.

Paulo Afonso. A região onde se ergue Paulo Afonso era inicialmente habitada por indígenas. Posteriormente, expedições portuguesas, sob o comando de Garcia D`ávila, subiram o rio São Francisco e chegaram às terras onde hoje está localizada a cidade de Paulo Afonso. Em virtude da abundância de água e pela imensidão dos campos, muitos se deixaram ficar dedicando-se à lavoura e criação de gado. Em 1725, o sertanista Paulo Viveiro Afonso recebeu, por alvará, uma sesmaria situada na margem esquerda do rio São Francisco. Não satisfeito com a área que o donatário recebeu, além das ilhas fronteiras, conseguiu as terras baianas existentes na margem direita, onde fundou um arraial que, posteriormente, se transformou na Tapera de Paulo Afonso. A emancipação de Paulo Afonso surgiu por força de seu progresso. Em 15 de março de 1948, o Governo federal criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, com a finalidade de aproveitar o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso. Em torno das instalações do acampamento da Chesf, formou-se um aglomerado urbano que se desenvolveu a ponto de se tornar o centro mais populoso, de maior renda e o grande suporte das atividades administrativas da sede do município de Glória. Graças ao seu desenvolvimento, a 30/12/1953 passa a distrito. Paulo Afonso conseguiu a sua emancipação política enquanto Município em 28 de julho de 1958.

Rodelas. Nos primórdios da colonização do Brasil, a área onde hoje está Rodelas era parte das rotas migratórias de indígenas nômades, partindo do Piauí e finalizando na localidade Surubabel (município de Rodelas). A colonização branca data do século XVI, com a chegada de uma missão de frades capuchinhos no rio São Francisco, estabelecendo-se numa aldeia da tribo Tuxá. Neste período, as terras integravam a sesmaria de Garcia D`Ávila. O Município foi criado em 1962 com terras do território de Glória.

Belém de São Francisco. O povoado de Belém do São Francisco surgiu a partir de uma fazenda pertencente ao senhor Antonio de Sá Araújo, que em 1830 se estabeleceu às margens do Rio São Francisco, em terras do município de Cabrobó. Entre 1839 e 1840, durante uma das chamadas Santas Missões e tendo à frente o padre Francisco Correia, foi colocada a pedra fundamental da capela consagrada a Nossa Senhora do Patrocínio. Em 1902, a povoação foi elevada à categoria de vila. O município de Belém de São Francisco foi criado em 11 de setembro de 1928, desmembrando-se, portanto, do território de Cabrobó.

Carnaubeira da Penha. Inicialmente habitada por indígenas, e a atual cidade de Carnaubeira foi distrito do município de Floresta. Quando elevado à categoria de município autônomo, em 01 de outubro de 1991, era constituída pela sede e pelos distritos de Barra do Silva e Olho D'água do Padre.

Floresta do Navio. O município teve origem na Fazenda Grande, de propriedade do capitão José Pereira Maciel. Em 1777, este senhor mandou erigir um oratório particular, e em 1792, transformou-o em uma capela sob a invocação do Bom Jesus do Aflitos. Foi em torno daquela capela que surgiu o povoado, depois transformado em vila e denominado Floresta em 31 de março de 1846. A sede de Floresta foi transferida para Tacaratu em 16 de junho de 1849. Em 30 de abril de 1864 a vila foi restaurada. Floresta foi elevada à categoria de cidade em 20 de junho de 1907 e fica às margens do Riacho do Navio da bacia do Rio Pajeú.

Itacuruba. O distrito de Itacuruba foi criado a 24 de novembro de 1930, época em que pertencia ao território do município de Floresta. Em 9 de dezembro de 1938, o distrito foi transferido para o município de Belém de São Francisco. Itacuruba tornou-se município autônomo em 20 de dezembro de 1963.

Jatobá. O Município de Jatobá, desmembrado do Município de Petrolândia, teve sua origem vinculada à necessidade de destinar-se como local para abrigar trabalhadores que acorreram ao canteiro de obras em busca de emprego na construção da barragem de Itaparica na década de 1980. Uma década depois, a Vila Jatobá obteve sua emancipação política. O nome Jatobá tem sua origem como uma homenagem ao primeiro nome do município do qual foi desmembrado, hoje Petrolândia. Devido à aglomeração populacional resultante da construção da Barragem de Itaparica, a criação do município ocorreu em 28/09/1995.

Petrolândia. Anteriormente, Petrolândia era denominada Jatobá. A criação do município ocorreu a 16 de junho de 1849 e sua sede foi elevada à categoria de cidade em 01 de julho de 1909. Em 28 de setembro de 1928 a sede municipal foi transferida para Tacaratu e o distrito de jatobá passou à denominação de Jatobá de Tacaratu. Em 9 de dezembro de 1938, Jatobá retoma sua condição de município autônomo, agora com o nome mudado para Itaparica e mudado novamente em 1943, para Petrolândia. A antiga sede foi inundada em março de 1988 com o enchimento da Barragem de Itaparica e a atual cidade foi construída a 10 km de onde aquela estava localizada.

Tacaratu. O local onde hoje fica localizada a cidade de Tacaratu era originalmente habitado pelos índios Pankararu, que com a chegada dos missionários católicos, acabaram sendo expulsos para o local chamado Brejo dos Padres. Em 1752 já existia no local uma capela dedicada a Nossa Senhora da Saúde, em torno da qual teve origem um povoado. Tacaratu (que é um vocábulo indígena para designar "Serra de muitas pontas ou cabeças") obteve o predicamento de Vila a 18 de junho de 1994, quando foi transferida para lá a sede do município de Floresta. Em 1º de maio de 1887, a sede do município foi transferida para Jatobá, que, em seguida, teve o nome mudado para Itaparica e, depois, Petrolândia. Tacaratu assume sua condição de município em 29 de dezembro de 1953, desmembrado de Petrolândia.

ANEXO 02.**Descrição dos Povos Indígenas no Território de Itaparica**

Fontes: Ecologias do São Francisco, Juracy Marques, 2006; UFPE; NUPE – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade.

Os Pankararus. A cultura Pankararu encontra-se disseminada em várias aldeias distribuídas em diversas regiões do São Francisco, tendo servido como referência a muitos grupos, sobretudo nos aspectos voltados para o Praiá/Encantados, a exemplo Kalancó, Karuazu e Gerinpanco (AL), Pankararé (BA), entre outros.

Alguns documentos étnico-históricos fazem referência aos Pankararus já no século XVII, quando tiveram contato com os missionários que entraram no interior dos sertões. O etnônimo Pankararu é visto pela primeira vez em um relatório em 1702 e é citado junto a vários grupos indígenas: os Kararúze (ou Cararu), os Tacaruba e os Poru, embora o aldeamento seja anterior a esta data. Posteriormente, em 1845, os Pankararus e os Porus aparecem novamente associados em mais outras duas aldeias localizadas em missões distintas uma da outra, mas sempre às margens do São Francisco. A quarta aldeia principal, possivelmente foi criada no início do século XIX com o ajuntamento dos Pankararus, Porus, Umãs, Vouves e Jeritacós. (OLIVEIRA, 2004).

Os Pankararus que estão localizados nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá (PE), entram na mesma lógica das demais tribos ribeirinhas. Os Pankararus foram por muito tempo “sujeitado ao esquecimento”, sendo reconhecidos oficialmente como grupo em 1937 pelo Serviço de Proteção aos Índios, em virtude do movimento pela identidade indígena, iniciado pelos Fulni-ô de Águas Belas (PE). Suas terras foram demarcadas em 1941, pelo SPI, que “guardam grandes equívocos” e ainda hoje motivo de conflitos. Atualmente, estão distribuídos em 14 aldeias onde vivem cerca de 6.000 indígenas (Marques, 2006).

A mais “conectada” das aldeias, possui um Telecentro do Gesac há três anos. Além dos quatro computadores do Centro, há mais cinco particulares, incluindo um na igreja, onde será montada uma rádio comunitária que também irá transmitir pela web. Muitos índios têm acesso à telefonia móvel.

Os Pankararés. Os Pankararés, assim como outros povos tradicionais da região do São Francisco, foram aldeados junto a uma das muitas missões católicas estabelecidas a partir do século XVII, às margens desse Rio. No tempo das boiadas, Glória chamava-se Curral dos Bois e foi sede da Missão de Santo Antonio da Glória. A velha cidade foi inundada pela barragem do Moxotó. As terras dos índios foram recentemente demarcadas pela FUNAI, faltando somente a liberação e indenização das terras dos posseiros, com extensão de aproximadamente 29.597 ha e 17.700 ha de área ocupada.

Estas terras abrangem desde a região do Brejo do Burgo até o Raso da Catarina, que é um local muito importante para o povo Pankararé. Ali se “esconde” o seu “paraíso terrestre”, onde praticam o ritual sagrado do Praiá. A aldeia Pankararé tem sua principal população no povoado denominado Brejo do Burgo nas proximidades das cidades de Glória, Paulo Afonso e Nova Rodelas, no estado da Bahia, acerca de 40 km da sede municipal para onde o acesso é feito através de estradas não pavimentadas. De acordo com o censo populacional da terra Indígena Pankararé, realizado em outubro de 2002, a etnia Pankararé possui um total de 1.436 habitantes distribuídos em 355 famílias (Marques, 2006).

Os Tuxás de Rodelas. No caso dos Tuxás de Rodelas, resta na memória dos indivíduos mais velhos da tribo, a lembrança de que a língua falada pelos índios da nação Tuxá anterior era chamada de Trocá. Na pesquisa “O Dilúvio na História-Mito e na Realidade Atual dos Tuxá” (1983), Orlando Sampaio descreve algumas palavras colhidas do relato oral de D. Maria Inácia da Conceição, na época, considerada como a última conhecedora da língua antiga de seu povo, chamada Trocá, como demonstrado na tabela a seguir.

A língua foi “o rio utilizado pelos colonizadores para fazer escorrer as águas ibéricas, antes anuladoras, hoje, constituintes, do que chamamos identidade indígena brasileira”. Em um estudo realizado na década de 1960, na região do médio de baixo São Francisco, Hohenthal afirma que estes índios foram detectados em 1759 nas proximidades do atual município de Rodelas e cita, ao listar os grupos tribais do Estado da Bahia, entre outras tribos, os kroderas (Rodelas, Rodeleiros) e os Tuxás (Tuchá ou Tushá). Ele afirma em seu trabalho que a nação Krodera era uma ramificação étnica dos tapuyas que viveram no Submédio São Francisco antes do século XVII; porém, segreda os laços étnicos existentes entre os Kroderas e os Tuxás. Atualmente os índios Tuxás referem-se aos Kroderas como seus legítimos antepassados.

Tabela 1 do anexo 02 – descrição de algumas palavras da língua Trocá.

Trocá	Português	Trocá	Português
Paca	Fumo	Ot(e)ich	Carne
Muntrú	Trempe	Nocorré	Porco
(F)Oi	Fogo	Me(i)doá	Melancia
Mala(f)	Cachimbo	Gabímar	Gado
Xurí	Preá	Albemán	Ovelha
Tupianca	Negro	Pra(i)ano	Rio
Socodô(n)	Soldado	Tupia	Tatú
Nhangá	água		

Os Tuxás são descendentes dos índios rodeleiros que, naquela região, viveram por muitos anos. Atualmente são denominados como “Índios Tuxá, Nação Proca, Caboclos de Arco e Flecha e Maracá”. A aldeia Tuxá situa-se no município de Rodelas, cidade do norte baiano, na região do Submédio São Francisco. Sua população atual é de 995 pessoas, 214 famílias, sendo 507 índios e 488 índias. Depois de tantos conflitos, os índios resolveram viver pacificamente com os brancos em um mesmo espaço, havendo apenas uma cerca de arame farpado e uma placa codificando “área proibida”.

É nos rituais que os Tuxás expressam mais claramente as tradições indígenas, já que a aldeia Tuxá é considerada uma das mais tradicionais do Rio São Francisco. Eles são reconhecidos como os “bons conhecedores da ciência” (saberes tradicionais secretos/ sagrados) da religião do índio e, em diversas ocasiões, foram consultados por outros grupos indígenas como Atikun e Kiriri, na realização do Toré (ritual sagrado praticado pelos Tuxás).

A miscigenação trouxe consigo o aumento crítico da disputa por terras na região. Antes eram dos índios ribeirinhos do São Francisco que a utilizavam para a produção e cultivo dos recursos alimentícios naturais necessários, como a prática da agricultura de quintal sem expressão econômica e apenas para consumo coletivo, principalmente na Ilha da Viúva e Ilha Surubabel, localizadas no velho Chico. Além dessa marca, um sentimento de crise identitária povoa o imaginário indígena na região, como poderemos observar no relato de uma índia Tuxá: “Eu não queria ter sangue de caboclo, é muito humilhante” (Iraci).

Posteriormente, com a chegada dos brancos que pretendiam fixar-se e estabelecer moradia naquela área, algumas destas terras e ilhas pertencentes à tribo Tuxá foram tomadas dos índios de forma violenta ou compradas por preços muito baixos. Hoje, a comunidade Tuxá se organiza buscando valorizar elementos da “tradição” indígena sem desaguar no romântico mito do selvagem (Marques, 2006).

Os kantarurés. Kantaruré é a denominação de um núcleo constituído por 83 famílias indígenas, divididas entre as Aldeias Batida e Baixa das Pedras, com aproximadamente 420 pessoas, ocupando uma área com cerca de 1.800 hectares (FUNAI/ 90), no povoado da Batida, Município de Nova Glória no norte da Bahia, próximo ao lago formado pelo Reservatório de Itaparica, em Pernambuco, numa distância de 33 Km da sede do Município e 43 Km da sede da FUNAI / Paulo Afonso. Segundo a tradição oral, teriam emigrado da região do Brejo dos Padres, em Tacaratu / PE. O etnônimo Kantaruré é recente. São todos tratados pelos regionais como “Caboclos da Batida”. Os Kantarurés têm mantido, ao longo dos últimos anos, intenso contato com os Xucurus – Kariris de Quixaba e Pankararés – grupos vizinhos, habitantes do mesmo município, tanto para a prática do Toré quanto para a articulação de iniciativas políticas conjuntas às ações da ADR/ FUNAI de Paulo Afonso e à Prefeitura Municipal de Glória, ambas na Bahia.

Os índios Kantarurés sobrevivem basicamente da exploração das atividades agrícolas de sequeiro com o cultivo do milho, feijão e mandioca e pescam no Rio São Francisco, que fica bem próximo à sua área. A produção agrícola é pequena, não só devido aos métodos utilizados para produção, mas principalmente pela baixa fertilidade do solo da área em que ocupam. (Marques, 2006).

Os Tuxás de Ibotirama. A terra indígena Ibotirama originou-se a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonsaga (Itaparica), que teve como consequência a inundação das suas terras no município de Rodelas/ BA. Às margens do Rio São Francisco vivem 637 índios, próximos à sede do município onde está localizada a terra indígena Tuxá / Ibotirama, Bahia, distante 1.100 km de Rodelas. Nesta nova localidade, os índios transferidos têm melhores condições, do ponto de vista de exploração agrícola, do que o grupo situado na Nova Rodelas. No entanto, o constante adiamento da CHESF à implantação do projeto de irrigação tem causado tensões no grupo, que se encontra em moradias precárias e com dificuldades de subsistência. No início de 1993, a instalação de algumas bombas à margem do Rio possibilitou a irrigação de um hectare por família em terrenos altos, prevenindo-as, desse modo, contra as freqüentes inundações do São Francisco. Devido ao alto custo de manutenção, principalmente com energia elétrica, os Tuxás e técnicos da FUNAI têm se mostrado bastante céticos quanto à viabilidade econômica deste projeto.

Os Tumbalalás. Com a mudança dos paradigmas na política indigenista oficial, a partir da Constituição Federal de 1988, em que se passou a conceber o Brasil como uma nação culturalmente plural, diversos grupos (a maioria do Nordeste, entre eles a tribo Tumbalalá), começaram a reclamar dos seus direitos, partindo da compreensão de que o reconhecimento de sua identidade indígena enquanto mola propulsora do processo de emergência étnica. Os Tumbalalás se encontram no povoado do Pambu, entre os municípios de Abaré e Curaçá, e são aproximadamente 1.500 índios distribuídos nas seguintes aldeias: Ibozinho, Pé de Areia, Cruzinha, Jatobá, Pambu, Missão Velha, Foice, São Miguel, Mari, Salgado, Porto da Vila, Cajueiro, Lagoa Vermelha, Fazenda Teixeira e Bom Passar. Na Ilha de Assunção, no Rio São Francisco, vivem os Trukás, que são seus vizinhos e parentes indígenas. Segundo contam, foi a partir do movimento dos Trukás, para retornarem às suas terras, que os Tumbalalás se entusiasmaram e começaram a reivindicar o reconhecimento oficial e a posse das terras que tradicionalmente têm ocupado. Este processo ainda está em curso. Em se tratando do acesso aos meios de comunicação, Os Tumbalalás conseguem utilizar telefonia celular devido ao alcance da antena de uma das operadoras que atende à cidade de Cabrobó-PE. Salvo essa condição, só dispõem de telefone público em Pambu.

Os Atikuns-Umãs. Localizam-se em Pernambuco, nos limites de Carnaubeira da Penha, nas Serras das Crioulas e Umã. A população está estimada em 5.139 índios, ocupam uma área de 16.290 ha, a qual foi reconhecida em 1996. O que se sabe é que ainda existem conflitos, porque núcleos de famílias indígenas ficaram fora das áreas demarcadas, em áreas que no ano 2000, foram tituladas como Terras de Remanescentes de Quilombo, no município de Salgueiro, e referem-se à Conceição das Crioulas. Outro grave problema é que as terras indígenas são utilizadas por plantadores de maconha, o que já ocasionou graves conflitos e violência contra os índios (UFPE/ NEPE). A aldeia Atikun foi selecionada no fim do ano passado para receber um Telecentro do GESAC. A aldeia, no entanto, não tem acesso à telefonia fixa e nem celular. (JC online, 2007).

Os Pipipãs. São originados de um grupo dissidente dos Kambiwás, índios provenientes de Inajá e Ibimirim e somam 2.050 remanescentes espalhados na Ribeira do Pajeú, no município de Floresta (PE). Mas os dados da FUNASA, no entanto, indicam apenas 1.312 índios. Eles ocupam cinco aldeias, a saber: Travessão do Ouro, Capoeira do Barro (onde os Pipipãs recentemente ocuparam um assentamento da reforma agrária do INCRA), Faveleira, onde vivem índios e não índios, Serra Negra e Caraíba. Os Pipipãs reivindicam um estudo de terra que contemple a Serra Negra e adjacências, áreas historicamente pleiteadas pelos Kanbiwás/ Pipipãs e que não foram inseridas nas terras indígenas Kambiwás, homologadas em 1998, com 31.495 ha (UFPE/NEPE).

Em termos de acesso aos meios de comunicação, só há um computador na aldeia, pertencente ao cacique. Apenas aparelhos celulares antigos e compatíveis com a tecnologia TDMA conseguem sinal. Há informações de que a maioria dos índios Pipipãs nunca viu uma câmera fotográfica digital. Até o ano passado, o fornecimento de energia elétrica era feito a partir de placas de energia solar dentro da aldeia. Com a chegada da rede de eletricidade, mais constante, os painéis solares foram desativados. (JC online, 2007).

Os Xucurus - Cariris. Vivem na área Indígena Quixaba, com 39 ha, no município de Glória. Enfrentam sérios problemas por causa dos solos que não são adequados à agricultura, nem suficientemente grandes, além de serem rasos, pedregosos e propensos à salinização na medida em que utilizam sistemas de irrigação por inundação. Os ganhos não pagam as despesas, não tem sustentabilidade econômica nem ambiental (Marques, 2006).

Os Pankaiukás. A origem dessa tribo é uma dissidência dos Pankararus, que seguiram para os municípios de Inajá e Jatobá. Em Jatobá encontra-se em fase de identificação de uma área de 27.786 ha. A Portaria nº 977/PRES/FUNAI de 14/10/03 até o presente momento permanece inconclusa (http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?uf=26&id_ar=5034).

Outras etnias da vizinhança do Território de Itaparica. Várias outras tribos vivem da relação direta ou indireta com o Velho Chico, a exemplo dos Trukás, localizados na Ilha de Assunção em Cabrobó (PE), com cerca de cinco mil indígenas em uma área de 1650 ha os Kambiwás que ocupam uma área de 27 hectares entre o município de Ibimirim e Inajá, em Pernambuco (1.400 pessoas). (Marques, 2006).

Figura 12. Mapa das Tribos Indígenas no Território de Itaparica.



Fonte: MMA, 2006; CBHSF, 2007, Marques 2006; Governo da Bahia. Adaptado.

ANEXO 03.

Descrição dos atrativos turísticos dos municípios do Território de Itaparica

Fontes: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. 2006. Ministério do Meio Ambiente, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Observação: o Plano do MMA não fala dos municípios pernambucanos do Território Itaparica, foram colocados neste anexo a título de exemplos mais detalhados desse potencial no Território.

Abaré. Praia do Porto, fluvial urbana, com 400 m, areia grossa dourada, existe um cruzeiro com 3 m de altura e é ponto de ancoragem de pequenas embarcações. Praças Nicolau Tolentin e a Municipal, Igreja de Santo Antonio e a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Nas tradições culturais estão o Pastoril, Dança de São Gonçalo, Quadrilha e Reisado. No artesanato, as referências estão no bordado, crochê, cerâmica utilitária, cestaria e trançado, peças em couro e flores artificiais. Na culinária, sobressaem-se o acarajé, abará, peixe frito, peixada, buchada de bode ou de carneiro, galinha de capoeira, bode assado e guisado. Na Aldeia Indígena Tumbalalá, localidade de Pambu, a beira do Rio São Francisco é local de romarias onde existe a Igreja de Santo Antônio, que atrai os fiéis, e a romaria acontece a cada dois anos.

Chorrochó. Praia de Jatubarana com cerca de 1km, possui Ilhas no leito do Rio, da Missão e de Currálinho, local de grande interesse turístico. Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, de 1885, construída pelo beato Antonio Conselheiro, com 260m², cobertura em telha colonial, sobre estrutura de madeira e piso de mármore, em bom estado de conservação, com imagens do Senhor do Bonfim, Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora de Lourdes, moldadas em gesso. Capela de São José, Praça da Criança, Praça Matriz, Praça da Dama, Praça do Cruzeiro, Biblioteca da Escola municipal Senhor do Bonfim e a Casa da Fazenda Fabrício. Nas tradições culturais tem rodas de São Gonçalo, Reisado, Quadrilha, Pastoril e Banda de Pífanos. O artesanato se expressa em bordado, madeira, couro, crochê, tricô, tecelagem e rafia. A gastronomia típica constitui-se de acarajé, abará, peixe frito, peixada, bode assado, galinha de capoeira, buchada de bode ou de carneiro e feijoadas.

Glória. Praia Canto das Águas (ou Prainha de Glória), localizada numa enseada do Rio, com 445m, profundidade de até 4m, sem correnteza, própria para banho e ancoragem de embarcações de pequeno/ médio portes. No local não há ocupação humana ou comercial. Praia do Bode Assado, 695m, com dunas de areia fina de cor clara, propícia para banho, pouca profundidade, sem correnteza e possibilita ancoragem de pequenas e médias embarcações. No local não há ocupação humana ou comercial. Serra do Retiro, com altura de 150 metros e vegetação de caatinga arbórea aberta, predominando as espécies vegetais pereiro, catingueira, caraibeira, jurema preta e o mandacaru. Para ter acesso existe um trilha com 1,5km, de onde se avistam caprinos e aves nativas. Na trilha existem placas informando as estações da via sacra de Nosso Senhor Jesus Cristo. Na cidade existem a Praça da Matriz e a Igreja de Santo Antônio. Na parte cultural, destacam-se: quadrilha, pastoril, banda de pífano, toré, caboclo ou quilombo. No artesanato predominam as cestarias, trançados e pintura em tecidos, que mobilizam grande parte dos habitantes. Na gastronomia os pratos típicos são acarajé, abará, buchada, galinha guisada, peixe frito, peixada, doce de mamão com coco, doce de leite, doce de caju, doce de batata-doce e doce de melancia com amendoim.

Macururé. Pedra do Bango-Bango, um afloramento rochoso de granito no meio da caatinga, com 4 m de altura. O nome se refere ao fato de que a pedra, ao ser tocada ou atritada com um fragmento de rocha, emite uma sonoridade incomum. Existe uma trilha que leva até esta Pedra. Pedra da Onça, formação de granito com 12 m de altura, cercada de vegetação rasteira em solo arenoso. O atrativo recebeu esse nome devido aos antepassados que atribuíam ao local o esconderijo de uma onça. Caldeirões do São Francisco são grandes orifícios naturais nas rochas graníticas, o maior tem 3,5 m de profundidade por 3 m de diâmetro. Acumulam água das chuvas por até 12 meses. Na redondeza encontram-se vestígios de ossos que podem ser da pré-história. Pedra do Letreiro é um grande bloco de granito no qual encontram-se pinturas rupestres, cujas datações ainda não foram estudadas. O patrimônio arquitetônico é formado pela Igreja Nossa Senhora do Bonfim e a Praça Municipal. Na parte cultural há várias manifestações: quadrilha, pastoril, São Gonçalo e Reisado e, quanto ao artesanato, é comum encontrar peças em bordado, crochê, couro e caroá. Na gastronomia predomina o acarajé, abará, peixe frito, peixada, bode assado e galinha guisada.

Paulo Afonso. Canyons do Rio São Francisco, resultado de milhares de anos de erosão do Rio sobre a rocha, as águas têm um tom esverdeado. A cachoeira de Paulo Afonso pode ser vista quando o Rio tem mais água do que pode ser aproveitada nas hidroelétricas, então há uma liberação de água pelo caminho natural do Rio. Ela é formada por diversas quedas d'água, assemelhando-se a imensos degraus e formando uma grande espuma branca, de uma altura de 80 metros. Uma das cachoeiras é chamada de Veu de Noiva, por ser uma das mais bonitas. O Teleférico localizado na Ilha do Urubu é um bonde aéreo com capacidade para oito pessoas, situado a 100 m de altura e que percorre uma extensão de 360m, ligando Paulo Afonso a Delmiro Gouveia em Alagoas. Nesse passeio observam-se a Cachoeira de Paulo Afonso, as tomadas de água das Usinas Paulo Afonso I, II e III, os vertedouros da Usina Paulo Afonso IV e a ponte metálica que também liga os dois Estados, bem como a Furna dos Morcegos (que foi esconderijo do cangaceiro Lampião) e o Salto de Croatá. Mirante da Cachoeira de Paulo Afonso, com 80m2, com jardins, estátua de Castro Alves em Bronze com uma estrofe de seu poema em homenagem à cachoeira “Espumas Flutuantes”. Placa em homenagem à visita de D. Pedro II em 1859. Deste mirante observa-se Angiquinho, primeira hidroelétrica do São Francisco construída em 1913 por Delmiro Gouveia. Existem outros mirantes: do Cachimbo, sobre o lago Delmiro Gouveia; o Mirante do Cogumelo, que é um edifício construído para permitir visão de todo o conjunto das hidroelétricas, tem forma de cogumelo porque foi um projeto de arquiteto japonês e o formato é uma referência à bomba atômica lançada sobre Hiroshima. Outros atrativos na cidade são: Lago do Capuxu, Balneário Encantos Mil, Igreja de São Francisco de Assis construída em 1949 e feita de pedras do local, em cima de uma colina e abriga uma imagem do Santo; Catedral de Nossa Senhora de Fátima, construída em 1952, arquitetura neoclássica, com tesouras de madeira de lei e cruzeiro visíveis. Modelo Reduzido do complexo de usinas hidroelétricas na escala de 1:75m, Memorial CHESF, de 1997, contém museu, salão de exposição, biblioteca, auditório com palco e camarins com capacidade para encenação de peças teatrais e projeção de filmes em 35mm. No folclore, destaca-se a Associação de Cangaceiros, que encena lutas entre o bando de Lampião e as “volantes”, festas juninas, quadrilhas, forró. Copa das Velas, iniciado no ano de 1989, anualmente reúne cerca de 100 mil pessoas. Na data de 04 de outubro ocorre a festa do padroeiro da cidade, São Francisco de Assis. O artesanato é de origem indígena, em couro, flores, tecelagem, madeira, escultura em pedras, bordado, cestaria e trançado. Na gastronomia os peixes são os mais apreciados, além de acarajé, abará, bode assado e guisado.

Raso da Catarina. Reserva ecológica com 6.400 km2, sob fiscalização do IBAMA, possui característica áridas na vegetação e no clima, com grande oscilação da temperatura entre o dia e a noite. Possui formações esculpidas pela erosão que lembram peças do xadrez e uma santa, que motiva uma peregrinação anual de romeiros, rica em histórias e lendas. Vegetação e fauna formam um conjunto ecológico próprio. Existe uma pequena população indígena descendente dos Pankararés.

Rodelas. Praia de Surubabel, praia fluvial à beira do Lago de Itaparica, profundidade média de 1,5m, com 3,5 km de extensão, sem população residente, situada a 11km da sede do município, possui campos de dunas fixas com areia alva, grossa e com pedras, vegetação rasteira de caatinga, permite ancoragem de pequenos barcos. Praia da Bombinha, fluvial, tem uma profundidade média de 2m, 2,5km de extensão, permite ancoragem. No caminho da sede até a praia, se passa pela tribo indígena Tuxá e a Ilha do Serrote onde existe população residente nas proximidades. Ilha do Serrote, dentro do Lago de Itaparica, distante 1km da sede do município, formação rochosa e vegetação de caatinga, não tem correnteza nas margens o que permite o banho. Raso da Catarina, uma reserva ecológica. Igreja de São Francisco Batista, de 1986, com 400m2 de área, guarda imagens de São João Batista e São Francisco de Assis. Praças na cidade, Aldeia dos Índios Tuxás. Apresentações culturais do toré, pastoril e quadrilhas, artesanato em bordado, crochê, tecelagem, peças em madeira, cestaria e trançado. Na gastronomia sobressaem-se o acarajé, abará, bode assado, buchada, baião de dois, munguzá salgado, galinha guisada, peixe frito e peixada.

ANEXO 04.**Tabela. Universo de agricultores e aptidão de modalidade de PRONAF no Território de Itaparica.**

Municípios	Estabelecimentos Familiares				Produtores Rurais sem Terra	
	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E	Empreg. Temp.	Parceiros e Outros
Abaré	805	205	138	36	1.192	51
Chorrochó	928	170	105	26	136	23
Glória	797	261	213	50	1034	102
Macururé	476	275	191	36	572	18
Paulo Afonso	863	409	416	139	199	142
Rodelas	259	126	86	11	88	26
Belém de São Francisco	846	312	272	59	754	2.118
Carnaubeira da Penha	1.238	187	104	22	0	0
Floresta do Navio	593	217	241	107	0	0
Itacuruba	109	21	14	9	745	73
Jatobá	109	13	19	1	0	0
Petrolândia	59	18	24	12	405	94
Tacaratu	1.669	231	144	31	162	4
Total	8.751	2.445	1.967	539	5.287	2.651
Total geral	21.640					

Fonte: Plano Safra Itaparica, 2007.

Tabela. Demanda Potencial de Crédito do Território de Itaparica para 2006-2007.

Municípios	Nº de Agricultores	Valor
Abaré	755	7.174.995,00
Belém de São Francisco	1174	4.913.000,00
Carnaubeira da Penha	963	4.073.995,00
Chorrochó	835	4.564.995,00
Floresta do Navio	1764	8.691.980,00
Glória	1158	7.977.980,00
Itacuruba	759	4.433.980,00
Jatobá	555	3.574.995,00
Macururé	975	4.850.000,00
Paulo Afonso	1244	8.129.970,00
Petrolândia	1096	7.317.980,00
Rodelas	1111	6.462.990,00
Tacaratu	585	4.514.995,00
Total de Famílias / Demanda de Crédito	12.974	76.681.855,00

Fonte: Plano Safra do Território de Itaparica, 2007.

Anexo 05**PROJETOS DAS AÇÕES DE SUPORTE AOS PROGRAMAS**

Aseguir, serão detalhados alguns projetos das ações de suporte aos programas deste Plano. Os demais projetos que cabem neste item, e nos programas anteriormente apresentados e que não foram detalhados neste Plano, serão objeto de elaboração por parte das instituições envolvidas, tematicamente, e coordenados pelo Fórum do Território Itaparica.

Infra-estrutura de Educação e Inclusão Social

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Educação e Inclusão Social
Projeto:	Expansão de Campus Universitário para o Território de Itaparica
Diagnóstico:	Nas últimas décadas, o crescimento populacional das cidades integrantes do Território de Itaparica, com a influência das hidrelétricas da região, foi um dos mais elevados do Nordeste e ocorreu a um ritmo que tornou as políticas públicas pouco eficazes para o atendimento às necessidades básicas da população. Paralelamente, a economia regional não teve, no mesmo período, o dinamismo necessário à geração de novos postos de trabalho, no volume e ritmo demandados pela população. Dados do IBGE demonstram que em outras regiões do país, os processos de desenvolvimento econômico e redução de desigualdades regionais tornaram-se mais significativos a partir da realização de investimentos, na ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados por instituições de ensino superior.
Localização	O Território de Itaparica abrange dois Estados, por isso a menção de duas instituições de ensino. A UNEB, que poderá ser implantada no município de Abaré/ BA, em benefício dos estudantes da própria Abaré, de Chorrochó, Macururé e Rodelas; os de Paulo Afonso e Glória continuarão sendo atendidos pelo Campus de Paulo Afonso. E a UNIVASF, que poderá ser implantada no município de Belém de São Francisco e beneficiará ele próprio e os demais municípios do lado pernambucano: Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, além de Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas na BA, por estarem relativamente próximos à cidade de Belém do São Francisco.
Público Beneficiário:	População em geral.
Justificativa:	Nos últimos anos, o Governo Federal tem feito significativos investimentos no intuito de fomentar o desenvolvimento sustentável desta região, e as Universidades têm um importante papel para o alcance deste objetivo. A necessidade de instalação de mais um campus da UNEB e da UNIVASF justifica-se a partir de estudo sobre o desenvolvimento regional, com ênfase nas características econômicas e demográficas das cidades que compõem o Território de Itaparica, considerando os seguintes fatores: a) a taxa de crescimento da população dos sete municípios do sertão

Continuação...

	pernambucano e seis do sertão baiano (atualmente são 266.323 habitantes); b) as necessidades locais em termos de oferta de ensino e pesquisa; c) o interesse da comunidade X perspectiva de mercado de trabalho Vale ressaltar, que dos 13 municípios, apenas Paulo Afonso oferece algum tipo de educação profissional, daí a necessidade de que sejam implantadas outras unidades de ensino em benefício deste Território.
Objetivos:	Implantar cursos de graduação para jovens e adultos dos municípios do Território de Itaparica; Diminuir o fluxo de saída dos jovens para outras regiões, em busca dos cursos de graduação; Garantir formação profissional universitária a uma população carente de espaços institucionais de ensino superior, o mais próximo possível de suas residências; Capacitar professores da rede pública, os jovens e grupos sociais de modo geral, visando a formação em diferentes áreas do conhecimento humano e qualificação para atividades profissionais.
Metas:	Mobilizar-se pela implantação de dois espaços universitários: UNEB e UNIVASF UNEB e UNIVASF atenderem ao público universitário dos 13 municípios do Território Mobilizar-se pela implantação de 05 cursos de graduação para a população da região; Cada unidade oferecer 05 cursos, em 02 entradas, com 60 vagas por entrada, ou seja, 120 vagas por curso/ano (600 novas vagas/ano em cada unidade), o que totaliza a criação de 1.200 novas oportunidades de acesso à educação superior para a população da região, além de outros cursos como de extensão e treinamento diversos.
Cronograma	2009 a 2011
Estratégias	Representantes do Território de Itaparica elaborarem documento, manifestando interesse da população e instituições locais; Realizar estudo sobre a região para definição dos cursos a serem oferecidos (inicialmente deverá ser implantado o “Módulo Básico de Ensino”); Construção das instalações físicas; Implantação de uma Biblioteca avançada, completa, em cada universidade (campus UNEB – UNIVASF); Construção de um Centro de Convenções destinado à realização de encontros e eventos de natureza científica, técnica, artística e cultural. A construção desse espaço será um ponto de apoio às manifestações culturais locais.
Arranjos Institucionais	Prevê-se que a implantação destas unidades de ensino será mediante consórcio entre o Governo do Estado e os Municípios que compõem o Território e as respectivas Instituições de ensino, com o apoio do Ministério da Educação, Secretarias Estaduais de Educação, DIREC e do Fórum de Desenvolvimento Territorial de Itaparica.
Indicadores de resultado de impacto	Maior oferta de cursos de graduação no Território e população com menor dificuldade de acesso. Campus sendo um verdadeiro “centro de inteligência” e contribuindo para o planejamento e o desenvolvimento integrado desta região.
Gestão	DIREC, Secretarias Estaduais de Educação, Ministério da Educação.
Custo	A construção de módulos básicos de ensino de dois campus demandará um aporte de recursos da ordem de 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Continuação...

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Educação e Inclusão Social
Projeto:	Implantação de Extensões de Escolas Técnicas e Profissionalizantes.
Diagnóstico:	Ausência de mão-de-obra qualificada para arranjos produtivos da região; Ausência de escolas profissionalizantes na região; Fluxo migratório alto, jovens saem de seus municípios para outros centros em busca de cursos profissionalizantes.
Localização	Território de Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral
Justificativa:	Face à necessidade de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, com a finalidade de contribuir para a sustentabilidade do Território de Itaparica, a criação de universidades e implantação e /ou ampliação e extensão de cursos profissionalizantes se fazem necessários a curto – médio prazo.
Objetivos:	Promover a qualificação profissional da população, com formação voltada para a cidadania, para o trabalho e para a sustentabilidade territorial.
Metas:	Implantar 02 Escolas Técnicas Profissionalizantes (CEFETs) nos municípios do Território Oferecer cursos profissionalizantes nas 13 cidades do Território, respeitando as especificidades e diversidades.
Cronograma	Até 2011.
Estratégias	Estudo das potencialidades regionais através de fóruns de educação para a implementação das universidades e cursos de extensão.
Arranjos Institucionais	Prefeituras, CHESF, CODEVASF, Conselhos municipais, Ministério da Educação, Estados, Universidades Públicas e Privadas.
Indicadores de resultado de impacto	Qualificação da mão-de-obra local e regional; Desenvolvimento sustentável; Diminuição do êxodo rural; Diminuição da migração (das pequenas cidades para grandes centros urbanos).
Gestão	DIREC, Secretarias Estaduais de Educação, Ministério da Educação Prefeituras Municipais.
Custo	De acordo com orçamento tutorado pela União, Estados e Municípios (geradores de recursos financeiros).

Infra-estrutura de Atendimento à Saúde

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Atendimento à Saúde
Projeto:	Ampliação e Estruturação do Programa Saúde da Família (PSF)
Diagnóstico:	Apesar do crescimento significativo de unidades de PSF no Território, alguns municípios necessitam ainda de ampliação do referido programa, bem como de adequação aos padrões do Ministério da Saúde.

Continuação...

Localização	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral, agricultores familiares e comunidades tradicionais.
Justificativa:	Nos últimos três anos houve um crescimento significativo do número de equipes de saúde da família em todo país, inclusive no Território. Apesar do avanço existe ainda uma carência no atendimento, sobretudo às comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais, com a finalidade de alcançar melhor avaliação dos indicadores de saúde e aumentar a cobertura desse programa nos municípios do Território, para isso se faz necessário ampliar o referido Programa.
Objetivos:	Melhoria da qualidade de Vida dos moradores do Território Itaparica Otimização de recursos e serviços de saúde Redução de internamentos.
Metas:	Reduzir as internações ambulatoriais em 80%; Reduzir os índices de mortalidade materna e infantil; Ampliar a cobertura vacinal; Controlar a hipertensão e diabetes; Implantar Programa de Assistência Farmacêutica; Ampliar a parceria com os setores da Vigilância em Saúde.
Cronograma	Até 2011
Estratégias	Articular o Território com as Secretarias de Saúde dos Estados Bahia e Pernambuco e Ministério da Saúde
Arranjos Institucionais	Secretarias de Saúde dos Estados da Bahia e de Pernambuco, Ministério da Saúde e Prefeituras Municipais
Indicadores de resultado de impacto	Cobertura do elenco vacinal obrigatório; Gestantes cadastradas no sistema de saúde; Realização dos procedimentos SISPRENATAL até a consulta Puerperal; Notificação e investigação de óbitos em crianças menores de 01 ano e mulheres em idade fértil; Realização de coleta do material uterino em toda população alvo; Preenchimento completo e correto de 100% dos serviços oficiais de informação; Garantia de pelo menos uma reunião de avaliação / mês das equipes de saúde de cada município do Território; Cumprimento da carga horária de trabalho das equipes contratadas; Solicitação de exames dentro dos parâmetros de cada equipe.
Gestão	Municípios, Estados e Ministério da Saúde.
Custo	R\$ 900.000,00

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Atendimento à Saúde
Projeto:	Instalação de unidade de procedimentos de média e alta complexidade
Diagnóstico:	A inexistência dos serviços de média e alta complexidade, obriga os pacientes a se deslocarem para os grandes centros situados nas capitais.
Localização:	Território Itaparica
Público Beneficiário	População em geral.

Continuação...

Justificativa:	Municípios distantes de centros referenciados para atendimento de média e alta complexidade; Frequência de óbitos devido o deslocamento para os grandes centros, a longas distâncias em busca de atendimento, além do alto custo de deslocamento e tratamento dos pacientes.
Objetivos:	Implantação de CTI's e UTI's em municípios do Território, com localização estratégica, e que possuam estrutura hospitalar satisfatória para abrigar tais serviços;
Metas:	Evitar deslocamento de pacientes, em situação de risco, a grandes distâncias; Reduzir os índices de mortalidade nos municípios do Território; Modernizar os centros de saúde existentes e melhorar o atendimento.
Cronograma	Até 2011
Estratégias	Articulação do Território com os órgãos competentes das esferas estadual e federal, visando à implementação dos serviços com profissionais capacitados.
Arranjos Institucionais	Secretarias de Saúde BA e PE; Ministério da Saúde e Prefeituras Municipais.
Indicadores de resultado de impacto	Redução do número de óbitos decorrentes da falta de pronto atendimento nos serviços de média e alta complexidade Atendimento com qualidade às populações do Território e dos municípios vizinhos.
Gestão	Secretarias de Saúde BA e PE, Ministério da Saúde e Prefeituras Municipais.
Custo	-----

Eixo:	Desenvolvimento Social e Cidadania
Programa:	Atendimento à Saúde
Projeto:	Implantação de SAMU
Diagnóstico:	Não existem unidades móveis para atendimento às ocorrências de maior gravidade; Alto índice de mortalidade, devido à falta de atendimento emergencial e transporte adequado.
Localização:	Municípios do Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.
Justificativa:	Precariedade no atendimento às necessidades da população, especialmente a área rural; Necessidade de unidades móveis para transporte de pacientes em estado grave até o centro de referência mais próximo; Aumento do número de acidentes na região, devido ao forte movimento na BR 116, geralmente com vítimas em estado grave; Alto índice de violência na região; Falta de estrutura nos distritos dos municípios (famílias ficam desprotegidas).
Objetivos:	Garantir unidades do SAMU nos municípios do Território para atendimento satisfatório à população.

Continuação...

Metas:	Disponibilizar serviço de atendimento móvel de urgência nos 13 municípios do Território; Reduzir o número de mortes nos municípios do Território.
Cronograma	Até 2011
Estratégias	Articulação do Território com a Secretaria Estadual de Saúde de Bahia e Pernambuco, Prefeituras Municipais e Ministério da Saúde. Realizar Seminário de Gestão da Saúde Pública no Território;
Arranjos Institucionais	Secretaria Estadual de Saúde dos Estados da Bahia e Pernambuco e Ministério da Saúde; Secretarias Municipais de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde DIRES de Paulo Afonso e Floresta.
Indicadores de resultado de impacto	Redução dos índices de mortalidade de pacientes com necessidades de atendimento emergencial.
Gestão	Secretaria Estadual de Saúde dos Estados da Bahia e Pernambuco, Ministério da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde, DIRES de Paulo Afonso e Floresta.
Custo	-----

Infra-estrutura de Segurança Pública

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Segurança Pública
Projeto:	Estruturação da Segurança Pública no Território Itaparica
Diagnóstico:	Efetivo pequeno e com qualificação insuficiente, infra-estrutura deteriorada (delegacias, viaturas e armamentos), presídios e cadeias superlotados, órgãos da justiça não funcionam regularmente.
Localização:	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral
Justificativa:	Situação de insegurança nos municípios do Território Localização do Território na região em situação emergente “Polígono da Maconha” Situação e sentimento de insegurança, dificulta o desenvolvimento sócio-econômico.
Objetivos:	Estruturar um programa de segurança pública envolvendo setores da gestão pública municipal, estadual e federal.
Metas:	Disponibilizar armamento e viaturas em condições satisfatórias para o trabalho da Polícia nos treze municípios do Território; Garantir pelo menos o efetivo mínimo de agentes, delegado e escrivão para cada Delegacia; Ampliar o Presídio Regional de Paulo Afonso e/ou construção de mais um do lado de Pernambuco; Implantar a Delegacia da Polícia Federal na área do Território (indicativos: Paulo Afonso e Floresta); Integrar as Polícias Civil e Militar e estas, à comunidade, visando à realização de trabalho sócio-educativo como prevenção à violência;

Continuação...

	Garantir a presença de Polícia Investigativa em todos os municípios do Território; Implantar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM Implantar Centros de Ressocialização para adolescentes em conflito com a Lei (ECA - 8.069/90);
Cronograma	Até 2010
Estratégias	Articulação do Território com os Fóruns da Conferência de Segurança de PE e com o Fórum Baiano de Segurança.
Arranjos Institucionais	Secretarias de Segurança e Justiça dos Estados de PE e BA.
Indicadores de resultado de impacto	Redução significativa dos índices de violência e criminalidade na região.
Gestão	Secretarias de Segurança e Justiça dos Estados de PE e BA.
Custo	-----

Infra-estrutura de Estradas

Eixo:	Infra-estrutura
Programa:	Recuperação de Estradas
Projeto:	Recuperação de Rodovias Federais e Estaduais
Diagnóstico:	Estradas em péssimas condições de trafegabilidade, especialmente as estaduais no lado baiano do Território.
Localização:	Território Itaparica
Público Beneficiário:	População em geral
Justificativa:	Municípios isolados entre si; Dificuldades no escoamento da produção agrícola; Alto índice de assaltos, principalmente devido à falta de manutenção das estradas.
Objetivos:	Recuperação da malha viária do Território de Itaparica; Estruturação de logística de transporte para escoamento da produção.
Metas:	PERNAMBUCO Concluir a BR 110 (75 km); Construir a PE 425 - Trecho Floresta / Carnaubeira da Penha (75 km); Reformar as PEs: 360, 423 e 422; Reformar o Trecho Belém do São Francisco à Barra do Tarrachil (6 Km). BAHIA Pavimentar a estrada que liga a BA 210 à BR 116 - Glória / Macururé (60 km); Reformar adequadamente a BA 210, trecho Paulo Afonso/ Juazeiro (380 km); Concluir e liberar imediatamente a Ponte do Ibó - BR 116; Reformar a BA 304 e BRs 232 e 316; Reestruturar o Aeroporto de Paulo Afonso.
Cronograma	Até 2010

Continuação...

Estratégias	Articulação dos Fóruns Territoriais de Itaparica com Sertão do São Francisco BA, visando ao planejamento conjunto e acompanhamento das ações implementadas pelo DER - BA e DNIT; Realização de audiências públicas para tratamento do tema (recuperação de estradas).
Arranjos Institucionais	Secretarias de Transporte dos Estados de PE e BA, CHESF, CODEVASF, Ministério da Integração, DER/BA, DNIT e BNDES. Rede de Comercialização do Território e Prefeituras Municipais.
Indicadores de resultado de impacto	1500 km de estradas apresentando bom estado de trafegabilidade e conservação.
Gestão	Secretarias de Transporte dos Estados de PE e BA, DER/BA, DNIT e Prefeituras Municipais.
Custo	-----

Realização:



Apoio:



Parcerias:



**Ministério da
Integração Nacional**



**Secretaria da Agricultura
Familiar-SAF**

**Secretaria de Desenvolvimento
Territorial-SDT**

